

HISTORIA VIVA

O Generalato de
PATRÍCIA CONNOR
RSCM
1985 - 1995

IV



FONTES DE VIDA

Estudo e Reflexão sobre a Herança RSCM

PATRÍCIA CONNOR RSCM

HISTÓRIA VIVA

O Generalato de

PATRÍCIA CONNOR, RSCM

Primeira edição em Inglês, Novembro 2016

Edição

Fontes de Vida

Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria

Coleção

História Viva IV

Autora

Irmã Patrícia Connor, RSCM

Tradução

Maria Filomena da Silva Morais Gouveia, RSCM

Revisão do Texto

Maria Celina Moreira Cardoso dos Reis, RSCM

Design

Phillip Graysmark-Pitt

Imagem da Capa

A fonte na Casa-Mãe das RSCM, Béziers

Publicação

Província Portuguesa - Junho 2019

Instituto das RSCM em Portugal

Praça Andrade Caminha, n° 2- 1700-039 LISBOA



Patrícia Connor, RSCM
Superiora Geral 1985-1995

índice

Prefácio	.VII
Agradecimentos	X
Introdução	1
I: Primeiro Mandato: 1985-1990	3
Capítulo Geral 1985	3
Recordação Pessoal do Capítulo Geral 1985	4
O Instituto Em França 1985-1990	7
Tornar-se uma Vice-Província	8
Planeamento da Congregação 1986-1990	12
Questionário Sondagem	14
Análise da Sondagem da Coopers & Lybrand	17
Preparando o Processo de Reflexão Corporativa	18
Processo de Reflexão Corporativa - Primeira etapa	20
Esboço da Declaração da Missão	21
Processo de Reflexão Corporativa - Segunda etapa	22
Esboço Revisto, da Declaração da Missão, enviado às Irmãs	22
Critérios do Instituto para os Ministérios	22
O Conselho Geral Ampliado ratifica a Declaração da Missão	23
Assembléia Inter-África	24
Coordenadora Inter-África	27
Partilha de Recursos	28
Task Force sobre Partilha de Recursos	31

Recomendações	32
Moçambique	33
Formação Inicial	35
Task Force sobre Formação Inicial	35
A Caminhada para abrir um Noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe	38
Formação Permanente	40
Centenário da morte do Padre Gailhac	44
Capítulo Geral 1990	49
2: Segundo mandato: 1990-1995	57
Primeiro ano depois do Capítulo Geral 1990	57
Usando a Declaração da Missão	60
O Serviço aos que têm mais necessidade de Justiça	62
Coordenadora Inter - África	64
Mali	65
Noviciado da Zâmbia-Zimbabwe	67
Moçambique	71
Formação Permanente	74
Task Force para a Formação Permanente	75
Linhas de Orientação para a Formação Permanente	76
Vice-Província Francesa	77
Avaliação da estrutura colaborativa	78
Finanças	78
Patrimônio Espiritual e Financeiro	78
Nova Iniciativa	79

Experiência de Intemacionalidade para membros mais novos	83
Comissão de planeamento	84
Fases da Experiência	84
Béziers e Braga	86
Avaliação	88
Liderança	90
Partilha de Recursos	93
A Caminhada das RSCM para que a Zâmbia e o Zimbabwe se tomassem Região	96
Governo Geral	101
Task Force para o Governo Geral	101
Recomendações	103
Capítulo Geral 1995	105
Últimos Meses	110
3: Uma Visão Geral	112
Igreja	112
Inseridas nas Realidades da Igreja	112
O Papa João Paulo II (Agora S. João Paulo II)	113
Alguns acontecimentos na Igreja	115
Roma	116
Irlanda do Norte	118
Processo de consulta para nomeação de Provincial/Vice-Provincial/Regional	119
Conselho Geral Ampliado	122

Fontes de Vida	126
Comunicações	128
Tendências Globais	131
Alguns acontecimentos Históricos	131
Tendências no Instituto	133
Pessoas Especiais	135
Conclusão	137
Apêndices	139
Adenda Fotográfica	155
Informação Biográfico	179

(liave para Iniciais Usadas

B Província Brasileira

PA L Província Americana de Leste

PA I Província Anglo-Irlandesa

I' Província Francesa

P Província Portuguesa

PAO Província Americana de Oeste

M Região de Moçambique

Z Zâmbia-Zimbabwe

A Província Anglo-Irlandesa e a Vice-Província Francesa são .igora a Província Européia do Norte.

Zâmbia e Zimbabwe são agora a Região Zambeze

Prefácio

Em 1849, Jean Gailhac fundou as religiosas do sagrado coração de Maria, em Béziers, França. Desde então, as suas filhas espirituais têm sido enviadas pelo mundo e presentemente exercem o seu ministério em catorze países, em quatro continentes diferentes.

A congregação tem conservado cuidadosamente um memorial dos primeiros tempos da sua história e, com o patrocínio de Fontes de Vida RSCM, tem publicado estudos e reflexões sobre a Herança RSCM. Durante os últimos quinze anos, publicou quatro volumes da série intitulada *Uma Caminhada na Fé e no Tempo* que nos apresenta a história da congregação durante a liderança das quatro primeiras superiores gerais: M. St. Jean Cure Pélissier, fundadora (1849-1869), M St. Croix Vidal (1869-1878), M. St. Félix Maymard (1878-1905) e M St. Constance Farret (1905-1926).

Fontes de Vida, na altura coordenadas por Marjorie Keenan, RSCM, sugeriu que a melhor forma de a recente história da congregação ser lembrada, seria pelas lentes das superiores gerais ainda existentes, refletindo sobre os acontecimentos, nos anos dos seus mandatos. O seu bom acolhimento deu origem à série de livros intitulada *História viva*. O presente volume é o quarto dessa série. Os primeiros volumes de *História Viva* foram escritos por:

Volume I: Ir. Margarida Maria Gonçalves (1963-1975) que, como 8^o superiora geral, conduziu as RSCM durante o Concílio Vaticano Segundo, um tempo em que tanto a Igreja como o mundo se encontravam em estado de profunda transformação. Ela conduziu a congregação das RSCM através de uma liderança inteligente e ao mesmo tempo cheia de graça, durante o stress dos Capítulos Extraordinários e mudanças exigidas pela renovação da Vida Religiosa.

Volume II: Ir. Maria de Lourdes Machado (1975-1980) foi eleita 9ª superiora geral pelo Capítulo de 1975 que promulgou o documento “Missão: Um Apelo à Justiça. ” A sua liderança fazia eco ao espírito do Segundo Sínodo dos Bispos que declarava que “a promoção da justiça é parte integral da Missão da Igreja”. O Instituto foi desafiado pelo compromisso de M. de Lourdes com os apelos dos bispos da América Latina, reunidos em Medellin e Puebla, que desafiavam toda a Igreja a uma opção preferencial pelos pobres.

Volume III: Ir. Mary Milligan (1980-1985), a 10ª superiora geral, foi eleita pelo Capítulo Geral de 1980 que aceitou, por unanimidade, a revisão das Constituições que ela tinha preparado. A sua familiaridade com Roma e com o Vaticano provaram ser uma grande vantagem para conseguir estas Constituições, aprovadas no espaço de dois anos. Os retiros sobre as Constituições, orientados por Mary, ajudaram as irmãs da congregação a compreender e interiorizar as Constituições. As suas cartas ao Instituto revelavam o seu conhecimento a nível teológico e das escrituras; o seu entusiasmo ao referir-se a várias encíclicas despertou nas irmãs o interesse pelos progressos na Igreja oficial, e o seu amor pelas Fontes do Instituto aumentou o amor das irmãs pelo nosso fundador e irmãs fundadoras.

O presente volume é escrito pela Ir. Patrícia Connor, a 11ª superiora geral (1985-1995). Percebe-se imediatamente o espírito de colaboração, consulta alargada e planeamento cuidadoso que caracterizou os seus dois mandatos. O seu conselho geral iniciou um processo de planeamento ao nível da congregação, que incorporou e coordenou planeamentos em cada província e região. Cada irmã do Instituto foi convidada a assumir, ou não, a Declaração da Missão antes de ser aceite pelo Capítulo Geral de 1990. Desenvolveu-se o Processo de Discernimento sobre a Escolha e Avaliação do Ministério e o Processo de consulta para a Nomeação da Superiora

Provincial/Vice Provincial e regional. Em África foi reaberto um noviciado e iniciou-se outro. Desenvolveram-se novas estruturas para a Vice Província Francesa e para a nova Região Zambeze, mas apenas depois de feita cuidadosa consulta a todas as pessoas envolvidas.

Estes volumes de *História Viva* levam-nos a uma compreensão mais profunda do serviço que nos é oferecido pelas mulheres do nível geral que aceitaram o papel de superiora geral ou integraram o conselho geral ou a equipa do generalato, para bem do Instituto. Todas elas mereceram a nossa gratidão.

Kathleen Connell, RSCM

Novembro 2016

Agradecimentos

Tive muitas ajudas nesta *História Viva*. No início estava a Marjorie Keenan, RSCM, que reconheceu o valor de as anteriores superiores gerais escreverem sobre a história do Instituto durante os anos em que o serviram. Obrigada pela inspiração, Marjorie. Obrigada Maria Antónia Quinteiro Lopes, RSCM, Coordenadora das Fontes depois da Marjorie, insistindo comigo várias vezes para escrever as minhas memórias do Instituto durante os dez anos em que fui Superiora Geral.

Obrigada, Mary Genino, RSCM, que, como Provincial da Província Americana de Oeste, apoiou a minha deslocação a Roma para trabalhar nos Arquivos do Generalato; obrigada à Comunidade do Generalato pela vossa calorosa hospitalidade durante um mês, em 2012; obrigada, John Bosco Goria, RSCM, Arquivista do Instituto, por me abrir os Arquivos e me facilitar tudo o que eu precisava, incluindo fotos dos Arquivos para esta *História Viva*.

Obrigada, Joan Treacy, RSCM, atual Provincial da Província Americana de Oeste, que me apoiou e incentivou de muitas formas e me forneceu comentários e sugestões muito úteis. Obrigada, Virgínia Joseph, RSCM, e Audrey Rushton, RSCM, membros da minha comunidade local, por me apoiarem de inúmeras formas durante o tempo em que trabalhei neste projeto. Obrigada, Mary Leah Plante, RSCM, Arquivista da Província Americana de Oeste, por me descobrir informações úteis nos Arquivos da nossa Província e por me ajudar a sentir em casa quando fiquei em Sichel Street, Los Angeles.

Um obrigado especial às minhas irmãs RSCM: Maria Lúcia

Brandão, Bemadete McNamara, Catherine Dolan, Rosemary Lenehan, Mary Alice Young, Mary (Marianne) Murray, e Rosa de Lima Pereira, pelos vossos valiosos comentários e sugestões ao texto, e Verônica Brand e Virgínia Mullane, pela vossa ajuda nas secções sobre África. Obrigada, Rosa de Lima Pereira, por ter vindo uma semana mais cedo para a sua reunião em Los Angeles, para podermos trabalhar juntas. Esse tempo em que trabalhámos juntas foi incalculável. “Briefly”, a newsletter do nível geral, escrita e produzida por Mary Alice durante 1988-1995, foi um recurso enorme enquanto eu escrevi esta *História viva*. Obrigada, Mary Alice, por isto e pelas inumeráveis fotos que aparecem nesta História Viva.

Obrigada, Margaret McKenna, por generosamente preparar o esboço para as séries de fotos que ajudam a dar vida ao texto escrito.

Obrigada, Kathleen Konnell, pelo maravilhoso apoio e estímulo, pelos valiosos comentários e sugestões sobre o texto e as fotos, e por me conduzir nos passos a dar até colocar texto e fotos, nas mãos de quem fez a sua composição e impressão.

listou imensamente grata a cada uma e a todas que me ajudaram de tantas outras maneiras.

HISTÓRIA VIVA

IV

INTRODUÇÃO

Quando recordo os meus dois mandatos no nível geral, de 1985-1995, vêm-me à memória não apenas as experiências que vivemos, mas, e considero talvez mais importante, o significado que essas experiências tiveram para o Instituto. Lembro os convites que chegaram até nós no nosso chamamento permanente a seguir Jesus Cristo e lembro as nossas respostas e o que experimentámos ao responder - o processo, o sofrimento, a luta, a incerteza e, em muitas circunstâncias, o salto de fé. Agora, ao olhar para trás e sabendo o que aconteceu nos anos seguintes, posso ver como Deus direcionava o Instituto em e através das notáveis alterações históricas concretas que enfrentávamos. Havia muitas. Não sabíamos ao certo onde as nossas respostas nos conduziam e avançávamos na fé.

Ainda conservo dentro de mim o que experimentámos e vivemos durante aqueles dez anos. Talvez a partilha que fiz com os membros do Conselho Geral Ampliado na abertura do nosso encontro em Braga, Portugal, a 27 de julho de 1987, seja uma boa forma de começar esta história Viva do Instituto durante os anos 1985-1995.

As nossas Constituições começam com a declaração de que acreditamos que Deus nos chama a uma caminhada na fé, caminhada que fazemos individualmente e como Instituto. Geralmente só descobrimos as verdadeiras implicações de fazer uma caminhada quando já estamos na estrada a caminhar. Então, descobrimos... as desvantagens, as dificuldades, os riscos, mas também as agradáveis surpresas, as maravilhosas descobertas, os inesperados momentos de

crescimento. Assim, acredito que Deus está conosco. Está no meio das nossas experiências de caminhada, através do que enfrentamos pelo caminho, que somos chamadas a um relacionamento cada vez mais profundo com Deus e a uma contínua descoberta da ação de Deus nas nossas vidas.

PRIMEIRO MANDATO: 1985-1990

CAPÍTULO GERAL 1985

O capítulo Geral de 1985 foi o primeiro, após a aprovação das nossas novas constituições em 1980. As Constituições tinham sido aprovadas, entre Capítulos, pela Sagrada Congregação para os Religiosos em 24 de fevereiro de 1983. Os desafios das Constituições ressoavam nos nossos ouvidos. Nas nossas províncias e região, pessoalmente e nas nossas comunidades, tínhamos vindo a estudá-las em retiros sobre as constituições, concentrando-nos nelas, e rezando através delas. Queríamos encarnar estas palavras na vida do nosso Instituto e nas nossas vidas pessoais.

Em 1983, dois anos antes do capítulo geral, tinha-nos sido pedido que sonhássemos sobre os próximos dez anos a fim de chegarmos ao tema do capítulo geral. Um dos temas que surgiu foi um desejo de maior colaboração - colaboração entre nós como Instituto e com todos os membros da família humana. O segundo tema foi o uso dos nossos recursos ao serviço da justiça evangélica. Assim, o tema escolhido para o capítulo geral foi: Colaboração para a Missão da Igreja no Mundo o Uso dos Nossos Recursos ao Serviço da Justiça Evangélica.

Segundo o Relatório Estatístico da Secretária Geral, Catherine Dolan, para o Capítulo Geral de 1985, tal como em 31 de dezembro de 1984, éramos 1332 membros, dos quais 26 eram de votos temporários, em seis províncias, uma região e o nível geral, assim distribuídos:

Província Brasileira: 166

Província Americana de Leste: 330

Província Anglo Irlandesa: 210

Província Francesa: 48
Região de Moçambique: 29
Província Portuguesa: 429
Província Americana de Oeste: 116
Nível Geral: 4

O Capítulo Geral de 1985 pediu-nos para avançar em quatro áreas: Compromisso com a Educação para a Justiça, Internacionalidade e Partilha de Recursos, Formação e Planeamento.

A Ir. Patrícia Connor (PAO) foi eleita superiora geral e a Ir. Maria Lúcia Brandão (P) e Ir. Bemadette McNamara (F) foram eleitas conselheiras gerais.

RECORDAÇÃO PESSOAL

Do CAPÍTULO GERAL 1985

Ainda hoje recordo, perfeitamente, o Capítulo Geral de 1985 realizado em Monte Cuco, Roma. A Ir. Donna Kenney, SC, de Leavenworth Kentucky, foi a nossa facilitadora. Quando nos juntámos, não éramos tantas como no último capítulo geral em 1980. A nossa média de idade tinha aumentado desde 1980. Estávamos conscientes do decréscimo do nosso número e aumento da nossa média de idade. Havia um sentimento muito forte de que os nossos esforços estavam dispersos e fragmentados e que havia uma dispersão de energias ao nível dos ministérios. Sentíamos a pobreza dos nossos recursos. O que estava a ser pedido era a Revitalização para a Missão e um processo alargado, a nível de Instituto, do Planeamento da Congregação que tocaria todos os aspetos da nossa vida.

Lembro-me perfeitamente da Liturgia Eucarística de conclusão do capítulo. O Evangelho era a história da Multiplicação dos Pães dos Peixes. Tendo sido eleita próxima Superiora Geral, pediram-me para fazer a reflexão da Liturgia Eucarística conclusiva. Lembro-me de ter pensado como a história do Evangelho falava tão bem do que tínhamos experimentado no Capítulo. As necessidades do mundo eram tão grandes e os nossos recursos tão limitados, e nós sabíamos que nos próximos anos ficariam ainda mais limitados. A expressão ‘reduzir’ ainda não fazia parte do nosso vocabulário comum, mas parecia ser aquilo a que estávamos a ser chamadas. Contudo, a lição de Jesus na história do Evangelho era que, apesar da limitação dos recursos, haverá o suficiente, porventura um excesso, se cada uma partilhar o que tem. Isto foi para mim reconfortante ao regressar a Los Angeles no fim do capítulo geral.

Fui a casa, Califórnia, no princípio de agosto e planeei regressar a Roma no princípio de novembro. Na Província Americana de Oeste tínhamos tido uma mudança na liderança da Província no dia 01 de julho de 1985, alguns dias antes da abertura do capítulo geral. A Ir. Joan Treacy (PAO), nossa nova Provincial, tinha-me pedido para ser a Economa Provincial. Quando fui eleita Superiora Geral, era Economa provincial há quatro semanas. Além de assumir essa função, eu planejava dar aulas, a meio tempo, na escola do Sagrado Coração de Maria em Montebello. No último dia do capítulo geral, num instante, a função responsabilidades de superiora geral foram transferidas da Ir.

Mary Milligan para mim. Recordo como foi abrupto, para mim pessoalmente, não ter tido um tempo de transição, assumindo algo de novo sem sequer ter tempo para deixar os compromissos existentes.

Havia alguns assuntos imediatos do Instituto, pendentes, que me foram explicados genericamente antes de eu sair de Roma.

Air. Mary Milligan continuou em Roma após o capítulo geral. Mary e eu concordámos que ela regressasse à Califórnia do Sul em fins de outubro, e alguns dias depois eu partiria para Roma. Bernadette McNamara também planeou chegar a Roma em fins de novembro. Maria Lúcia Brandão já estaria no Generalato.

Foi uma dádiva a Maria Lúcia Brandão ter continuado como conselheira geral por um segundo mandato. O seu conhecimento do Instituto, a sabedoria e experiência com o anterior Conselho Geral foram incalculáveis. Graças a Deus, a Ir. Catherine Dolan (PAI) aceitou, generosamente, continuar como Secretária Geral por mais dois anos e isso foi também uma grande graça. Catherine tinha sido Secretária Geral no tempo da Ir. Mary Milligan e seu Conselho, e contribuiu extraordinariamente, nessa função, desde o início do mandato do novo Conselho Geral em 1985 até setembro de 1987. A Ir. Judith Lupo (B) continuou como Económa Geral até 24 de fevereiro de 1986, altura em que a Ir. Rosemary Lenehan (PAI) assumiu a função de Económa Geral. Judith continuou em Roma, no Generalato, até ao verão, ajudando a Rosemary na sua nova função e a trabalhar com a Equipa do Generalato na preparação da Sondagem do Instituto.

Bernadette McNamara e eu chegámos a Roma no princípio de novembro de 1985. Alguns dias depois, Maria Lúcia, Bernadette e eu reunimo-nos pela primeira vez, como Conselho Geral.

O INSTITUTO EM FRANÇA

1985-1990

Um dos primeiros assuntos que o Conselho Geral, Maria Lúcia Brandão, Bernadette McNamara e eu enfrentámos, quando nos juntámos em novembro de 1985, foi a nomeação de uma nova provincial na Província Francesa. Quando Bernadette McNamara foi eleita conselheira geral no capítulo geral, era ela a Provincial da Província Francesa. O seu mandato como provincial tinha sido prolongado por indulto especial por mais dois períodos de três anos. Era necessário fazer uma consulta à Província Francesa. A Ir. Gabrielle O'Regan (PAI) ia terminar o seu segundo mandato como Provincial da Província Anglo Irlandesa nos meses seguintes, portanto, também aí era necessário fazer uma consulta a província para a nomeação de uma nova provincial. Em conversa com Gabrielle, ensaiámos um processo para consulta de uma lima provincial. Esse processo de consulta, enquanto familiar para as que, de entre nós, estavam no Instituto em 1986, era algo de novo nessa altura. Gabrielle O'Regan e as irmãs da Província Anglo irlandesa e da Província Francesa foram extraordinariamente abertas e flexíveis e, com uma informação relativamente curta, foram agendadas assembleia para iniciar cada uma das consultas.

Maria Lúcia, Bernadette e eu partimos para Paris a 27 de dezembro de 1985 para iniciar a consulta à Província Francesa. Saímos do Generalato em direção ao aeroporto, naquele dia fatal, sem sabermos que tinha acabado de ocorrer um ataque terrorista no Aeroporto Leonardo da Vinci - Fiumicino. Quando chegámos ao aeroporto, a Ir. Judith Lupo, que nos levou, não conseguiu parar o carro em nenhum dos terminais. Ao circundarmos o aeroporto, vimos imensas pessoas de pé fora do terminal e carros funerários

estacionados na borda dos passeios. Através de um rádio fomos informadas de que tinha ocorrido um ataque terrorista. Por fim, Judith deixou-nos e nós três fomos juntar-nos a todos os que esperavam fora do terminal. Assim que pudemos entrar, vimos uma barreira de madeira construída a pressa, junto ao check-in, para o nosso voo para Paris. Bloqueava o café e os balcões de algumas linhas aéreas internacionais. Nessa noite, em Paris, enquanto Maria Lúcia, Bernadette e eu jantávamos, escutámos mais notícias sobre o ataque, mas só na manhã seguinte conseguimos ver no jornal, a fotografia da terrível mortandade - foram mortas 16 pessoas e 99 ficaram feridas. Ficámos chocadas perante o número de vítimas. Ainda não tínhamos conhecimento de que uma das vítimas mortais era uma estudante, de 11 anos, da Marymount Internacional School, Roma.

A consulta à Província Anglo Irlandesa realizou-se mais tarde, nos primeiros meses de 1986, e a Ir. Josepha O'Sullivan (PAI) foi nomeada nova Provincial dessa Província. Na consulta à Província Francesa, apenas uma, para além das sete irmãs sugeridas, concordou continuar no processo. Havia 48 irmãs na Província Francesa no final de 1984. Um bom número era de irmãs idosas. Embora o número de irmãs em França fosse pequeno, a propriedade a gerir era significativa. Depois de muito se pensar sobre esta situação, parecíamos, como Conselho Geral, que era altura de levantar a questão: a estrutura existente, da Província Francesa, era adequada para levar a cabo todas as funções de uma província?

Tornar-se uma Vice Província

Nessa altura, como em tantas outras ocasiões, nos anos seguintes, procurámos a orientação e conselho do Pe. William Hogan, CSC, jurista em direito canónico e ex-conselheiro Geral da Congregação da Santa Cruz. O Pe. Bill tinha muita experiência em ajudar

congregações internacionais a lidar com questões de reestruturação e o seu conselho foi

precioso. Havia a necessidade imediata de que a representante legal do Instituto em França, fosse nomeada, para substituir Bernadette McNamara, nessa função; portanto, o Conselho Geral nomeou uma conselheira Provincial, Marguerite-Marie Lyng (F) para assumir essa responsabilidade, enquanto a Bernadette continuava a liderar outras atribuições da Provincial até julho de 1987. Então, pedimos às nossas irmãs em França para pensarem em possibilidades para o caminho a seguir. O Pe. Bill tinha sido extremamente útil ao descrever possíveis estruturas alternativas e as características de cada uma. As irmãs da província Francesa tiveram-nas sempre em consideração, nas áreas em que a colaboração pudesse ser particularmente benéfica e, em seguida, fizeram uma recomendação ao conselho geral sobre a futura estrutura da Província Francesa. Prevendo que o prolongamento do linidido de Bemadette McNamara, como provincial, terminasse em agosto, após o conselho geral ampliado, a Ir. Marguerite-Marie Lyng foi nomeada Provincial da Província Francesa por um período de transição, a ter início em 10 de agosto de 1987.

No conselho geral ampliado, em Braga em 1987, facilitado pelo Pe. Bill Hogan, Marguerite-Marie Lyng e o Conselho Geral apresentaram ao conselho geral ampliado uma recomendação sobre a futura estrutura da Província Francesa. Segundo a recomendação, a província Francesa tomar-se-ia uma vice província e ficaria especialmente ligada a uma das nossas províncias, de modo particular na área das finanças e da formação inicial e permanente, a fim de que o pequeno no número em França pudesse fazer parte de algo maior. O Pe. Bill ajudou-nos imenso na reflexão tão importante e sensata, sobre que província seria melhor para uma colaboração especial.

O discernimento levou o conselho geral ampliado a ver que as melhores possibilidades para as nossas irmãs de França se situavam

numa ligação especial com a província Anglo-Irlandesa. Esta possibilidade foi então apresentada às nossas irmãs da Província Francesa e da Província Anglo-Irlandesa através de uma série de assembleias, para captar a sua opinião. Foi redigida uma descrição muito simples sobre uma vice província. Explicámos que os detalhes da organização e áreas de colaboração seriam trabalhados por uma Comissão *ad hoc*, composta por irmãs da Província Anglo-Irlandesa, da Província Francesa e Conselho Geral. As assembleias realizaram-se no final de 1987 e janeiro de 1988. Bernadette McNamara esteve presente em cada assembleia em França, em Inglaterra e na Irlanda, com um membro do Conselho Provincial Anglo-Irlandês e Marguerite-Marie Lyng, Provincial da Província Francesa, para escutar a opinião das irmãs. Fizemos questão de ouvir também a opinião das nossas irmãs da Província Anglo-Irlandesa no Brasil e na Zâmbia.

Como é compreensível, houve questões e reservas. Contudo, o interesse tanto da Província Francesa como da Província Anglo-Irlandesa foi suficiente para encontrar representantes das duas Províncias para, juntamente com o Conselho Geral em Roma, delinear as possíveis áreas de colaboração. Esta Comissão *ad hoc* sobre Estruturação da Província Francesa reuniu-se durante duas semanas, em abril e maio de 1988. As Irs. Joyce Attwood e Máire O'Donnell da Província Anglo-Irlandesa e as Irs. Marguerite-Marie Lyng e Myriam Bécourt da Província Francesa foram os membros desta Comissão *ad hoc*. O Pe. Bill esteve novamente conosco para facilitar o encontro e para fornecer informação muito valiosa, fruto da riqueza da sua experiência. O resultado do encontro foi um possível plano de

colaboração, com o maior apoio da Formação Inicial, Pastoral Vocacional, Formação Permanente e Patrimônio Financeiro.

A estrutura formal de colaboração incluía o importante elemento da responsabilidade. Isto foi então enviado aos dois conselhos provinciais. Todas compreendemos que a Vice Província era a estrutura mais viável nessa altura e que a avaliação seria construída em parceria. No dia 01 de julho de 1988, o conselho geral autorizou a constituição da Vice Província Francesa e a estrutura de colaboração como a Província Anglo-Irlandesa. Estou apenas a narrar, aqui, acontecimentos, globais do que se passou. Isto foi um passo gigante para um instituto fundado em França, cujo Fundador e Fundadora eram Franceses. Foi carregado de emoção. A mudança de estrutura não podia ter acontecido sem a abertura e profunda resposta de fé das nossas irmãs da província Francesa e da Província Anglo-Irlandesa e, particularmente, da liderança das duas Províncias, Josepha O'Sullivan (PAI) | Marguerite-Marie Lyng (F). Eu manifestei isto na minha carta ao instituto ao anunciar a mudança de estrutura (ver Apêndice I).

Formou-se uma Comissão especial de Patrimônio Financeiro. Os membros da comissão eram a Vice Provincial Francesa, Marguerite-Marie Lyng, a ecónoma da Vice Província Francesa, Lucienne Dubois, ecónoma da Província Anglo-Irlandesa, Ellen O'Leary, e a ecónoma geral, Rosemary Lenehan. Nessa ocasião, a Comissão iria encontra-se se com conselheiros profissionais da Vice Província Francesa. Os membros da Vice Província Francesa também se encontraram com membros da Equipe de Formação da Província Anglo-Irlandesa e com um grupo principal *ad hoc* para troca de ideias sobre envelhecimento e o necessário acompanhamento físico, espiritual e psicológico ao avançar na idade. A Província Anglo-Irlandesa e a Vice Província francesa nomearam também uma pessoa

responsável para promover a comunicação. Sem dúvida, um fator importante era estudar cada uma a língua da outra e providenciar a tradução da informação de cada uma. As irmãs da Província Anglo-Irlandesa e da Vice Província Francesa trabalharam em conjunto sobre os eventos, durante o Ano Centenário da morte do Padre Gailhac, 1989-1990, e fizeram parte do staff do conselho geral ampliado que se realizou perto de Béziers em 1989.

PLANEAMENTO DA CONGREGAÇÃO

1986-1990

Durante as primeiras semanas em que Maria Lúcia, Bernadette e eu estivemos juntas em Roma, em novembro de 1985, refletimos sobre a forma como iríamos enfrentar a implementação do mandato do capítulo geral, sobre o Planeamento da Congregação. O mandato era desafiador:

Que o Conselho Geral inicie um processo de planeamento da congregação que incorpore e coordene o planeamento em cada uma das províncias. Tal processo irá

- A) Cobrir todos os aspetos da nossa vida
- B) Utilizar todos os elementos de um processo de planeamento formal
- C) Envolver a participação das Irmãs (bem como daqueles a quem servimos e daqueles que trabalham conosco).

Sugerimos fortemente que o conselho geral procure apoio profissional, selecionando, depois de reavaliado, um grupo internacional com experiência em planeamento, capaz de nomear pessoas que, em cada uma das nossas províncias,

trabalhe com as irmãs, no idioma local. Este grupo deveria ter experiência de trabalho com congregações religiosas ao nível internacional e conseguir completar o trabalho num ano.

Sugerimos que se nomeie uma irmã, em cada província, que faça a ligação entre o grupo e o governo provincial. Ela deverá liderar e facilitar as relações de trabalho entre as irmãs e o grupo. Visto que um processo de planeamento implica mudança, ela ajudará o Conselho Provincial a preparar as irmãs espiritual, emocional e intelectualmente - para este processo.

Sugerimos também que o Conselho Geral Ampliado faça as necessárias recomendações ao Conselho Geral, durante e na finalização do processo, e que o Conselho Geral seja responsável pela implementação de todo o processo. Este incluirá uma avaliação permanente.

Capítulo Geral 1985

O nosso primeiro passo ao implementar esta decisão do capítulo geral foi consultar pessoas em Roma que tivessem experiência de planeamento congregacional. Felizmente conseguimos contactar pessoas muito experientes e informadas que nos ajudaram na nossa reflexão: Ir. Helen McLaughlin, Superiora Geral da Sociedade do Sagrado coração (RSCJ), o Conselho Geral RSCJ, e o Pe. Bill Hogan, CSC, que tinha conversado com membros do conselho geral ampliado sobre planeamento de congregações, no encontro em Béziers em 1979. Foram muito úteis no Capítulo Geral de 1985; Collette Mahoney (PAI) tinha-me dado uma proposta da firma internacional Coopers & Lybrand (C&L) sobre elementos de um

processo de planeamento formal. Refletindo sobre a informação que tínhamos recolhido e estudando esta proposta, decidimos contactar Coopers & Lybrand, em Nova York, para discutirmos a possibilidade de a firma trabalhar conosco.

Falei com o Dr. Franck de Chambeau da Coopers & Lybrand e combinamos o seu encontro com Maria Lúcia, Bernadette e eu, em janeiro de 1986, quando estivéssemos em Londres para a consulta à província Anglo-Irlandesa. Encontrámo-nos com o Dr. Chambeau e com o sr. John Frank, pela primeira vez, no Centro Provincial da Província Anglo-Irlandesa em Ealing, Inglaterra.

O facto de o mandato do capítulo geral apelar para um planeamento que envolva todos os aspetos da nossa vida e a participação das irmãs, conduziu a uma aventura entusiasmante para nós a nível geral e para todo o Instituto. Não sabíamos bem, nesse momento, onde isto nos levaria e que surpresas nos esperavam.

A primeira carta que Maria Lúcia Brandão, Bernadette McNamara e eu enviámos ao Instituto foi escrita em Londres a 16 de janeiro de 1986. Nela falávamos de ter contratado os serviços consultivos da Coopers & Lybrand para nos acompanhar no processo de planeamento. Seguiu-se a nossa carta para o 24 de fevereiro de 1986 na qual partilhávamos a informação sobre a aproximação e o plano de implementação do mandato do capítulo geral sobre o Planeamento da Congregação.

Fevereiro-março 1986 - Questionário Sondagem

O Dr. de Chambeau informou-nos que, como primeiro passo,

precisaríamos de uma Sondagem a nível de todo o Instituto. O Questionário Sondagem necessitaria ser analisado objetivamente a fim de determinar o que era, ou não, útil no Instituto. Nós sabíamos que a Sondagem envolveria imenso tempo e energias. Também sabíamos que a fatura pelos serviços da Coopers & Lybrand seria considerável e que pagar a Sondagem representava um desafio, visto que o nível geral não tinha recursos financeiros além das participações anuais das províncias/ região para o Orçamento Corrente anual. Contudo, Maria Lúcia, Bernadette e eu sentíamos que era essencial iniciar a Sondagem e ter uma análise objetiva do Instituto. O Estudo, acreditávamos, poderia ajudar-nos a compreender a realidade do Instituto e as questões que teriam maior impacto.

Em fevereiro e março de 1986, com a orientação da coopers e lybrand, preparamos a sondagem. A amplitude e alcance do mandato do capítulo geral de 1985, para um planeamento da congregação, necessitavam questionário sondagem que examinasse todos os aspetos da nossa vida (missão, ministérios, valores partilhados, estruturas, formação, governo, finanças, comunidade, etc.) e envolvesse e participação das irmãs. Era uma tarefa hercúlea para planear. À Maria Lúcia, Bernadette, Catherine Dolan, Rosemary Lenahan, Judith Lupo e a mim, parecia interminável.

Nisto e através de tudo isto, nós estávamos em contato com a coopers & Lybrand em nova York. Traduzindo com exatidão, verdadeiro significado em francês, português e inglês era desafiar e dar espaço a cada uma das páginas do questionário, para corresponder como cada uma em três línguas, era monumental. Isto era necessário a fim de catalogar as respostas. Ainda hoje me parece ouvir Maria do Rosário Durães (P) e Judith Lupo (B), procurando a palavra certa em português, que tivesse o mesmo significado para as duas províncias,

brasileira e portuguesa. Não há palavras para descrever adequadamente a dedicação e profissionalismo do rosário para ter a certeza de que as traduções eram fiéis e que o espaço era o mesmo nas três línguas, em cada uma das 51 páginas.

Em março de 1986, planeámos com provinciais/regional e membros do staff provincial/regional para que o maior número possível de irmãs completasse o questionário sondagem. A cooperação e criatividade através do instituto foram fabulosas. Num Moçambique dilacerado pela guerra, os missionários jesuítas levaram o questionário do Maputo até às nossas irmãs em áreas remotas e perigosas e, no regresso, os mesmos missionários pegaram nos questionários completos e entregaram-nos na Casa Regional dos Jesuítas no Maputo.

Algumas províncias providenciaram ajuda para as irmãs que tinham dificuldade em preencher o questionário. Irmãs, individualmente, leram às nossas irmãs doentes e invisuais e ajudaram-nas a completar cada uma das 51 páginas do questionário. O resultado foi incrível. Quando terminado, 92% do Instituto completara o Questionário Sondagem. Foram recolhidos 1190 questionários. A Coopers & Lybrand nunca tinha tido um nível de respostas tão elevado dos grupos com que tinha trabalhado.

Pedimos aos níveis provincial e regional para nos fornecerem informação corrente sobre os seus membros, nível etário dos grupos, finanças, etc. e para fazerem projeções para os próximos 17 anos até 2003. Isto foi um desafio enorme, pois não estávamos habituadas a fazê-lo. Em alguns lugares, houve resistência a fazer projeções até 2003. No entanto, apesar das dificuldades, conseguimos receber as

projeções das províncias e região.

Então, com toda esta informação, a Coopers & Lybrand fez uma análise das respostas recolhidas para todo o Instituto, e uma análise separada para cada província e região. A Coopers & Lybrand apresentou a Análise da Sondagem do Instituto em Inglês e Português, durante o conselho geral ampliado em Belo Horizonte, Brasil, em agosto de 1986. Depois do conselho geral ampliado, um representante da Coopers & Lybrand, Franck de Chambeau (Inglês), Evandro Braz (Português) ou Jean Terren (Francês), foram a cada província onde se encontraram com o respetivo conselho provincial e ou Maria Lúcia, Bernadette ou eu estava presente a fim de escutar e compreender a análise de cada província. Como rebentara a guerra civil em Moçambique, a análise da Região de Moçambique foi apresentada à Regional, Ir. Palmira dos Anjos Azevedo (M), em Portugal.

Lembro-me da excitação que senti à medida que os membros do conselho geral ampliado, do staff, tradutoras e secretárias, Franck de Chambeau (C&L, New York) e Evandro Braz (C&L, Brasil) iam chegando para o conselho geral ampliado em Belo Horizonte.

Agosto de 1986 Análise da Sondagem da Coopers & Lybrand

Durante os primeiros dias do encontro, Franck de Chambeau e Evandro Braz comentaram a Análise da Sondagem da C&L. Em algumas áreas, o instituto estava francamente bem especialmente no governo, mas noutras havia sinais de preocupação. A primeira causa de preocupação era na área da Missão. AC&L disse que não éramos descoordenadas, mas que em breve poderíamos ficar descoordenadas

sem uma orientação concreta para a missão. Ainda me parece ouvir o Dr. Chambeau dizer que, em algumas situações, as nossas respostas não tinham a ver com o que dizíamos a nosso respeito nas nossas Constituições e documentos do Capítulo. Referimo-nos a nós como “Corpo para Missão”, mas o Instituto está descentralizado. Ele continuou dizendo que as respostas revelavam que todas nós “pensamos como instituto” e um grande número de nós “sente como Instituto,” mas seria muito difícil “agir como Instituto”.

O Dr. de Chambeau continuou dizendo que, de acordo com a Análise da Coopers & Lybrand, as RSCM são tão diferentes que, no futuro, pode não ser possível ir de uma província para outra. Será um guinde desafio coordenar e eventualmente integrar planeamento de Instituto com planeamento de província. Continuou explicando que há uma certa ambiguidade relativamente à compreensão da missão do Instituto, e alguma tensão entre ministérios tradicionais e o compromisso com a justiça e solidariedade com os pobres. Há uma nítida falta de preferência por tipos específicos de ministérios que, poderiam indicar uma futura direção. A Sondagem também revelou o desequilíbrio financeiro causado por um grande número de irmãs a trabalhar em ministérios não remunerados, e a falta de um plano de investimento que nos pudesse ajudar a fazer despesas sem criar dificuldades e tensões para o futuro.

A grande maioria de irmãs respondeu que eram felizes onde estavam e gostavam do que faziam. A Coopers & Lybrand interpretou isto como a dificuldade que as irmãs sentiam em relação à mudança, tanto geograficamente como em termos de atitude. Lembro-me de me ter sentido paralisada. Ao ouvir tudo isto, e refletindo em conjunto, o conselho geral ampliado estabeleceu objetivos para o passo seguinte do processo de planeamento:

- Dar um sentido à nossa futura direção da missão
- Formular um plano de formação para o Instituto
- Elaborar um plano financeiro que garanta a manutenção da nossa missão.

O conselho geral ampliado recomendou que se iniciasse um processo de reflexão corporativa, em todo o Instituto, a fim de nos ajudar a clarificar a direção da Missão.

I Encontro das Pessoas de Ligação ao Planeamento: Preparando o Processo de Reflexão Corporativa

Conservando a orientação dada pelo Capítulo Geral de 1985, em abril de 1986, foi nomeada uma irmã em cada província/região para ficar em ligação com o nível geral e provincial/regional. Demos-lhe o nome de Pessoa de Ligação ao Planeamento.

Ora, com a tarefa de desenvolver um Processo de Reflexão Corporativa em todo o Instituto que ajudasse a clarificar a nossa orientação na Missão, o grupo Pessoas de Ligação ao Planeamento juntou-se pela primeira vez de 5-15 de fevereiro de 1987, no Generalato. Este grupo maravilhoso de irmãs altamente motivadas era: Maria José Teixeira (B), Carol Schommer (PAL), Marianne Murray (PAI), Marie Dominique Treacy (F), Maria Celina Reis (P), Catherine Garcia (PAO) e Palmira Azevedo (M).

Tínhamos pedido a duas pessoas, ricas em experiência e conhecimentos, para nos ajudarem no processo de reflexão corporativa: Dr. Jean Alvarez e Ir. Nancy Conway, CSJ. A sua orientação, dons para facilitar e sensibilidade às culturas eram incalculáveis. Ajudaram-nos a compreender que a declaração da missão poderia ajudar a tomar as Constituições mais focalizadas num período particular da história, ajudar-nos a ver onde queremos chegar como Instituto, ajudar-nos a trabalhar juntas na direção que queremos seguir, e poderia ainda ajudar todas as províncias e região a integrar uma visão comum.

O encontro das Pessoas de Ligação ao Planeamento da Província, em fevereiro de 1987, focalizou-se na preparação do processo de reflexão corporativa. Todas tentámos lidar, o melhor que pudemos, com a tensão entre nós. Era palpável. Onde nos levaria isto?

Como

iríamos conciliar o que as províncias e a região já estavam a fazer / planejar fazer, com este processo de reflexão corporativa? Houve muitas perguntas sem resposta. Não foi um encontro fácil.

A tarefa das Pessoas de Ligação ao Planeamento era extremamente importante. Não só trabalhavam em conjunto para preparar o Processo de Reflexão Corporativa, mas ajudavam-nos a todas a harmonizar as várias propostas culturais e a trabalhar as nossas diferenças. Tinham também um papel muito significativo nas respetivas províncias/região com o processo de planeamento.

Março de 1987 - abril 1988 Processo de Reflexão Corporativa - Primeira etapa.

Todo o Instituto participou no Processo de Reflexão Corporativa, de de março de 1987 a 30 de abril de 1988. Quando começámos o Processo de Reflexão Corporativa, em maio de 1987, o Conselho Geral nomeou a Ir. Catherine Dolan, Coordenadora do Planeamento. Ela tinha sido Secretária Geral durante os primeiros sete anos - o período de cinco anos da Ir. Mary Milligan e seu Conselho e dois anos com Maria Lúcia, Bernadette e eu. Todas conhecíamos os imensos dons de organização, clareza de pensamento e expressão da Catherine. Ela era um dom! Dirigia o processo de Planeamento, colaborava com o Conselho Geral e com as Pessoas do Planeamento Provincial e comunicava com as províncias/região.

Quando o mandato da Catherine como Secretária Geral terminou, em setembro de 1987, a Ir. Mary Alice Young (PAL) assumiu as responsabilidades de Secretária Geral. Era altura de muito trabalho no Nível Geral, mas Mary Alice iniciou as suas funções de Secretária Geral com muita energia e entusiasmo. Nós apreciámos muito os benefícios que ela trouxe à Equipa do Generalato.

O Instituto estava a meio do Processo de Reflexão Corporativa quando a Catherine Dolan (PAI) assumiu a função de Coordenadora do Planeamento. O processo envolvia muito trabalho de tradução, revisão e organização das respostas. A primeira etapa de reflexão e respostas foi na Área 1 - Redefinição da nossa Identidade - e Área 2 - Clarificação da Missão. Fez-se uma síntese das folhas de resposta das províncias e região que foi estruturada de acordo com os sete elementos que a Ir. Nancy Conway e a Dr^a. Jean Alvarez identificaram como geralmente encontradas em declarações da missão: 1) razão de existência do grupo; 2) as raízes de onde vem; 3) as características distintas do grupo; 4) pessoas a serem servidas pelo grupo; 5) qualidades de serviço que o grupo tenciona oferecer; 6) a futura direção do grupo; 7) palavras-chave que sejam ricas de significado para o grupo (cf. Jean Alvarez, Ed. D. "Focusing a Congregation's Future," *Human Develogment*, Winter 1984). Em maio de 1988, foi enviada ao Instituto uma síntese destes sete elementos.

Maio de 1988 - Pessoas de Ligação ao Planeamento II: Esboço da Declaração da Missão

Com estas respostas ficávamos a conhecer o nível de adesão que havia na Clarificação da Missão e Reafirmação da Identidade. Nesta altura, pedimos à Ir. Margaret Fielding (PAI) que redigisse um esboço da Declaração da Missão usando as sínteses. Margaret, escritora dotada como é, juntou todos os elementos comuns e escreveu o primeiro esboço da Declaração da Missão, durante o segundo encontro das Pessoas de Ligação ao Planeamento, maio 18-26, 1988. A Ir. Marina Queiroz (B) da Província Brasileira esteve neste encontro. Lembro-me como ficámos felizes com a primeira leitura do esboço da declaração da missão. Este esboço foi então levado para o encontro do conselho geral ampliado em Los Angeles, em julho de 1988.

Setembro/outubro 1988 - Processo de Reflexão Corporativa - Segunda etapa

O esboço da declaração da missão foi enviado a seguir ao encontro do conselho geral ampliado. Perguntava-se às Irmãs se ele estava de acordo com o que nós somos, se era fiel, se indicava uma direção futura, e se faltava alguma coisa. Margaret Fielding recebeu então estas respostas confrontadas e fez a revisão ao esboço da declaração da missão.

24 de fevereiro, 1989 - Esboço Revisto, da Declaração da Missão, enviado às Irmãs

Catherine Dolan enviou duas comunicações ao Instituto a clarificar onde estávamos no processo: ‘Esclarecimento de Alguns Aspetos da Declaração da Missão’ e ‘Reações do Instituto sobre a Declaração da Missão’. A carta do conselho geral para 24 de fevereiro de 1989 focava alguns aspetos da declaração da missão revista e perguntava às irmãs se podiam ou não aceitar o esboço revisto da declaração da missão.

Houve menos de vinte irmãs que disseram ter dificuldades, questões e preocupações sobre a declaração da missão, mas eram compreensíveis, e as suas respostas foram bem pensadas. A principal área de preocupação daquelas que tinham dificuldades e perguntas tinha a ver com a interpretação do texto e possíveis diferenças de interpretação; a aparente contradição ao assumir a nossa missão para *todos*, enquanto dando um enfoque específico em *alguns*, “os que têm mais necessidade de justiça”. Outra área de preocupação era a dificuldade em aceitar a declaração da missão sem conhecer as suas implicações.

Abril 1989 - Critérios do Instituto para os Ministérios

Os Critérios do Instituto para os Ministérios foram enviados em abril de 1989. Estes critérios ajudavam-nos a compreender/antever como as palavras da declaração da missão podiam ser aplicadas concretamente a uma área das nossas vidas e a escolher e avaliar ministérios.

Maria Lúcia, Bernadette e eu escrevemos ao Instituto em 8 de abril de 1989 e aproveitámos a oportunidade para responder às dificuldades e preocupações que algumas irmãs manifestaram com a revisão da declaração da missão, pensando que possivelmente alguns destes sentimentos eram partilhados também por outras. Escrevemos que poderia tornar-se necessário a cada província, vice província, região, identificar “os mais pobres, os despojados, os marginalizados, os sem voz” dentro da sua situação particular. Necessitaríamos trabalhar juntas, a todos os níveis, para aprofundar a nossa compreensão de como a missão geral para *todos* e o foco específico *naqueles que têm mais necessidade de justiça* estão relacionados uns com os outros.

Julho de 1989 - O Conselho Geral Ampliado ratifica a Declaração da Missão

No conselho geral ampliado, perto de Béziers, em julho de 1989, nós, como Conselho Geral, fizemos uma comunicação sobre o status da declaração da missão. Nesse encontro, o conselho geral ampliado ratificou a Declaração da Missão. No ano anterior ao Capítulo Geral 1990, comunicámos ao Instituto que o conselho geral ampliado tinha ratificado a Declaração da Missão. Enviámos ao Instituto o esboço revisto e fundamentado, perguntando às irmãs se confirmavam ou não

a Declaração da Missão, antes de ser considerada para aprovação no capítulo geral. Explicámos que era o culminar de um processo que envolvia

todo o Instituto, e que era a orientação para os próximos 10-15 anos. 97% das irmãs manifestou-se pela aprovação da Declaração da Missão. Esta seria finalmente levada ao Capítulo Geral 1990 para aprovação.

Durante este mesmo período, 1987-1990, formaram-se Comissões Task Force a fim de tratarem de questões específicas. Tivemos uma Task Force sobre Partilha de Recursos e uma outra sobre Formação Inicial, que foram extremamente importantes na ajuda que nos deram como Instituto.

Tal como com o desenvolvimento da Declaração da Missão, continuávamos a experimentar desafios no processo de planeamento. Cada província e a região estavam em pontos diferentes e tinham um estilo e percurso cultural diferentes. As necessidades do Instituto nem sempre eram as de uma província particular ou região. Precisávamos de alcançar um equilíbrio sensível, entre os movimentos de planeamento, “de cima para baixo” e “de baixo para cima”.

ASSEMBLEIA INTER ÁFRICA

JANEIRO 1987

A Ir. Maria Leonor Fernandes (M), anterior conselheira geral da Província Portuguesa, depois de ter deixado Roma em 1975, tinha sido membro da Região de Moçambique. A Ir. Mary Milligan nomeou-a primeira Coordenadora Inter África em 1981 e Maria Leonor desempenhou um papel muito significativo ao iniciar uma

maior comunicação entre as nossas irmãs em Moçambique, Mali, Zâmbia e Zimbabwe (ver Apêndice 2). Ela foi o catalisador para a primeira Assembleia Inter África e, em janeiro de 1987, o sonho de Maria Leonor de uma assembleia Inter África realizou-se no Seminário Chishiwasha, Harare.

As nossas irmãs no Zimbabwe foram anfitriãs maravilhosas durante a assembleia.

Alguns dias antes do Natal de 1986, a Ir. Maria do Rosário Durães (P), tradutora ao serviço do generalato e eu, deixámos Roma para ir assistir à Assembléia Inter-África que teria lugar no Zimbabwe. Passámos alguns dias em Moçambique antes do início da Assembléia. Esta foi a minha primeira viagem à África e eu sentia-me inadequada a muitos níveis, especialmente na minha capacidade de comunicar com as irmãs em Moçambique. Eu tinha estudado português durante quatro semanas, em Lisboa, em maio de 1986, mas as minhas habilidades linguísticas em Português eram muito limitadas. Felizmente Rosário ajudava-me na tradução.

Tivemos uma paragem de oito horas em Joanesburgo *em direção* ao Maputo, e mesmo durante aquelas oito horas no aeroporto, nós tivemos a experiência do forte sistema opressivo do apartheid na África do Sul. Recordo a nossa chegada ao Maputo e a viagem de carro do Aeroporto do Maputo para a Casa Regional. Era quase Natal e havia um perfeito contraste entre a atmosfera pré-Natal que deixámos em Roma e as ruas de Maputo. Não havia luzes na cidade. Moçambique, país marxista, estava no meio de uma guerra civil. As nossas irmãs no Maputo foram extraordinárias. A Véspera do Natal foi notável e eu senti, como nunca sentira antes, a alegria e a esperança que o nascimento de Cristo é para a humanidade sofredora.

Rosário e eu fomos de Maputo para Harare. O Zimbabwe estava lindo, com flores por todo o lado e havia buganvílias coloridas no exterior da casa das nossas irmãs em Malbelreign. Pouco depois, fomos conduzidas ao Seminário Maior em Chishawasha, o local da nossa Assembléia. Foi maravilhoso encontrar no Zimbabwe as nossas irmãs do Mali e da Zâmbia e ver de novo as nossas irmãs de

Moçambi-

que. Fiquei também muito contente por ver as Irmãs Josepha O’Sullivan, Provincial da nossa Província Anglo-Irlandesa, e lida Saavedra, Provincial da nossa Província Portuguesa.

Durante a nossa reunião, todas nós tivemos a oportunidade de chegar a uma melhor compreensão sobre cada fundação em África e sua história, construir amizades e decidimos melhorar a comunicação e colaboração. Passámos também algum tempo a refletir sobre o papel da Coordenadora Inter-África, avaliando a estrutura e tentando perceber como poderíamos ver o crescimento desta função no futuro. Fizeram-se sugestões sobre quem poderia substituir Maria Leonor, quando o seu segundo período de três anos terminasse, mais adiante, nesse ano. Com base na consulta às irmãs nesta Assembléia, a função da Coordenadora Inter-África foi fortalecida, e a Ir. Verônica Brand (PAL) foi designada Coordenadora Inter-África para suceder à Ir. Maria Leonor.

Durante a Assembléia Inter-África, houve um apelo das nossas irmãs de Moçambique: “não nos deixem sozinhas em África.” Elas viram a relevância do nosso carisma e da nossa divisa “para que todos tenham Vida”, para uma cultura africana, que dá um valor enorme à vida. Manifestaram o desejo de recebermos vocações de outras partes de África. A Assembléia Inter-África proporcionou às irmãs da Zâmbia e do Zimbabwe a oportunidade de se encontrarem para refletir sobre esforços de colaboração na área da Pastoral Vocacional. Isto foi o início de uma caminhada que viria, dentro de alguns anos, a conduzir à abertura de um Noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe.

A minha memória desta Assembléia Inter-África mantém-se viva até hoje. Ainda revejo todas as que estiveram presentes e lembro-me de ter sentido que as nossas irmãs em África tinham vivido a promessa de Jesus, ao enviar os primeiros discípulos a proclamar o

Evangelho a todas as criaturas. “Estes sinais acompanharão aqueles que acreditarem: em meu nome expulsarão demônios, falarão novas línguas, apanharão serpentes com as mãos e, se beberem algum veneno mortal, este não lhes fará mal. Eles imporão as mãos aos doentes e eles ficarão curados” (Mc16, 17-18). A primeira Assembléia Inter-África foi um momento de graça para as nossas irmãs em África e para todo o Instituto.

COORDENADORA INTER-ÁFRICA

A Coordenadora Inter-África foi uma estrutura intermédia criada em 1981. A Ir. Maria Leonor Fernandes (M), primeira Coordenadora Inter-África, esteve durante dois períodos de três anos, até 1987. A finalidade da Coordenadora Inter-África era promover uma maior consciência do Instituto entre as irmãs em África, e uma maior consciência de África entre as irmãs do Instituto. A Coordenadora Inter-África estava em contacto com as nossas irmãs em Moçambique, Mali, Zâmbia e Zimbabwe, com as provinciais que tinham irmãs em África e com o nível geral.

A Ir. Verônica Brand (PAE: Zimbabwe) esteve dois períodos de três anos como Coordenadora Inter-África, de 1987-1993. As suas visitas a cada um dos quatro países ajudou a fortalecer a unidade da nossa missão em África, a comunicação com o conselho geral, com os níveis provinciais e entre os países em África, a colaboração entre países, particularmente na área da pastoral vocacional e formação e na encarnação e crescimento do nosso carisma em África. A Coordenadora Inter-África encontrava-se anualmente com o Conselho Geral e participava nos encontros do conselho geral ampliado. Maria Leonor e Verônica nunca nos esconderam as necessidades e desafios do Instituto em África.

PARTILHA DE RECURSOS

O Capítulo Geral 1985 apelava ao Compromisso com a Educação para a Justiça. Como meios para o fazer, o Capítulo Geral de 1985 propôs os seguintes Passos de Ação:

- Que o Instituto desenvolva políticas de investimento, para assegurar que não estamos a colaborar com sistemas que promovem a injustiça.
- Que o Instituto estabeleça prioridades para a distribuição e uso dos nossos recursos (pessoas e bens materiais) não esquecendo que “todas somos chamadas a servir na perspectiva dos pobres.” (Constituições RSCM 18-21 i)

O Capítulo Geral de 1985 também nos convidou a: “partilhar os nossos recursos de província a fim de responder às prioridades da missão em todo o Instituto,” pediu-nos maior solidariedade com a comunidade mundial alargada e aprovou o seguinte mandato: “Que o Fundo de Solidariedade seja mantido e desenvolvido pelo Instituto como um todo.” (Documento do Capítulo Geral 1985)

O Capítulo Geral 1985 também reconheceu o decréscimo de irmãs no Instituto, o aumento do nível etário e a redução de rendimentos. Esta consciencialização foi um factor significativo nos mandatos do capítulo geral, de Partilha de Recursos e Planeamento da Congregação.

A Sondagem ajudou-nos a ver que, embora houvesse um claro mandato do capítulo Geral 1985 para a partilha de recursos, a realidade refletida na Sondagem ao Instituto mostrava que seria difícil fazer isto, com a dispersão de estruturas do Instituto. Nós falamos de sermos ”Um Corpo para a Missão,” mas em 1986 estávamos

extremamente dispersas. A nível geral, não tínhamos estruturas específicas i apaz.es de nos dar a real condição financeira do Instituto. A Análise da Sondagem da Coopers & Lybrand concluiu que cada província tem a sua forma própria de registar as suas finanças e o custo total de algumas despesas - certos ministérios, por exemplo. Precisávamos de um método comum de contabilidade no Instituto. Também era necessário manter um equilíbrio de ministérios remunerados e não remunerados c encontrar, para cada província, novas fontes de investimento e métodos produtivos para investir o seu património.

A Ir. Rosemary Lenehan (PAI), nova Ecónoma Geral a partir dr fevereiro de 1986, assumiu as responsabilidades desta função com muita energia. Para começar, fez o compromisso de estudar italiano. Participaria nas reuniões de manhã e, após a refeição do meio dia, sai- i ia para a aula de italiano. Em pouco tempo Rosemary estava já a falar italiano e a assistir às reuniões das ecónomas gerais, em Roma. Também se comprometeu com a nossa paróquia local, San Luigi, tomando-se membro do Conselho Paroquial. Visitou as províncias e região e procurou saber, em primeira mão, a situação financeira de cada uma.

No princípio do nosso mandato, Maria Lúcia, Bemadette e eu enfrentámos o desafio de como pagar o Processo de Planeamento da Congregação. Não havia fundos, a nível geral, para pagar a vinda de consultores para nos ajudarem a implementar este mandato. Historicamente, os recursos estavam nas províncias - os financeiros, e os maiores recursos de todos, as nossas irmãs. O nível geral tinha dinheiro suficiente para as despesas do orçamento anual e nada mais. Os rendimentos para este orçamento vinham das contribuições anuais das províncias.

Implementar um Processo de Planeamento da Congregação

em todo o Instituto, requeria ajuda profissional. Em agosto de 1986, na reunião do conselho geral ampliado, apresentámos vários modelos para fazer face às despesas de planeamento, mas nenhum dos modelos apresentados era aceitável pelas provinciais/região. Cada uma com o seu conselho iria sugerir ao conselho geral um método de pagamento à Coopers & Lybrand, pela Análise e Sondagem inicial e pelo relatório para o conselho geral ampliado e para cada província/região. Por fim, decidimos pedir emprestado ao Fundo para a Beatificação (Nível Geral) a fim de se fazer o pagamento e as províncias comprometeram-se a repor o que tinha sido pedido ao Fundo. Em junho de 1988, quase todas as províncias tinham feito o seu pagamento. Uma vez que o Planeamento da Congregação estava iniciado, as despesas futuras foram pagas através do Orçamento Corrente do Nível Geral.

Em julho de 1987, o conselho geral ampliado pensou criar uma Task Force *ad hoc* sobre Partilha de Recursos para nos ajudar a responder aos desafios financeiros que enfrentávamos. Não foi uma decisão fácil. O Processo de Reflexão Corporativa para determinar uma direção para a missão estava já em curso e tinha sido pedido pelo Capítulo Geral de 1985 um plano de formação integral. Algumas províncias sentiam intensamente a falta de um plano de Formação a nível de Instituto, devendo ser-lhe dada prioridade. Portanto, criar também ao mesmo tempo uma Task Force iria requerer recursos humanos e financeiros.

Contudo nós, a nível geral, reconhecíamos a grande necessidade que sentíamos para fazer face aos problemas financeiros e sabíamos que havia irmãs nas províncias, com muitos conhecimentos e experiência, que nos poderiam ajudar. Foi para resolver estas dificuldades que a Task Force *ad hoc* sobre a Partilha de Recursos foi constituída no final de 1987, a fim de ajudar o Conselho Geral a responder nos mandatos do Capítulo Geral de 1985, nas áreas da

“Intemaciona- I idade e Partilha de Recursos” e “Compromisso com Educação para a Justiça.”

Task Force sobre Partilha de Recursos

A Ir. Rosemary Lenehan, Ecónoma Geral, assumiu a responsabilidade maior na Task Force sobre “Partilha de Recursos.” As irmãs que se lhe imitaram trouxeram com elas a riqueza de conhecimentos e experiência na gestão das finanças das nossas províncias e região. Este grupo de irmãs era constituído por Ângela Machado (B), Michelle Murphy (PAL), Ellen O’Leary (PAI), Lucienne Dubois (F), lida Saavedra (P), loyce Mahar (PAO), Maria da Felicidade Daniel (M) e Rosemary Le- nehan, Ecónoma Geral.

Durante o seu primeiro encontro, em Roma, em abril/maio de 1988, elas prepararam um sistema de relatório financeiro comum para o Instituto, como primeiro passo para se compreender e chegar ao cenário total dos nossos recursos financeiros. Elaborar um sistema de relatório financeiro, comum para todas as províncias e região, foi uma enorme tarefa, mas foi um passo essencial se queríamos conhecer melhor a realidade financeira e os desafios de cada parte do Instituto e ver cada parte em relação com o todo.

A Task Force encontrou-se de novo em abril de 1989. Benvinda Teixeira (M) esteve neste segundo encontro da Região de Moçambique. O grupo reviu e retocou o sistema de relatório que, nesta altura, tinha já sido usado pelas ecónomas provinciais e regional. A Task Force também reviu as Políticas Financeiras do Instituto que tínhamos em mãos, e fez recomendações ao conselho geral sobre um plano de ação de maior partilha de recursos financeiros. Isto incluía a criação do Pro-

grama Fundo de Doação, que devia ser suportado pela contribuição, de cada província, com 5% da venda de propriedade. A fórmula para a Contribuição Anual ao Nível Geral foi também examinada.

Tínhamos províncias grandes e pequenas, algumas com poucas instituições, outras com muitas, algumas com recursos significativos, outras com menos. Poderia ser delicado propor uma fórmula que fosse boa para todas e que, ao mesmo tempo, pudesse fornecer ao Nível Geral o rendimento anual para fazer face ao orçamento. A Task Force examinou dois outros itens incluídos nos mandatos do capítulo geral de 1985: políticas de investimento e critérios para o Fundo de Solidariedade.

Recomendações

A Task Force fez cinco recomendações: Sistema de Relatório Financeiro, Contribuição Anual para o Nível Geral, Fundo de Solidariedade do Instituto, Programa do Fundo de Doação, Políticas de Investimento. Estas recomendações foram apresentadas ao conselho geral ampliado no encontro em Mont Rouge, França, em julho de 1989. Depois de considerarmos o apoio que os membros do conselho geral ampliado deram às recomendações, nós, como Conselho Geral, aprovámos as cinco.

Olhando para trás, para o trabalho desta Task Force, não posso deixar de apreciar o enorme desafio que era, na altura, partilhar recursos entre províncias e região e agir como Instituto. Cada província e região estava consciente da sua realidade, mas nós não sabíamos muito, se é que sabíamos alguma coisa da situação financeira das outras partes do Instituto. Era necessário que alargássemos a nossa visão e aumentássemos os nossos conhecimentos. Eu pedi crescimento na transparência e na confiança.

Isto aconteceria nos anos seguintes. I ríamos crescer na nossa capacidade de confiar umas nas outras, com dados financeiros das nossas respetivas províncias/região. Também iríamos crescer consideravelmente na nossa capacidade de partilhar recursos financeiros, através das linhas de província. Isto foi um sucesso, e foi imensamente necessário nos anos seguintes.

MOÇAMBIQUE

1985-1990

A Guerra civil estava a rebentar quando visitei Moçambique pela primeira vez, com a Rosário, em dezembro de 1986, antes da Assembléia Inler-África. O Presidente Samora Machel tinha morrido dois meses antes num trágico acidente de avião. Joaquim Chissano era o novo Presidente. Alimentos, água, medicamentos e eletricidade estavam a prêmio, se é que existiam. Os transportes e comunicação eram limitados. Em 1985 tínhamos 29 irmãs Moçambicanas e Portuguesas, na Região de Moçambique. A Ir. Palmira Azevedo (M) era a Regional.

Devido à atividade da guerrilha no campo, nós retirámo-nos temporariamente de Pebane, em 1987, e do Gurué em 1988. Tínhamos esperança de poder voltar a locais como estes, tão importantes para a Região, assim que a guerra tivesse terminado.

Durante este tempo difícil, houve jovens que manifestaram interesse em entrar no Instituto. O programa do Noviciado tinha sido suspenso devido à guerra, mas no final de 1987/princípio de 1988 a Região de Moçambique fez um pedido para que se reabrisse o Noviciado. Com a fome, as doenças e muitas mortes em Moçambique,

isto

era uma forte afirmação de vida. Nós, como Conselho Geral, concordámos com a reabertura do Noviciado. Olga Georgina (M) foi nomeada Mestra de Formação. Olga tinha estudado na Regina Mundi e na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma e, depois de ter concluído o Mestrado em Ciências Religiosas na Universidade Gregoriana, regressou a Moçambique em 1987. Em outubro de 1988, Bemadette McNamara e eu fizemos a visita formal do Conselho Geral à Região de Moçambique. Tivemos a grande alegria de estarmos presentes no Maputo quando Albertina Páscoa José, Valéria Emeio e Fátima Fernando foram recebidas no Pré-Noviciado.

Durante essa visita, Bemadette e eu iniciámos a consulta para uma nova Regional. Um tanto miraculosamente, membros da região procuraram juntar-se em Quelimane para a consulta. Quando nos juntámos, ouviram-se bombas à distância, mas nós estávamos felizes e gratas por estarmos juntas. A reflexão e a partilha durante a Assembléia indicavam que era o momento, na História da Região, para uma moçambicana ser nomeada Regional. O processo de consulta levou à nomeação da Ir. Ana Mó Sengaio como Regional de Moçambique, a começar no início de 1989.

Quando Moçambique ganhou a independência em 1975, todas as propriedades do Instituto foram nacionalizadas. No final dos anos 80, o governo tinha começado a dialogar com os proprietários originais, a Igreja, as Congregações Religiosas, sobre a possibilidade de propriedades confiscadas - edifícios e casas - serem devolvidas aos proprietários originais. O Noviciado reabriu a 31 de julho de 1989 com três noviças: Fátima, Páscoa e Valéria. A casa que a Região tinha na Paróquia da Sagrada Família, em Quelimane, foi destinada para Casa do Noviciado. Nos anos seguintes, outras jovens manifestaram desejo de entrar no Instituto. Isto colocou-nos o desafio da necessidade de uma casa para Noviciado, adequada para receber um

número maior de noviças.

Entretanto, nos países vizinhos da Zâmbia e Zimbabwe, as nossas irmãs estavam muito interessadas na pastoral vocacional e que-
l iam a ajuda das irmãs Moçambicanas. Ana Mó Sengao disponibilizou-se a ajudar e visitou o Zimbabwe em 1989.

FORMAÇÃO INICIAL

Depois do Capítulo Geral de 1985, havia grande interesse pela formação inicial. Este foi mais tarde fortalecido com a reabertura do Noviciado em Moçambique e o trabalho das Comissões Vocacionais na Zâmbia e Zimbabwe, desde a Assembléia Inter-Africa em 1987. Elavia uma grande necessidade de assegurar uma formação consistente no Instituto, para além dos muitos programas de formação intercongrega- eionais que existiam nos vários países. Havia também a necessidade de uma avaliação e possível revisão das Linhas de Orientação da Formação Inicial.

Ficou provado que era difícil juntar um grupo de irmãs, para avaliar e rever as Linhas de Orientação para a Formação Inicial até dezembro de 1988. Sentíamos que era muito importante ter o processo de Reflexão Corporativa para clarificar bem a nossa Missão já iniciada, antes de juntarmos um grupo de formadoras. A direção da Missão teria impacto na formação de novos membros.

Task Force sobre Formação

De 28 de dezembro de 1988-05 de janeiro de 1989, foi convocado um grupo de irmãs com experiência em formação inicial para avaliarem e reverem as existentes Linhas de Orientação para a Formação Inicial do Instituto (1981). Reunimo-nos na Marymount International School, em Roma, durante as férias de Natal. Os membros desta Task Force eram: Maria de Lourdes Arantes e Terezinha Cecchin (B); Anne Walsh (PAL); Margaret Fielding e Anne Wells (PAI); Françoise Wyckaert (F); Maria Teresa Bastião e Olga Georgina (M); Maria Antónia Quin-teiro Lopes, Maria Fernanda Neto e Maria Emília Peliz (P); Maria Coronel e Virgínia Garza (PAO). Catherine Dolan, generosamente, aceitou facilitar o Encontro da Task Force para a Formação Inicial.

Recordo a riqueza de experiência deste grupo. Estavam aqui treze das nossas irmãs, todas envolvidas na mesma área de Formação Inicial, trabalhando juntas por uma visão comum. Estas irmãs e as provinciais, vice-provincial e regional, com as mestras de formação, tinham colaborado na preparação do encontro, partilhando as suas experiências de formação inicial, durante os últimos oito anos, e identificando as suas necessidades na área da formação inicial. Nos anos anteriores ao Encontro da Task Force, as províncias, vice-província e região tinham investido muito tempo e energia a desenvolver programas de formação inicial, incluindo o encorajamento de cada comunidade local para ser uma comunidade de acolhimento, preparando uma casa para jovens interessadas em perceber a ideia de uma vocação à vida religiosa e ajudando a preparar novas formadoras.

Os relatórios anuais da formação, para o Conselho Geral,

Task Force sobre Formação

tinham revelado direção em formação inicial. Os assuntos identificados em 1988 que poderiam causar problemas reais na formação inicial do

Instituto eram:

- Falta de grupos de apoio adequados
- Inculturação
- Sentido de comunidade - hoje e no futuro
- Espiritualidade RSCM

A Task Force reconheceu as necessidades da formação num mundo em constante mudança, com diferentes realidades locais. A Missão é o elemento unificador e a Declaração da Missão ajudará todas a olhar na mesma direção. Dentro de pouco tempo, a Congregação deixará de conduzir as religiosas; serão as religiosas que terão de conduzir a Congregação em cada experiência, contexto social, relacionamento e compromisso.

A Task Force formulou novas Linhas de Orientação para a Formação Inicial. Pensou-se que estas deverão ser normativas para todo o Instituto, as mesmas para cada uma, e traduzidas para cada cultura. (concordou-se em haver ações específicas para desenvolver e fortalecer programas nas nossas províncias/vice-província/região sobre pastoral vocacional, com a necessidade expressa de conseguir ligar Pastoral Vocacional e Formação Permanente.

As formadoras consideraram essencial o aspeto internacional da formação e sentiram que haveria a necessidade de uma estrutura para que isto aconteça. Antes de fazer os Votos Perpétuos, a irmã precisa de saber o que significa pertencer a um Instituto Internacional e ter alguma experiência de grupos. Foi feita uma recomendação ao conselho geral para que se insira uma experiência de internacionalidade na preparação para os Votos Perpétuos dos membros mais novos.

É difícil sobrestimar a importância a dar às Linhas de Orientação desenvolvidas por esta Task Force. Nós tínhamos jovens em Programas de Formação Inicial no nosso Instituto que estavam a ser formadas em diferentes culturas. A Análise da Sondagem da Coopers & Lybrand em 1986 revelou dificuldades que iríamos ter com irmãs que saíam da sua província de origem para outra província. O desafio era proporcionar um programa de formação inicial, que prepare cada uma para viver a vida religiosa no nosso Instituto e ter a liberdade de responder às necessidades do mesmo, onde quer que essas necessidades existam. As Linhas de Orientação para a Formação Inicial, revistas em 1989, ajudaram a tomar isto possível.

A CAMINHADA PARA ABRIR UM NOVICIADO PARA A ZÂMBIA E ZIMBABWE 1985-1990

Na Assembléia Inter-Africa em 1987, houve um forte compromisso para a colaboração em África, particularmente nas áreas da pastoral vocacional e formação. A seguir à Assembléia, as Comissões Vocacionais da Zâmbia e Zimbabwe reuniam-se regularmente, e nós no nível geral, estávamos em diálogo com as nossas irmãs na Zâmbia e Zimbabwe sobre a receção de jovens desses países, que queriam entrar no Instituto. Este assunto aparecia, especialmente, sempre que Maria Lúcia, Bemadette e eu nos encontrávamos com Verônica Brand, Coordenadora Inter-África de 1987 a 1993. Foi uma longa e perseverante caminhada mantida com as nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, que levou à abertura de um noviciado para os dois países.

A situação na Zâmbia era delicada, pois anos antes tinha-nos sido especificamente pedido pelo Bispo James Corboy, SJ, Bispo de Monze, Zâmbia, para não aceitarmos vocações locais no nosso Instituto internacional, a fim de poder angariar recursos para a Igreja local na Zâmbia. Em 1971 foi-nos pedido para ajudarmos na formação inicial de uma congregação diocesana. Com grande sacrifício e generosidade, as irmãs da Província Anglo-Irlandesa responderam ao pedido do Bispo Corboy e a nossa província Anglo-Irlandesa ajudou na formação, no governo e no reconhecimento canônico formal da Congregação Diocesana das Irmãs do Espírito Santo. Por volta de 1987 as Irmãs do Espírito Santo estavam bem integradas e era um novo momento para levantar a possibilidade de aceitar vocações locais Zambianas no Instituto.

O Padre Bill Hogan, CSC ajudou-nos a Nível Geral, às nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, às provinciais da Província Americana de Leste e da Província Anglo-Irlandesa, a considerar a criação de um noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe. Ele ajudou-nos especialmente a compreender as responsabilidades que o Instituto assumia e as implicações canônicas envolvidas, ao receber vocações da Zâmbia e Zimbabwe.

Depois de se encontrarem regularmente durante três anos, as Comissões Vocacionais da Zâmbia e Zimbabwe, em abril de 1990, apresentaram às respectivas provinciais uma proposta para se abrir um noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe. O noviciado seria da responsabilidade de uma província, não do nível geral. Havia questões, mas, como se diz em África, o caminho faz-se caminhando. O noviciado seria para as Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa, mas uma delas teria a responsabilidade jurídica. As Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa acordaram que fosse a Província Americana

de Leste a responsabilidade jurídica pelo noviciado, e a Província Americana de Leste e a Província Anglo-Irlandesa teriam a responsabilidade de trabalhar os detalhes e providenciar recursos humanos e financeiros.

Os Conselhos Provinciais das duas províncias aprovaram a proposta para se abrir um Noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe, e as duas provinciais, Ir. Patrícia Lacy, da Província Americana de Leste, e Ir. Josepha O'Sullivan da Província Anglo-Irlandesa, apresentaram ao Conselho Geral a proposta com a data de 06 de junho de 1990. Eu sempre senti que foi providencial que Josepha O'Sullivan e Patrícia Lacy fossem as duas provinciais nessa altura. Josepha tinha passado alguns anos na Zâmbia e Patrícia Lacy tinha estado no Zimbabwe antes de se tornar provincial. Elas conheciam a situação local, conheciam o povo e a sua história, e conheciam a realidade RSCM e a nossa história em África. Ambas estiveram na Assembléia Inter-África em 1987. As nossas irmãs da Zâmbia e do Zimbabwe e Josepha e Patrícia Lacy eram mulheres de grande fé. A proposta para abrir um noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe foi um salto na fé, com perfeita consciência das nossas limitações.

A proposta das Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa, para se abrir um noviciado na Zâmbia e Zimbabwe, foi aprovada pelo conselho geral alguns dias antes da abertura do Capítulo Geral em 1990.

FORMAÇÃO PERMANENTE

1985-1990

A unidade do Instituto era extraordinariamente importante para o nosso Fundador, Padre Gailhac. Essa unidade foi testada em algumas ocasiões.

siões ao longo da nossa história. Felizmente, em cada época, as nossas raízes foram muito profundas, e nós conseguimos resistir aos desafios que ameaçaram a unidade. Os membros do Instituto permaneceram um, em Corpo e em Espírito.

Contudo, a Sondagem de 1986 identificou problemas que poderíamos vir a ter no futuro se, com a nossa diversidade de culturas e diferenças nas províncias/vice-província/região, não estivéssemos profundamente enraizadas em valores comuns. Na primeira fase do Processo de Reflexão Corporativa, em 1987-1988, fomos chamadas a reafirmar a nossa identidade como Instituto. O facto de nos juntarmos na oração e reflexão em todo o Instituto para assumir esta realidade, era entendido por muitas como formação permanente.

Em 1988 surgiu um certo sentimento negativo, porque se estava a fazer muito para as que estavam em formação inicial, que eram muito poucas, e nada comparado estava a ser feito na formação permanente. Nós ainda não tínhamos feito nada para implementar os Passos de Ação do Capítulo Geral de 1985:

- Que sejam desenvolvidos meios/processos para um plano de formação integral, que aprofunde a nossa visão comum, através de uma interiorização das Constituições, para que possamos ter maior possibilidade de realizar a nossa missão como religiosas apostólicas, na realidade do nosso mundo
- Que a formação permanente, incluindo todos os aspetos do desenvolvimento humano e religioso, à luz da nossa missão, seja uma prioridade no Instituto e que sejam traçadas linhas de orientação para um plano/processo que cada província implementará para todas as fases do desenvolvimento

Documento do Capítulo Geral de 1985

Em 1988, nós, a nível geral, sentimos que ainda não estávamos em condições de ter Linhas de Orientação do Instituto para a Formação Permanente, enquanto a direção da Missão não estivesse clarificada. Também havia falta de tempo antes do Capítulo Geral de 1990. Contudo, nos princípios de 1989, pedimos àr. Edmund Harvey (PAL) para colaborar conosco na área da formação permanente. Como teóloga e anterior conselheira geral, Edmund tinha profundidade de conhecimentos e experiência em formação permanente, conhecia bem as províncias, vice-província e região e era apaixonada pelo Instituto.

Encontrámo-nos com ela a 21 de março de 1989, para conversarmos sobre a envolvência que o seu trabalho iria ter. Depois, a partir de setembro-novembro de 1989, Edmund manteve-se em comunicação com as irmãs responsáveis pela formação permanente em cada província, vice-província e região e perguntou-lhes o que tinham feito na sua província, vice-província ou região ao nível da formação permanente, desde 1985. Perguntou-lhes também que necessidades sentiram sobre o mesmo assunto, e que estruturas existiam na sua província, vice-província ou região para pôr em prática a formação permanente.

Nos dois meses seguintes, Edmund integrou e analisou as respostas que recebeu e preparou “O Relatório para o conselho geral sobre formação permanente no Instituto.” Maria Lúcia, Bemadette, Rosemary, Mary Alice e eu reunimo-nos com Edmund no Generalato de 27 a 29 de março de 1990. Ela deu-nos, resumidamente, uma visão do que tinha acontecido ao nível da formação permanente e apresentou uma análise, profunda e minuciosa sobre nós, Instituto. Entre os aspetos levantados na nossa reunião estavam:

- Parece haver duas formas de interpretação e pensamento diferentes sobre formação permanente. Uma interpretação, de maneira geral, vê a formação permanente em termos de desenvolvimento pessoal, frequentando cursos, participando em programas. Outra forma de interpretação vê a formação permanente em termos de “corpo” a todos os níveis - local, provincial, Instituto - a fim de responder às necessidades do Instituto.
- Há diferentes interpretações e abordagens para comunidade. A comunidade toma-se um desafio, visto que há menos ministérios corporativos. As instituições têm a sua própria cultura. À medida que nos tomamos menos institucionalizadas, a nossa identidade não será relacionada com uma instituição específica, e haverá maior necessidade de formação como grupo. O assunto envolve a comunidade provincial, local e aquelas que vivem fora de uma comunidade local.
- Deveria haver uma estrutura para formação permanente em cada província/vice-província/região que seja visível, integrada, coesa, com alguém na província/vice-província/região que seja responsável pela formação permanente. Uma pessoa que dê visibilidade, proeminência, importância à formação permanente. E uma conselheira que apoia e dinamiza.
- Precisamos de olhar para assuntos contemporâneos da sociedade, o futuro da vida religiosa, a dimensão sociológica da comunidade/vida religiosa.

Tomou-se perfeitamente claro, quando nos reunimos em março de 1989 que, a nível de Instituto, precisávamos de constituir um grupo para, em conjunto, elaborar as Linhas de Orientação para a Formação Permanente, que deveriam dar a todas elementos comuns para a nossa formação permanente. A finalidade desse encontro deveria

ser desenvolver orientações comuns para o Instituto sobre formação permanente; fortalecer formas de colaboração entre as províncias/ vice-províncias/região; examinar estruturas na área da formação permanente; compreender as diferenças entre nós, encontrar elementos comuns e, por fim, trabalhar por um objetivo comum.

Depois de refletirmos sobre o relatório da Ir. Edmund Harvey, a recomendação do Encontro de Formação Inicial em janeiro de 1989, e baseadas na nossa experiência de necessidades específicas no Instituto, hoje, nós, como Conselho Geral, fizemos uma recomendação para o Conselho Geral seguinte, no sentido de se constituir um grupo com uma irmã de cada província/vice-província/região, que seja responsável pela formação permanente, para colaborar com o Conselho Geral nessa área.

CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE GAILHAC

1989-1990

Em 1987, andávamos já a pensar na celebração do 100º Aniversário da morte do nosso Fundador, Padre Gailhac, em 1990. Nós sabíamos que seria muito importante comemorar este aniversário especial a nível de todo o Instituto, para honrar a vida de Gailhac e o dom que ele foi para a Igreja e para as pessoas desse tempo, e que continua a sê-lo também para o nosso tempo. Devia ser o momento de agradecer a Deus a Missão confiada ao Instituto e de renovar o nosso compromisso de continuar em espírito de fé e zelo, a responder às necessidades do nosso tempo. O 100º aniversário da morte de Gailhac tomou-se numa celebração da sua vida e legado durante o Ano Centenário, de julho de 1989 a julho de 1990. Isto foi especialmente verdadeiro no dia do 100º aniversário da sua morte, em 25 de janeiro de 1990.

Em outubro de 1987, constituímos um grupo para trabalhar connosco sobre a celebração: Ir. Maria Helena Aires (P), Margaret Fielding (PAI), Judith Lupo (B) e Genevieve Underwood (PAO). Margaret Fielding ficou coordenadora da Comissão do Centenário a Nível de Instituto. A Comissão reuniu-se pela primeira vez em Dublin, em agosto de 1988. O seu segundo encontro foi realizado em Roma, e Maria Lúcia, Bemadette e eu encontrámo-nos com o grupo em determinados momentos em que trabalhavam juntas. Desde o momento em que foram convocadas em 1987, até ao culminar do Ano Centenário durante o capítulo geral em julho de 1990, Margaret, Maria Helena, Judith e Genevieve trabalharam em conjunto até à exaustão, com grande generosidade.

As províncias, vice-província e região foram convidadas a planear e coordenar celebrações, convidaram irmãs para compor música, escrever canções e poemas e projetar trabalhos artísticos, a fim de celebrar este aniversário tão especial. Planearam uma publicação centenária direcionada ao público e pediram histórias às secretárias das províncias/vice-província/região e a comunicadores, fotografias e slides das irmãs nos seus ministérios. Pediu-se a algumas irmãs o seu contributo no conteúdo da publicação. Dolores Carroll (PAI) trabalhou na parte histórica; Marguerite Greene (PAI) fez investigação sobre a “Mulher;” Margaret Fielding escreveu a Introdução; Mary Milligan (PAO) escreveu sobre o Carisma de Gailhac; Catherine Dolan (PAI) escreveu sobre a Realidade Presente, e o Conselho Geral escreveu uma mensagem no final da Publicação. Genevieve Underwood fez o projeto da capa, “AS RSCM Celebram.” Foi um esforço gigantesco, colecionar fotos, ter irmãs para fazer a descrição de cada gravura, traduzi-la e imprimir-la em diferentes línguas.

A Comissão do Centenário no Instituto também preparou a abertura oficial do Ano Centenário, que teve lugar durante o conselho geral ampliado em Béziers, em 23 de julho de 1989. As três Superiores Gerais anteriores participaram nesta abertura - Irs. Margarida Maria Gonçalves (P), Maria de Lourdes Machado (B) e Mary Milligan (PAO) - fazendo uma partilha com o Instituto através de vídeo. Estes vídeos são recordações históricas dessa ocasião especial.

Graças a Bernadette McNamara e às nossas irmãs em França, o Senhor Henri Vidal, sobrinho neto do Padre Gailhac e Madame Bernard Couronne, viúva de um sobrinho neto da Mère St. Jean, e suas famílias estiveram presentes na Missa na Capela da Casa Mãe, celebrando a abertura do Ano Centenário. Alguns dias depois da Missa, os Vidal e Madame Couronne vieram a Mont Rouge, várias milhas fora de Béziers, onde se realizava o conselho geral ampliado. Foi uma visita inesquecível. O Senhor Vidal registou para nós a árvore genealógica da família de Gailhac até 1989. Muitas de nós achámos que ele até era parecido com o Padre Gailhac de acordo com fotos que tínhamos visto dele. Madame Maurice Vidal, viúva de outro sobrinho neto do Padre Gailhac também convidou irmãs do conselho geral ampliado e das comunidades de Béziers para um encontro numa tarde, em sua casa, para conhecerem as diferentes gerações da família.

Houve muita excitação durante o Ano Centenário. Coincidiu com os preparativos para o Capítulo Geral de 1990. Quando se iniciou o Ano Centenário, durante o conselho geral ampliado em julho de 1989, o conselho geral ampliado tinha acabado de receber a última versão da Declaração da Missão e ratificou-a. Tivemos assim oportunidade de nos sentirmos encorajadas pelo rico material que o Grupo Fontes tinha publicado em anos recentes, graças à pesquisa e fiéis traduções que realizaram, e por integrarem o que estava a acontecer nessa altura no Instituto com as nossas Fontes.

Antecipando o 25 de janeiro de 1990, o 100º aniversário da morte do Padre Gailhac, Maria Lúcia, Bemadette e eu pensámos que poderia ser muito especial se todas nós em Roma pudéssemos participar numa Missa privada com o Papa João Paulo II. Com a ajuda da Ir. John Bosco (PAL), Arquivista do Instituto, concebemos um plano segundo o qual conseguiríamos entregar o nosso pedido nas mãos de Mons. Stanislaw Dziwisz, Secretário do Papa João Paulo II. O plano envolveu Maria Emília Yasbeck, Secretária-Rececionista no Genera- lato e antiga aluna da primitiva escola RSCM em Hillingdon Court, Inglaterra, mas nascida na Polónia. Ela deveria escrever o pedido em Polaco e entregá-lo à Ir. John Bosco que, depois, o entregaria a um Cardeal que vivia no apartamento de sua mãe na Via Mascherino, mesmo do lado de fora do Vaticano. O Cardeal certificarse-ia que ela era entregue em mão, diretamente a Mons. Stanislaw.

Durante alguns dias, nós sabíamos que o pedido estava nas mãos de Mons. Stanislaw e, sempre que o telefone tocava no Genera- lato, havia um membro da comunidade que dizia em jeito de criança, “E o Secretário do Papa.” Na manhã do dia 23 de janeiro de 1990, o telefone tocou quando Maria Lúcia, Bemadette e eu estávamos em reunião. Eu atendi e ouvi Maria Emília dizer, “O Secretário do Papa está em linha.” Pensei que poderia ser brincadeira, mas esperei e, então, um senhor com um sotaque distinto atendeu, “Sou o Pe. Stanislaw. O Papa terá muito gosto em que venha amanhã para a Missa de Aniversário do vosso Fundador.” Lembro-me de ter perguntado, “Podemos escolher as leituras? Ter música?” e lembro-me ele ter dito “Tudo.”

Comunicámos rapidamente às nossas comunidades em Roma. No dia 24 de janeiro de manhã cedo, todas nós, RSCM em Roma, juntámo-nos no Vaticano para a celebração da Missa com o Papa João Paulo II, na sua capela privada. Era a festa de S. Francisco de Sales e

nós escolhemos a passagem do Evangelho do Bom Pastor: (João, 10.) Durante a Comunhão, cantámos um hino de Ação de Graças, “Graças, Eu Te dou Graças” da Ir. Maria do Céu Quinteiro Lopes (P), e no fim da Missa cantámos o “Magnificat” em Italiano.

Depois da Missa, juntámo-nos para cumprimentar o Papa João Paulo II. Ele fez-nos perguntas sobre o nosso Fundador e Instituto. Na manhã seguinte, 25 de janeiro, o Papa João Paulo II partia bem cedo para o Mali e para o início de uma visita a cinco países em África. Foi por essa razão, explicou Mons. Stanislaw, que o Papa João Paulo II não podia celebrar a Missa no verdadeiro dia Aniversário do nosso Fundador, 25 de janeiro. Foi uma experiência memorável para todas nós, em Roma, e eu recordo como me senti fortemente unida a cada uma em todo o Instituto.

O Centenário da morte do Padre Gailhac e as celebrações, que ocorreram em todo o Instituto durante o Ano Centenário, criaram uma sensibilidade para afirmar publicamente as nossas raízes. Foi um tempo privilegiado para nós. Houve muitos momentos históricos importantes a convergir com o Ano Centenário: A Declaração da Missão, os preparativos para o Capítulo Geral de 1990 e a nova vida do Instituto em África. Maria Lúcia Brandão, Bemadette e eu escrevemos ao Instituto para o Centenário da morte de Jean Gailhac, em 25 de janeiro de 1990:

Hoje somos um reflexo da visão do Nosso Fundador, que não parou nas fronteiras e situações pré-estabelecidas, mas que foi a todos os sítios a que o seu espírito de peregrino o conduzia, sem certezas, sem seguranças, apenas com a firmeza da sua fé e o entusiasmo dos seus sonhos!

O Ano Centenário chegou a uma conclusão, numa maravilha

sa Liturgia Eucarística durante o Capítulo Geral de 1990. A todas nós que estávamos no Capítulo, juntaram-se as nossas irmãs residentes em Roma, bem como amigos das RSCM, no agradecimento a Deus pelas bênçãos do ano anterior e pedindo as graças de Deus ao aproximarmo-nos do ano 2000.

CAPÍTULO GERAL 1990

No seu encontro em Los Angeles em 1988, o Conselho Geral Ampliado concordou em manter a preparação para o Capítulo Geral 1990 o mais simples possível e usar, tanto quanto possível, estruturas existentes. A maior parte do trabalho no Processo de Reflexão Corporativa e no desenvolvimento da Declaração da Missão foi considerado preparação para o capítulo geral. O Capítulo Geral 1990 deveria ser uma oportunidade para confirmar e aprofundar a nossa apreciação de tudo o que tinha sido feito e iniciar a implementação de todo o envolvimento dos últimos três anos.

Os preparativos para o capítulo geral focalizaram-se na Declaração da Missão e onde ela nos levaria na nossa caminhada rumo ao futuro. No processo de preparação do Capítulo, o Instituto respondeu ao que tinha sido conseguido nos cinco anos anteriores, após o Capítulo Geral 1985. O maior nível de respostas foi: planeamento e esforço colaborativo para construir o futuro, a Declaração da Missão, um sentido renovado de identidade, a celebração do Centenário, uma redescoberta do nosso carisma e o processo de consulta para a nomeação de provincial/vice-provincial/regional.

O tema do capítulo geral foi “Implementar a nossa Declaração da Missão.” Isto é, ser um momento para olhar as implicações de viver

a Declaração da Missão, em toci^{as} áreas da nossa vida. O conselho geral ampliado, que reuniu em Oézi^{ers} no verão de 1989, tinha ratificado a Declaração da Missão, & ^a8^{ora} ia ^{ser} analisada pelo Capítulo Geral. A Dr.^a Jean Alvarez e Ir. T[^]ancy Conway, CSJ, que tinham trabalhado com o Conselho Geral ^{desde 1987} ajudaram-nos na preparação do Capítulo e facilitarai^D ^o Capítulo Geral. Elas foram muito apreciadas pela sua capacidade ^{escutar} o grupo e pela transversali- dade cultural da sua experiência¹ e sensibilidade. Elas conheciam-nos e compreendiam-nos.

Em janeiro de 1990 ^{co}tinuámos com os preparativos para o Capítulo Geral. Numa das noss[^]s sessões de P[^]aneamento do Capítulo Geral 1990, Maria Lúcia, Bema^{dette} Rosemary, Mary Alice, Catheri- ne Dolan e eu refletíamos sobre ^{uem} deveria ser o orador a convidar para nos falar e ajudar na nossa reflexão e deliberações durante o Capítulo. Estávamos sentadas à v<P[^] da mesa na biblioteca do Genera- lato, e lembro-me de ter dito, “Precisamos fazer algo fora do comum, como convidar o Pe. Kolvenba^{ch} [Superior Geral da Companhia de Jesus].” Catherine Dolan disse imediatamente, “Faça isso.” Sabendo que não tínhamos nada a perde^G sentei-me e escrevi à mão uma carta ao Pe. Kolvenbach, convidand^D^o a ser orador no nosso capítulo geral. Alguns dias depois, recebi ^{da Cúria Jesuita uma res}Posta escrita à mão, e eu li, “Terei o maior pf[^]azer em falar no vosso Capítulo, se o meu horário o permitir.” Estava ^{as}sinado Hans Kolvenbach, SJ.

O Relatório Estatística [^]sentado ao Capítulo Geral 1990, pela Secretária Geral, Mary Al^{ice} Youn^ê ^{indicava 9ue os números} no Instituto estavam a diminuir- ^AP^{artir} de 31 de dezembro de 1989, éramos 1242 membros, 20 dos 4TM* de Votos Temporários, em cinco províncias, uma vice-província, uma re^gião e nível ^êera¹ com a se^t guinte totalidade de membros:

Província Brasileira:

165

Província Americana de Leste:	302
Província Anglo-Irlandesa:	193
Província Portuguesa:	412
Província Americana de Oeste:	104
Vice-Província Francesa:	38
Região de Moçambique:	23
Nível Geral:	5

Quando o capítulo geral começou, eu estava preocupada com as perspectivas de aprovação da Declaração da Missão pelo Instituto, mas estava bem consciente de que poderiam surgir problemas nos próximos dias. Ao preparar o Capítulo, lembro-me de Jean e Nancy terem dito que nós devíamos ritualizar o voto sobre a Declaração da Missão. Eu rezei para que, fosse qual fosse o resultado, estivéssemos todas de mente e coração unidos quando a votação terminasse.

No início do Capítulo, Mary Milligan orientou uma bela manhã de oração e reflexão. Foi uma magnífica apresentação e uma ótima forma de iniciar.

O Pe. Kolvenbach falou-nos, no início do Capítulo, antes de os membros do Capítulo deliberarem a aprovação da Declaração da Missão. O seu discurso tocou em alguns dos pontos sensíveis, que tinham sido levantados por algumas das nossas irmãs que tinham dificuldade com a Declaração da Missão. Como poderiam todas as nossas “obras”, diversificadas como eram, ser pela promoção da justiça? O Pe. Kolvenbach partilhou connosco como a Companhia de Jesus consegue ver as coisas do mesmo ponto de partida, apesar das tremendas diversidades de ministérios, geografia, etc. Ele disse que toda a ques-

tão de fé e justiça se resolve à volta de três expressões: 1) o amor preferencial pelos pobres; 2) a opção pelos pobres; 3) a promoção da justiça.

‘Amor preferencial pelos pobres’ significa que partilhamos o amor preferencial de Cristo pelos pobres. É uma questão de coração. A promoção da justiça significa não só ser bom com os pobres, mas lutar contra as estruturas injustas que fizeram desses pobres, vítimas. A linguagem é muito pouco exata, disse o Pe. Kolvenbach, e nos nossos debates devíamos considerar como pobres apenas os preferencialmente pobres. O que é importante é a integração da opção, o amor preferencial pelos pobres, seja qual for a obra em que estivermos.

Após a sua palestra, seguiu-se uma sessão de Perguntas e Respostas. Este tempo foi muito importante. Ele foi muito convincente para os membros do Capítulo, diversificadas como éramos, e beneficiámos muito do seu discernimento e experiência na condução da Companhia de Jesus. Alguém manifestou isso perfeitamente ao dizer que a sua apresentação e as Perguntas e Respostas que se seguiram, foram o “Maná do Céu.”

Quando chegou o dia de votar na Declaração da Missão, as cadeiras na sala da reunião estavam colocadas em círculo. Nós tínhamos a Declaração da Missão numa folha de papel especial, que foi passando de Capitular para Capitular. Ao segurar a Declaração da Missão, cada delegada fazia o seu voto - “Sim, Não ou Abstenho-me.” Lembro-me de ter observado a entrega da Declaração da Missão à Rosa do Carmo Sampaio, da Província Portuguesa. Eu não sabia o que ela sentia relativamente à Declaração da Missão. Ela conhecia profundamente as nossas Fontes e era muito respeitada. Rosa começou a falar e eu retive a respiração. Ela falou do amor do Padre Gailhac e da Madre St. Jean pelos pobres e como a Declaração da Missão é fiel à

nossa tradição, e ii seguir disse, “Eu aceito.” Asua aceitação foi muito significativa. Depois, continuámos, cada delegada por sua vez. Quando terminámos, a I iclaração da Missão estava aprovada por unanimidade.

Foi um momento extraordinário e eu senti o poder do Espírito Santo ativo no meio de nós. Já tinha experimentado o mesmo sentimento no Capítulo Geral 1980. Nessa ocasião, depois de vários dias a trabalhar na nova versão das Constituições, revendo cada parágrafo, palavra por palavra, enfrentámos corajosamente as nossas diferenças; no Capítulo, tentámos lidar com elas e o Capítulo Geral aprovou as (onstituições por unanimidade.

O segundo importante desafio do Capítulo Geral 1990 era a eleição da superiora geral e respetivo conselho. Ao preparar o capítulo geral com a Dr.^a Jean Alvarez e Ir. Nancy Conway, CSJ, facilitadoras do Capítulo, Maria Lúcia, Bemadette, Rosemary, Mary Alice e eu, revimos e apoiámos o processo de eleição a ser apresentado ao Capítulo para aprovação. No Capítulo, o processo foi aprovado. A eleição da superiora geral realizou-se e eu fui eleita por um segundo período de cinco anos. Passámos então à reflexão sobre a eleição das duas conselheiras. Isto revelou-se muito difícil e passámos por alguns dias muito tensos. As irmãs que estavam em discernimento necessitavam de mais tempo antes da decisão de deixar o seu nome seguir para ser considerado para eleição. As que estavam indicadas conversavam com Jean Alvarez ou Nancy Conway sobre o seu discernimento pessoal e Jean e Nancy reuniam-se com o grupo das indicadas. Entretanto, eu não sabia nada do que se passava com estas. Para mim, pessoalmente, foi um tempo muito difícil e nunca mais esquecerei o enorme apoio de Maria Lúcia e Bemadette nesse momento.

O Capítulo Geral estava no meio desta crise quando chegou o

dia 25 de julho, altura de celebrar o encerramento do Ano Centenário

com as nossas irmãs em Roma e em todo o Instituto. O Pe. Bill Hogan, convidados de outras congregações religiosas, amigos e as nossas irmãs residentes em Roma começaram a chegar ao Generalato dos Irmãos Cristãos. Algumas de nós não estávamos com muita disposição para celebrações. A princípio, parecia que era o pior momento para celebrar o encerramento do Ano Centenário. Porém, por formas que nós não podíamos ter imaginado, acho que isso foi precisamente o que nós precisávamos de fazer - celebrar, como Instituto, o nosso Fundador. Esta celebração de Gailhac ajudou-nos a atravessar um tempo muito difícil.

Quando o Capítulo recomeçou no dia seguinte, fui convidada a reunir-me com o grupo de irmãs indigitadas para conselheira geral. A seu tempo, com oração, imensa honestidade e confiança umas nas outras, ultrapassámos o impasse. Naquele momento, era muito importante para a superiora geral eleita poder reunir e conversar com aquelas que estavam a ser indigitadas para conselheira geral. Estar no conselho geral implica viver e trabalhar lado a lado umas com as outras e fazer parte da mesma equipa durante cinco anos. Poderá haver pessoas que sintam ser impossível trabalhar com a superiora geral, e a superiora geral pode sentir que lhe será impossível trabalhar com uma irmã indigitada.

Como o processo de eleição continuou a Ir. Rosa de Lima Pereira, da Província Brasileira e a Ir. Marianne Murray, da Província Anglo-Irlandesa, foram eleitas conselheiras gerais. Eu fiquei na altura, e continuo a estar muito grata a cada uma delas. De toda aquela experiência, eu percebi que tinha faltado qualquer coisa na preparação do capítulo geral nas províncias, vice-província e região e certamente no próprio processo de eleição.

Todas nós precisávamos de estar mais conscientes de que um objetivo importante do Capítulo Geral é a eleição da liderança da nossa

congregação. Na preparação do Capítulo Geral, focalizámo-nos bastante na direção do Instituto durante os próximos cinco anos, mas não demos tanto tempo à preparação do Instituto para eleger a liderança da congregação, a fim de nos conduzir nessa direção. Isto tocará algumas de nós a nível pessoal, mas toca-nos a todas. As irmãs chamadas a colaborar no nível geral são chamadas das nossas províncias, vice-província, região, e deve presumir-se que todas nós devemos estar preparadas para partilhar estas valiosas irmãs com todo o Instituto.

O Relatório Financeiro da Ir. Rosemary Lenehan ao Capítulo Geral foi muito importante. Ela explicou que o Programa Fundo de Doação foi iniciado em 1987 para proporcionar, ao nível geral, fundo de maneiio para que programas a nível de todo o Instituto não tivessem de estar dependentes das contribuições das províncias/vice-província/região. A esperança, nessa altura, era aumentar o financiamento independente a nível geral, pois as províncias, a vice-província e a região iriam sentir maiores dificuldades, no futuro, para enviar as contribuições, perante menor número de irmãs e de rendimentos. Na verdade, esse momento estava já diante de nós. O orçamento para 1990-1991 já projetava uma receita de investimentos maior do que a estimativa. O Fundo Inter-Africa foi instituído para benefício das nossas irmãs em África.

O Documento do Capítulo Geral 1990 falava da Declaração da Missão como um dom para a vida do Instituto e do mundo. Os membros capitulares partilharam que, durante o Capítulo, foi alcançada uma interpretação comum dos conceitos da Declaração da Missão, mais explícita e mais profunda. Esta interpretação centrava-se no que queremos significar quando dizemos “os mais necessitados de justiça,” “solidariedade com os pobres” e “perspetiva dos pobres” (Constituições RSCM, 18-21 i). A Missão foi vista como abrangendo

todos

os aspetos das nossas vidas - ministério, certamente, mas também espiritualidade, comunidade, estilo de vida, formação, relacionamentos, governo, finanças e uso dos bens materiais.

As três conclusões específicas do Capítulo ajudaram-nos a mudar a nossa direção estabelecida pela Declaração da Missão. Elas desafiaram-nos a integrar a Declaração da Missão em todos os aspetos da nossa vida, individualmente e como províncias/vice-província/região, a avaliar os atuais ministérios e escolher um novo ministério usando o “Processo de Discernimento sobre Escolha e Avaliação de Ministérios,” e usar a nossa internacionalidade para analisar melhor a nossa situação local e provocar globalmente um maior impacto. Ao ler isto de novo, sentimos um forte sentido de missão que nos estimula a avançar, a fim de responder às maiores necessidades do nosso tempo (ver Apêndice 3: Declaração da Missão e Apêndice 4: Processo de Discernimento sobre Escolha e Avaliação de Ministérios).

SEGUNDO MANDATO: 1990-1995

PRIMEIRO ANO DEPOIS DO CAPÍTULO GERAL 1990

Quando os mandatos de Maria Lúcia Brandão e Bernadette McNamara terminaram, após o Capítulo Geral 1990, e as novas conselheiras gerais, Rosa de Lima Pereira (B) e Marianne Murray (PAI) iniciaram os seus mandatos no fim do capítulo geral, em 29 de julho de 1990, Rosa de Lima Pereira e Marianne Murray estavam ambas, na altura, comprometidas em ministérios a nível provincial. A Ir. Rosa de Lima Pereira era a Provincial da Província Brasileira e a Ir. Marianne Murray era Conselheira Provincial na Província Anglo Irlandesa.

Precisamente antes de o capítulo geral começar, Maria Lúcia, Bernadette e eu tínhamos concluído a consulta à Província Brasileira, para a nomeação da nova Mestra de Formação. A Ir. Marina Queiroz (B) foi nomeada nova Mestra de Formação. Com a eleição de Rosa de Lima para o Conselho Geral, precisávamos de iniciar a consulta para a nomeação de uma nova provincial para a Província Brasileira. Nos dias 28 e 29, Rosa de Lima, Marianne e eu encontrámo-nos com o Padre Bill Hogan e com Marina Queiroz para decidir o que fazer a seguir.

Ficou decidido que, como exceção numa circunstância particular da Província Brasileira, o nome de Marina Queiroz seria retirado da reflexão antes de se iniciar o processo de consulta para provincial, e na carta à Província Brasileira a anunciar a consulta, eu confirmaria a sua nomeação como Mestra de Formação. Também ficou decidido que Marianne poderia continuar como Conselheira Provincial, mas não poderia participar em decisões do Conselho Provincial Anglo-Ir-

landês, para o que seria necessária aprovação do conselho geral. Nos dias 28 e 29, Mary Alice aceitou a renomeação como Secretária Geral e Rosemary Lenehan aceitou a renomeação como Ecónoma Geral.

Logo que o Capítulo terminou, as partidas realizaram-se muito rapidamente, como é hábito, e havia assuntos urgentes a tratar. A Ir. Ana Mó Sengaio, Regional de Moçambique, falou comigo sobre a necessidade de uma casa maior para o noviciado na Região. Havia consultas para provincial, a realizar na Província Americana de Oeste e Província Brasileira. Havia também outras questões a considerar, mas, na altura da conclusão do Capítulo, Maria Lúcia e Bemadette já não eram as conselheiras gerais e as novas conselheiras, Marianne e Rosa de Lima, estavam a regressar às suas províncias. Foi difícil dizer adeus a Maria Lúcia e Bernadette. Tínhamos trabalhado juntas, viajado juntas para várias partes do Instituto e, juntas, tínhamos enfrentado problemas. A Ir. Maria do Rosário Durães (P) também ia partir e tínhamos trabalhado muito próximo, de variadas formas. Lembro-me de termos ido juntas ao Aeroporto Leonardo da Vinci-Fiumicino, na saída delas e, ao regressar a casa, para o Generalato, sentirmo-nos sós. Graças a Deus, Rosemay e Mary Alice ficaram como Ecónoma e Secretária Geral respetivamente. Elas foram excecionais e nem posso imaginar o que teria sido sem elas.

Regressei à Califórnia para algumas semanas de férias. Enquanto estava na Califórnia, recebi a comunicação de que a Ir. Patrícia Lacy, nossa Provincial da província Americana de Leste, tinha desmaiado durante a visita às nossas irmãs em Kingston, Inglaterra. Antes do capítulo geral, tinha sido diagnosticado a Patrícia cancro nos ossos. Ela tinha feito quimioterapia entre as sessões do Capítulo e participou totalmente no capítulo geral. A sua perda de consciência conduziu a testes que revelaram um tumor no cérebro.

Enquanto estive na Província Americana de Oeste, tive oportunidade de iniciar a consulta para provincial, pois a Ir. Joan Treacy (PAO) terminaria o seu segundo mandato em 30 de junho de 1991. Rosa de Lima, na sua condição de conselheira geral, iniciou, no Brasil, a consulta para uma nova provincial. No meu regresso a Roma, em outubro, parei em New York para visitar Patrícia Lacy. A luz da gravidade da sua saúde, ela não estava capaz de assumir um segundo mandato como provincial. Era uma altura muito difícil para ela e para a Província Americana de Leste. A consulta para a provincial da Província Americana de Leste teve início em novembro de 1990. Lembro-me de ter estado em Tarrytown e ter enviado por fax as sínteses das respostas das irmãs nas consultas, para a Marianne em Belfast e para Rosa de Lima em Belo Horizonte e da nossa conversa por vídeo conferência. Aproveitávamos a última tecnologia em 1990, mas o processo era desafiador.

Marianne e Rosinha chegaram a Roma pouco tempo depois do Natal de 1990. Uma das primeiras coisas que precisávamos considerar era a língua. No fim de fevereiro de 1991, Rosa de Lima foi para Dublin e Marianne foi para Portugal, por dois meses, para estudo das línguas. Em diferentes alturas em março, Rosemary, Mary Alice e eu passámos algumas semanas de estudo em Portugal.

Entretanto, havia um conselho geral ampliado para preparar. Felizmente, foi decidido pelo conselho geral ampliado, na altura do Capítulo Geral de 1990, que a frequência dos conselhos gerais ampliados mudasse de 12 em 12 para 15 em 15 meses. Esta alteração fazia muita diferença e foi aplaudida pelos membros do conselho geral ampliado.

Em outubro de 1991, os membros do conselho geral ampliado

reuniram-se em White Plains, New York. O foco deste conselho geral ampliado era a implementação da direção e passos de ação do Capítulo Geral de 1990. Deu-se muita atenção à forma como a Declaração da Missão estava a ser usada nas províncias/vice-províncias/região. Embora fosse evidente que a Declaração da Missão estava a ser usada individualmente e em comunidades locais, conselhos provincial/ vice-provincial e regional, e em apostolados corporativos, foram identificados obstáculos comuns e dificuldades. Um dos assuntos mais urgentes em 1991 era o Instituto em África. Os desafios eram enormes.

USANDO A DECLARAÇÃO DA MISSÃO

A aprovação unânime da Declaração da Missão, no Capítulo Geral 1990, foi um ponto de chegada, mas foi ainda mais um ponto de partida. O desafio para nós, uma vez concluído o capítulo geral, era usar a Declaração da Missão para orientar todos os aspetos das nossas vidas, individualmente, províncias/vice-província/região, e como Instituto. Para Rosa de Lima, para Marianne Murray e para mim, parecia-nos como um momento *Kairos*, e falámos disto na nossa primeira carta ao Instituto em 24 de fevereiro de 1991.

Temos razões para acreditar que este momento na nossa história é um momento de graça e oportunidade. É um momento *Kairos*. S. Paulo parece estar a escrever-nos quando diz, “Não recebam a graça de Deus em vão. Pois Deus diz, ‘Em tempo favorável Eu vos ouvi.’ É este o tempo favorável, é este o dia da salvação.” (2 Coríntios 6:1-3).

Nessa carta, escrevemos sobre as mortes que experimentámos redução de números, subida da média de idade, ver terminar instituições que nos eram queridas - mas também escrevemos sobre sermos transformadas:

Olhando hoje para o Instituto, podemos ver sinais de esperança e vida nova, a generosidade de tantas que assumem maiores responsabilidades pela vida do Instituto, o compromisso de outras tantas com a Missão do Instituto, com a fidelidade aos “sinais dos tempos,” o entusiasmo das nossas irmãs em África pela abertura do novo noviciado na Zâmbia/Zimbabwe.

O foco da Declaração da Missão foi um sinal de novos desafios. Foi um impulso para novos ministérios e para novas formas de orientar os velhos ministérios. Não só deu orientação para os ministérios e obras corporativas, mas também deu orientação para as nossas vidas a nível local, para o estilo de vida pessoal e comunitária, para Programas de Formação Inicial e Permanente e para orçamentos e compromissos provinciais/vice-provinciais/regional.

A avaliação permanente foi estabelecida tendo em vista a implementação da Declaração da Missão. Para que o Instituto pudesse tomar consciência do ponto até ao qual estávamos a crescer e ser revitalizadas através da Declaração da Missão, tentámos, a nível geral, levantar as questões certas para estimular vida. Fizemos isto através de cartas, durante as visitas às províncias/vice-província/região, com as provinciais nos conselhos gerais ampliados. Perguntámos:

O que está realmente a acontecer através do desenvolvimento e implementação da Declaração da Missão? De que forma estamos a

mudar? Como estamos a crescer? Até que ponto estamos a ser revitalizadas? Estamos realmente comprometidas com a Declaração da Missão? Quais são os apelos que estamos a escutar? A que nos chama a mudança? O que é necessário para o futuro? Há um sentimento maior de ser corpo para a missão?

O facto de termos a Declaração da Missão não retirou tensão ao avançar. Na verdade, em algumas situações criou mais tensão, mas isso foi um sinal de vida. Todas nós éramos apaixonadas pela Missão, e a Declaração da Missão atçou a chama do nosso zelo apostólico.

O SERVIÇO AOS QUE TÊM MAIS NECESSIDADE DE JUSTIÇA

A partir do Segundo Encontro do Sínodo Geral dos Bispos, em Roma, em novembro de 1971, sobre ‘Justiça no Mundo,’ a Igreja chamava-nos à promoção da justiça. A nossa Ir. Margarida Maria Gonçalves (P) foi observadora no Sínodo e, nas suas cartas ao Instituto como Superiora Geral, a seguir ao Sínodo, partilhou connosco o dinamismo e efeitos do Sínodo. Uma declaração do Segundo Sínodo Geral dos Bispos, em particular, ecoava por toda a Igreja: “A ação em nome da justiça e a participação na completa transformação do mundo apresenta-se-nos como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho.”

Alguns anos depois, o nosso Capítulo Geral 1975 produziu um documento profético, “Missão: Um Apelo à Justiça.” O Instituto foi chamado a examinar o uso dos seus recursos e a colocá-los mais ao serviço da justiça. No Capítulo Geral seguinte, em 1980, depois de ampla participação por todo o Instituto, as nossas Constituições, revistas, foram aprovadas por unanimidade e, no seu parágrafo 8,

falamos

do nosso compromisso com a justiça evangélica “seja qual for o nosso ministério e o lugar onde o desempenhamos.” O Capítulo Geral 1985 aprovou o mandato que apelava ao “Compromisso com a Educação para a Justiça.”

Na Declaração da Missão, dizemos: “... colocamo-nos a nós mesmas e aos nossos recursos ao serviço daqueles que têm mais necessidade de justiça...” A Declaração da Missão identifica não apenas *com quem e em nome de quem* trabalhamos, mas também sobre *como* trabalhamos. Nós estamos para promover “os mais pobres, os despojados, os marginalizados, os sem voz, para trabalharem efetivamente pelo seu próprio desenvolvimento e libertação.”

O Instituto tinha, então como agora, uma diversidade de expressões para levar a cabo uma única Missão. A Declaração da Missão não dava prioridades a ministérios. Preferencialmente apelava a um processo de discernimento e avaliação de todos os ministérios. O serviço daqueles que têm mais necessidade de justiça é fator integrante em todos os nossos ministérios, ao realizarmos uma única Missão.

Isto era um grande desafio. Era para orientar não só os ministérios mas todos os aspetos da nossa vida. Juntas, tínhamos de trabalhar nisto. Tínhamos de descobrir a relação entre promoção de vida e dignidade de *todos* os nossos irmãos e irmãs (“Eu vim para que todos tenham vida”) e colocarmo-nos a nós mesmas e aos nossos recursos ao serviço *daqueles que têm mais necessidade de justiça*.

COORDENADORA INTER - ÁFRICA

1990- 1995

Era um tempo de muitos e novos desafios para o Instituto em África,

especialmente com a implementação do programa de um noviciado interprovincial na Zâmbia e Zimbabwe. Houve questões práticas que se levantaram: o facto de haver um programa para duas províncias, a nomeação de uma mestra de formação, a entrada de pré-noviças, a localização de um noviciado, e eventualmente a decisão de construir uma casa para o noviciado em Chinhoyi. Verônica Brand, Coordenadora Inter-África, facilitou o que se seguiu a tudo isto.

As visitas de Verônica às nossas irmãs de Moçambique, Mali, Zâmbia e Zimbabwe eram excelentes meios de promover a comunicação e de construir unidade em África. Ela esteve presente em momentos significativos, tais como a Primeira Profissão em Moçambique depois da reabertura do Noviciado, e deu testemunho disso a todo o Instituto. A sua capacidade para falar e compreender as línguas que se falavam em cada um dos países, e as línguas do coração, era um dom fabuloso para todas nós. Ela promoveu e fez circular a Newsletter Inter-África, com contributos das irmãs em África, não deixando que os desafios dos serviços postais (ou falhas deles!) ou que a tradução a impedissem. Elaborou um diretório e um calendário Inter-África. Lembrem-se, por favor, que não tínhamos o avanço em comunicação tecnológica que hoje temos.

A reabertura do noviciado em Moçambique e a constituição do noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe tiveram implicações financeiras. A ajuda da Verônica investigando, preparando e apresentando aplicações a várias agências para assistência financeira, foi incalculável.

Verônica foi, para África, uma excelente advogada. Ela defendeu uma África viva perante o conselho geral e o conselho geral ampliado, e foi uma oradora eloquente a favor das necessidades de África, colocando claramente diante de nós as formas de apoio para responder às referidas necessidades.

Na conclusão do segundo triênio da Ir. Verônica, a Ir. Virgínia Mullane (PAI: Zâmbia), generosamente aceitou a sua nomeação como Coordenadora Inter-África, a começar em 1 de junho, 1993. Virgínia tinha passado muitos anos na Zâmbia, esteve na Assembléia Inter-África em 1987 e conhecia o percurso feito para a abertura do Noviciado da Zâmbia-Zimbabwe. Virgínia continuou a orientação no sentido de uma maior comunicação em África, bem como maior comunicação com o Instituto. Tendo um noviciado em Quelimane (Moçambique) e em Chinhoyi (Zâmbia e Zimbabwe), havia uma consciência crescente de que o carisma do Instituto é um dom para a África.

Virgínia supervisionou o plano da Assembléia Inter-África que se realizou em janeiro de 1996. As irmãs que trabalharam com ela para delinear a agenda e fizeram os preparativos para a Assembléia foram: Maria Teresa Rios (Mali), Lúcia Rodrigues (Moçambique), Christine Caldwell (Zâmbia) e Carol Schommer (Zimbabwe). Em 1995, tomámos consciência de que, se fosse constituída uma região para a Zâmbia e Zimbabwe, a estrutura da Coordenadora Inter-África teria de ser revista.

MALI

As irmãs da Zâmbia e Zimbabwe tinham encontros frequentes, mas as nossas irmãs no Mali sentiam-se muito isoladas. Estavam geográfica-

mente mais distantes de Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe do que da Europa e as possibilidades de comunicação e colaboração eram muito limitadas. O telefone mais próximo estava a uma distância de 80 Km de Kimparana e, para chegar de carro a Bamako, cidade capital, gastavam-se seis horas.

O Conselho Geral visitou o Mali por duas vezes durante o período de 1985 a 1995, e a coordenadora Inter-África quatro vezes. Para assinalar o Centenário do falecimento do Padre Gailhac, pediu-se à Ir. Maria de Lourdes Machado (B) para deixar o Brasil no fim de 1989, princípio de 1990, a fim de orientar um retiro sobre o nosso carisma RSCM, nos quatro países Africanos. Este foi um momento de grande unidade. Dois anos depois, uma irmã do Mali e uma de Moçambique participaram num Workshop para sondar a vivência multicultural e in- culturação, pouco antes da abertura do Noviciado da Zâmbia-Zimba- bwe, em 1992. Mas a realidade era que, com o encerramento da comunidade em Sanzana, em 1988 e a retirada da Vice-Província Francesa do Mali, a sensação de isolamento tinha-se intensificado. A distância geográfica de Kimparana das outras comunidades RSCM em África colocou limites à colaboração.

Em abril de 1994, a Província Portuguesa ponderou sobre a sua presença no Mali. A decisão tomada foi de continuar, em função de um futuro imediato, mas assim tomava-se mais difícil, a não ser que irmãs de outra Província fossem para o Mali.

NOVICIADO DA ZÂMBIA-ZIMBABWE

1990-1995

Como anteriormente escrevi, no capítulo sobre A Caminhada para abrir Um Noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe, foi precisamente antes da abertura do Capítulo Geral 1990 que o conselho geral recebeu uma proposta da Ir. Josepha O'Sullivan, Provincial da Província Anglo-Irlandesa e da Ir. Patrícia Lacy, Provincial da Província Americana de Leste, para abrir um noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe. () conselho geral aprovou a proposta. As duas provinciais delegaram na Ir. Verônica Brand, Coordenadora Inter-Africa, a responsabilidade de orientar os aspetos práticos que conduziam à abertura do referido noviciado, incluindo o edifício, fundo de investimento, contacto com o Bispo, etc.

A decisão sobre a abertura de um Noviciado na Zâmbia e Zimbabwe levou à nomeação da mestra de formação. Parte da proposta para abrir um noviciado interprovincial para a Zâmbia e Zimbabwe era que a comunidade de formação seria constituída por irmãs das duas Províncias, Americana de Leste e Anglo-Irlandesa. Após a consulta às irmãs que estavam ou tinham estado recentemente na Zâmbia e Zimbabwe, e aos dois conselhos provinciais, a Ir. Bemardine Hoban (PAL) foi nomeada mestra de formação, em janeiro de 1991. Depois, Josepha ()'Sullivan (Provincial da PAI) pediu à Ir. Patrícia Butler (PAI) para ir para o Zimbabwe juntar-se à Bemardine e à nova comunidade de formação. Bemardine Hoban tinha passado alguns anos no Zimbabwe e estava lá quando lhe pediram para ser mestra de formação. Patrícia Butler, que tinha passado vários anos na Zâmbia, estava em Inglaterra quando lhe pediram para se juntar à nova comunidade interprovincial.

Foram consultadas três dioceses no Zimbabwe sobre a localização do Noviciado RSCM. Duas delas, Mutare e Chinhoyi, estavam abertas à possibilidade. A Comissão Vocacional recomendou Chinhoyi, uma pequena cidade a noroeste de Harare, localizada na estrada entre Zâmbia e Zimbabwe, principalmente devido à sua proximidade da Zâmbia e também da capital, Harare. O Bispo Helmut Reckter, SJ, Bispo da Diocese, de Chinhoyi, Zimbabwe, ofereceu-se para doar terreno para a construção do Noviciado. Aceitámos esta oferta e, a 27 de maio de 1991, tomou-se a decisão de iniciar a construção da casa do Noviciado em Chinhoyi, Zimbabwe. Havia muitos aspetos a considerar em tudo o que envolvia a construção do Noviciado.

Verônica Brand, Coordenadora Inter-Africa, acompanhou a construção do edifício e manteve um bom relacionamento e excelente comunicação com o Bispo de Chinhoyi, Bispo Reckter, SJ, as Provinciais das Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa, o Nível Geral e as nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe.

Em 02 de fevereiro de 1992, Bemardine, Patrícia e duas jovens do Zimbabwe, Jane Musiiwa e Mary Zvandikona, que tinham começado o seu pré-noviciado na Zâmbia, onde a Ir. Joan Larrissey (PAI) era Mestra de Formação das Irmãs do Espírito Santo, mudaram-se para uma casa alugada em Chinhoyi. Jane e Mary continuaram aí o seu pré-noviciado com Bemardine e Patrícia, até que a nova casa do Noviciado estivesse pronta.

A bênção oficial da nova casa do Noviciado em Chinhoyi realizou-se a 25 de agosto de 1992. Foi uma ocasião extremamente alegre e cheia de esperança. Tive o privilégio de estar lá a representar o Instituto. A comunidade do noviciado e irmãs da Zâmbia e Zimbabwe participaram na Missa e Bênção a que presidiu o Bispo

Reckter, S.J.

Convidados, incluindo vizinhos, membros da paróquia local, organizações de jovens e mulheres, religiosas e padres que tinham colaborado com as nossas irmãs durante anos, Ir. Evan Kachakwale, uma Irmã do Espírito Santo e Ir. Ana Mó Sengaio, da Região de Moçambique. Uma semana mais tarde, a 02 de setembro de 1992, Jane e Mary foram recebidas como noviças, numa cerimônia simples e significativa em que estavam presentes familiares, RSCM da Zâmbia, Zimbabwe, Moçambique e eu.

O início do Noviciado da Zâmbia-Zimbabwe não foi muito pacífico. A nossa extraordinária recém-nomeada mestra de formação, Bemardine Hoban, adoeceu e não pôde continuar nessa função; e as nossas duas noviças deixaram o Noviciado durante o seu primeiro ano. Pedimos à Ir. Patrícia Butler (PAI) para assumir a função de mestra de formação e ela aceitou generosamente a nomeação.

Como já referi num capítulo anterior, ao estabelecer um noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe, as nossas irmãs da Zâmbia foram sensíveis à situação das Irmãs do Espírito Santo, congregação diocesana fortemente apoiada pela Província Anglo-Irlandesa. Elas não sabiam como dizer às jovens, especialmente às estudantes na St. Joseph's School, apoiada pelas RSCM, em Chivuna, onde algumas das primeiras Irmãs do Espírito Santo foram educadas, que agora estávamos abertas a receber Zambianas no Instituto. Foi precisamente neste momento que Ana Mó Sengaio (M) chegou providencialmente de Moçambique à Zâmbia para um tempo sabático. Ana Mó, que foi uma das primeiras Moçambicanas a entrar para o Noviciado, em Moçambique, quando ele abriu em 1966, teve gosto em contar a história da chegada a Chivuna e de as alunas lhe terem dito: “Não sabíamos que as Irmãs SCM recebiam irmãs negras,” e ela respondeu: “Bem, eu estou cá.” A partir desse momento, a nossa história podia ser contada

com a das Irmãs do Espírito Santo, na Zâmbia, e as alunas da St. Joseph's School ficavam a saber que nós acolhíamos vocações zambianas no nosso Instituto internacional.

Uma vez mais havia jovens a manifestar interesse em entrar no Instituto. Algumas tinham chegado à porta principal, mas não entravam. Outra, ainda me lembro, já tinha a mala pronta e, no último minuto, declarava que entrar para a vida religiosa não era para ela. Então, quatro jovens da Zâmbia decidiram entrar. O dia em que as primeiras zambianas chegaram ao Noviciado em Zimbabwe, a 31 de agosto de 1993, foi muito emotivo. Nunca mais esquecerei Patrícia Butler ter-me telefonado para Roma descrevendo a sua ida à fronteira Zambiano-Zimbabweana para as receber. Dizia-me que estava a vê-las do lado zambiano dirigindo-se ao controle de passaportes. Esperávamos quatro e eu perguntei-lhe: “Quantas são? E ela disse “Quatro.” Foi uma alegria! Deste grupo de quatro, duas deixaram o Instituto e Ir. Coltrida Mooya e Ir. Florence Muuka fizeram os Votos Perpétuos em 23 de março de 2005.

Havia questões jurídicas que poderiam surgir com a colaboração interprovincial, tais como: a que província pertence a noviça, quem as admite à profissão, etc. Nós sabíamos que ter um noviciado para duas províncias conduziria inevitavelmente à questão que tínhamos previsto quando abrimos o noviciado: se era ou não aconselhável pensar em criar uma Região para a Zâmbia e para o Zimbabwe.

MOÇAMBIQUE

1990-1995

Na conclusão do Capítulo Geral 1990, conversei com a Ir. Ana Mó Sengaio, Regional de Moçambique, sobre a necessidade de ampliar a casa do Noviciado em Moçambique. A casa que tínhamos não era suficientemente grande para as quatro noviças do segundo ano, três pré-noviças quase a ser noviças e várias outras jovens à espera de iniciar em breve o programa de formação. A casa do Noviciado em Quelimane, com quatro quartos, já não era suficientemente grande, e precisávamos de a alargar para proporcionar mais quartos, casas de banho, sala de comunidade, sala de refeições e cozinha. Em fevereiro de 1991, a Região de Moçambique formalizou o pedido para aumentar a casa do Noviciado em Quelimane. A Região tinha feito um plano para acrescentar as salas necessárias e o orçamento respetivo. Ana Mó deu-nos uma estimativa: \$272.800.

O custo era elevado porque, durante a guerra civil de Moçambique até 1992, os materiais tinham de vir de outros países. A Região não tinha dinheiro para esta construção. Considerámos um empréstimo do nível geral ou provincial, mas os fundos a nível geral eram limitados. A Região tinha pedido um fundo a fundações, mas esses pedidos não foram atendidos, não haveria forma de restituir o empréstimo. Apesar disso, a 06 de fevereiro de 1991, o Conselho Geral deu à Região de Moçambique a autorização para aumentar a casa do Noviciado em Quelimane.

Encorajámos a Região a recorrer a outras fundações e pedimos à Ana Mó que continuasse a trabalhar nos planos de construção para obter mais informação sobre a altura em que o dinheiro seria

necessário. Rosemary Lenehan, Ecónoma Geral, fez um apelo às comunidades e particulares para o tempo da Quaresma de 1991, pedindo-lhes uma renúncia durante a Quaresma a fim de poderem dar algum dinheiro para a casa do Noviciado de Moçambique. O contributo das províncias, vice-província, Comunidade do Generalato e amigos das RSCM rendeu mais de \$18,000.

O conselho geral ampliado, em outubro de 1991, deu especial atenção a África, e nós levámos o assunto relativo à necessidade de ampliar a casa do Noviciado em Moçambique. Explicámos a situação às provinciais e vice-provincial e pediímasua ajuda. Nunca esquecerei a sua resposta quando lhes apresentámos a situação: “Vamo-nos reunir e, quando regressarmos, daremos uma resposta”, disseram elas. Depois de se reunirem, comprometeram-se com um contributo muito significativo para as obras de ampliação da casa do noviciado. Mesmo com este contributo, sabíamos que ainda não era o suficiente para cobrir toda a despesa. A Região ficou responsável por procurar fundos para o que faltava.

Eu ainda fico comovida e muito grata quando recordo aquele momento especial, durante o conselho geral ampliado em 1991. Partilhei esta experiência com superiores gerais em Roma e algumas delas, de congregações internacionais semetates à nossa, disseram-me que nunca poderiam fazer isso.

Em março de 1992, a Ir. Maria Teresa Bastião (M) iniciou um período de três anos como Regional de Moçambique. Para apoiar, quando ela iniciou o triénio, o Conselho Geral criou uma estrutura temporária entre o Conselho Geral e o Conselho da Região de Moçambique, de março de 1992 a fevereiro de 1995. Durante esses três anos, pedimos à Verónica Brand, Coordenadora

Inter-África, para tra

balhar com a nova Regional e Conselho, em áreas específicas. Ela foi particularmente útil como pessoa de recurso para elaborar os pedidos de subsídio. Em 1992, o Noviciado era uma prioridade e, com as irmãs recém professoras, era necessário ter em consideração o Programa do Juniorado.

Na mesma altura, a 04 de outubro de 1992, foi assinado em Roma o acordo de paz entre as duas facções opostas de Moçambique. À assinatura do acordo para terminar a guerra civil seguiu-se, em Moçambique, o depor das armas e o início de um longo processo de reconciliação.

Por volta de novembro de 1992, surgiu a possibilidade de o governo poder restituir ao Instituto algumas das propriedades que foram nacionalizadas em 1975, quando Moçambique obteve a independência. O governo de Moçambique procurava registos municipais, para ver a quem pertenciam as propriedades, antes da independência. Isto levantou à Região novas questões. Como se sente a Região, como entidade corporativa numa obra, numa resposta a um apelo da Igreja local, etc.? Em novembro de 1993, soubemos que a propriedade a ser restituída à congregação estava em condições extremamente pobres. Queremos de volta propriedades como estas? Estas eram as questões importantes a ser consideradas pela Região.

Quando nós nos retirámos de algumas comunidades locais significativas, como o Gurué, devido à guerra civil, as nossas irmãs manifestaram a esperança de regressar logo que a guerra acabasse. Em dezembro de 1993, as nossas esperanças foram realizadas e estávamos prontas a voltar para o Gurué. Contudo, durante este tempo de esperança renovada, a Região sofreu uma perda devastadora. Uma noviça maravilhosa, Carolina Modesta Sicanso, faleceu num acidente de carro, em Quelimane, em agosto de 1994.

Na altura do conselho geral ampliado, em abril de 1994, a Região de Moçambique tinha 16 Professas de Votos Perpétuos e 7 membros de Votos Temporários, 5 Noviças e 5 Candidatas. Rosa de Lima e eu estivemos com as nossas irmãs no Capítulo Regional, realizado no Maputo de 12 a 14 de janeiro de 1995. Havia sinais promissores de vida nova.

Num capítulo anterior, em Moçambique, eu escrevi sobre a reabertura do noviciado em Moçambique, em 1989, com três noviças: Albertina Páscoa José, Valéria Emeio e Fátima Fernando. A Ir. Albertina Páscoa José (M) e a Ir. Fátima Fernando (M) celebrarão o 25º Aniversário da sua Profissão Religiosa, em 30 de setembro de 2016, e a Ir. Valéria Emeio (M) celebrará o 25º Aniversário da sua Profissão Religiosa em 24 de maio de 2017.

FORMAÇÃO PERMANENTE

1990-1995

Uma das áreas que necessitava de atenção, e a que o Conselho Geral tinha todo o interesse em se dedicar, era a Formação Permanente. A Ir. Edmund Harvey (PAL) tinha ajudado o Conselho Geral anterior, recolhendo informação sobre o que existia nesta área em cada uma das nossas províncias, vice-província e região, e apresentando ao referido Conselho Geral um relatório e análise da formação permanente no Instituto. Ficou perfeitamente claro que, a nível de Instituto, necessitávamos de formar um grupo que, em conjunto, elaborasse as linhas de Orientação para a Formação Permanente, para nos dar a todas, elementos comuns para continuar a formação.

O Conselho Geral anterior tinha recomendado isso e o Capítulo Geral 1990 tinha apelado a “promover vida nova num corpo para a missão através de formação permanente para a missão.” O Conselho Geral, Rosa de Lima Pereira, Marianne Murray e eu, pedimos à Ir. Edmund Harvey para nos ajudar. Teóloga e anterior conselheira geral, Edmund conhecia muito bem o Instituto, tinha anos de experiência em formação permanente e era uma excelente conselheira sobre o assunto. Ficámos profundamente gratas pois a sua resposta foi um “Sim” do fundo do coração.

Task Force para a Formação Permanente

Formámos uma Task Force de oito membros e cada uma trazia a riqueza de experiência da sua província/vice-província/região, para benefício de todas. A Task Force tinha a responsabilidade de desenvolver orientações comuns, como Instituto, para a Formação Permanente, tendo em consideração formas de fortalecer e promover colaboração e examinar estruturas existentes na área da formação permanente. Pela primeira vez, o Programa Fundo de Doação foi usado para ajudar a cobrir as despesas do Encontro da Task Force. Isto foi maravilhoso!

Os membros da Task Force eram: Ir. Edmund Harvet (Presidente), Myriam Miranda (B), Rosamond Blanchet (PAL), Regina King (PAI), Françoise Wyckaert (F), Maria Leonor Fernandes (M), Maria Lúcia Brandão (P) e Ângela Milioto (PAO). Juntaram-se no Genera- lato de 11 a 27 de fevereiro de 1992. Enfrentámos desafios, na altura, devido às nossa diferenças. Para algumas, quando se falava de “Formação Permanente,” salientava-se o contínuo crescimento da pessoa; para outras, era formação contínua da comunidade e estar ao serviço das necessidades do Instituto a todos os níveis. Tínhamos teologias diferentes. Havia formas diferentes de implementar a

Declaração da

Missão. Recordo os membros da Task Force a trabalhar dia e noite, lendo as respostas dos grupos de formação das províncias, vice-província e região, à procura de encontrar formas de integrar as nossas diferenças, e tentando colocar em palavras os elementos essenciais de continuidade de formação para nós, como Instituto.

Foi um desafio com as nossas diferentes culturas, diferentes línguas e mesmo diferentes processos de reflexão, mas crescemos na compreensão das nossas diferenças e apreço de umas pelas outras. Em 1992, nós não sabíamos o que diríamos quinze anos mais tarde no Capítulo Geral de 2007: “vemos diferenças, não como linhas de separação, mas como lugares de encontro onde a graça possa desabrochar,” mas estávamos a caminho.

A Task Force para a Formação Permanente ponderou formas de fortalecer e promover a colaboração, para dar vitalidade às províncias/vice-província/região e fortalecer o sentido de pertença ao Instituto. Em cada província e região, era reconhecida a importância de ter uma pessoa ou grupo de trabalho, na formação permanente, para aconselhar e iniciar oportunidades de formação permanente e provocar mais interesse, responsabilidade e visibilidade.

Linhas de Orientação para a Formação Permanente

O Conselho Geral aceitou, reconhecido, as Linhas de Orientação para a Formação Permanente, elaboradas pela Task Force e aprovou-as com entusiasmo. No dia 04 de março de 1992, estávamos felizes por enviar a cada irmã uma cópia pessoal, pedindo a cada província, à vice-província e à região para as implementar com programas adaptados à circunstância da província, vice-província e região.

Antes do Capítulo Geral de 1995, foi pedido a cada provincial, vice-provincial e regional com o seu conselho, para avaliarem a implementação das Linhas de Orientação para a Formação Permanente do Instituto, na respetiva província, vice-província ou região. Nós ficámos muito gratas à Ir. Edmund Harvey por ter sintetizado e analisado todas as respostas. Sentíamo-nos encorajadas por termos crescido, ao fortalecer o nosso ser um Corpo para a Missão, e por termos encontrado novas formas de colaborar e de partilhar experiências e recursos em todo o Instituto. Contudo, a avaliação evidenciou a necessidade de sermos mais determinadas sobre o uso das Linhas de Orientação. Na altura, parecia que usávamos as Linhas de Orientação como um ponto de controle depois de feito o planeamento da província/vice-província/região, em vez de incorporar as Linhas de Orientação no planeamento de futuros passos.

As Linhas de Orientação para a Formação Permanente do Instituto 1992 foram meios de “aprofundar a nossa visão comum, promover vida nova, revitalizar o nosso compromisso e fortalecer a nossa capacidade de agir como corpo para a missão.” (Introdução às Linhas de Orientação para a Formação Permanente, 24 de fevereiro, 1992)

VICE-PROVÍNCIA FRANCESA

1990-1995

Quando o novo Conselho Geral, Rosa de Lima Pereira, Marianne Murray e eu nos juntámos, depois do Capítulo Geral 1990, a Vice-Província Francesa tinha tido um relacionamento colaborativo especial com a Província Anglo-Irlandesa, durante dois anos e meio. O período provisório de Marguerite-Marie Lyng, como provincial (1987-1989),

e depois o período de três anos como Vice-Provincial, chegou ao fim a 30 de junho de 1992. Na consulta para a nomeação de uma Vice-Provincial, que se seguiu, a Ir. Marie-France Correau (F) foi nomeada por um período de três anos, a começar em julho de 1992.

Avaliação da estrutura colaborativa

A primeira avaliação da estrutura colaborativa da Vice-Província Francesa e da Província Anglo-Irlandesa realizou-se depois dos dois primeiros anos, em 1990. Em abril/maio de 1993, houve a segunda avaliação da estrutura colaborativa. Os dois Conselhos avaliaram a estrutura nas áreas da formação, comunicação, finanças e o relacionamento de trabalho entre os dois Conselhos. A avaliação deu coragem e apoio à Vice-Provincial e Conselho. Os relacionamentos entre as pessoas e grupos, que trabalhavam juntos, tinham sido construídos e fortalecidos. A colaboração crescia naturalmente e houve crescimento na convicção de que a estrutura colaborativa era mútua. Realizaram-se encontros entre a área da formação e a Comissão de Finanças. Cada uma teve um dom para oferecer à outra.

Finanças

Estávamos num tempo crítico da história do Instituto em França e principalmente em relação às finanças da Vice-Província Francesa. A Comissão de Finanças tinha recomendado ao Conselho Vice-Provincial a venda da propriedade em Rennes e, em fevereiro de 1993, tomou-se a decisão de o fazer. A Província/Vice-Província Francesa devia dinheiro à Província Anglo-Irlandesa para pagamentos antigos de seguros e o produto da venda de Rennes foi o meio de pagar a dívida à Província Anglo-Irlandesa, em abril de 1993.

Patrimônio Espiritual e Financeiro

Entretanto, o Bom Pasteur estava há muito tempo no mercado imobiliário. Tinha sido feita uma oferta de compra da propriedade, mas a oferta não era satisfatória. A partir de 1991, as Irmãs da Vice-Província iniciaram um projeto que refletia as realizações desde as nossas origens, em Béziers, desde o tempo de Gailhac, Mère St. Jean e as nossas irmãs, até ao nosso tempo, e propunha um projeto chamado Centro Gailhac. Havia a possibilidade de o edifício Bom Pasteur ser remodelado para poder ficar casa do Centro Gailhac e residência das irmãs mais idosas. Na altura, a Casa Mãe era muito grande para um número de irmãs relativamente pequeno e havia urgência em proporcionar, às irmãs mais idosas, um ambiente que melhor respondesse às suas necessidades.

A Maison d'Enfants do tempo do Padre Gailhac tinha sido colocada ao fundo da propriedade da Casa Mãe. O edifício precisava de grande renovação e as antigas canalizações e instalação elétrica necessitavam de uma atenção muito especial. No dia 24 de maio de 1993, houve um inquérito sobre a cedência de terra no parque à Maison d'Enfants onde a Associação Jean Gailhac podia construir um novo edifício, em troca do dinheiro que a Maison d'Enfants recentemente tinha investido na sua parte da Casa Mãe (antes que a amortização estivesse completa!). A Vice-Província estudou a questão e, em 09 de agosto de 1993, foi dada autorização para ceder uma porção de terreno no parque à Maison d'Enfants, para aí construir um novo edifício. A construção da Maison d'Enfants, no parque, foi projetada para levar cerca de um ano e meio. Seria um novo começo para esta obra tão estimada pelo Padre Gailhac.

Nova Iniciativa

Algumas semanas depois, em 27 de agosto de 1993, o Conselho Vice - Provincial tomou a decisão de usar o Bom Pasteur para três funções: a comunidade para as irmãs mais idosas, o Centro Vice-Provincial e o Centro Gailhac.

Aconteceram muitas coisas nesse verão em Béziers. Uma delas foi que uma fase da Experiência de Internacionalidade se realizou na Casa Mãe. Os membros mais novos ficaram profundamente sensibilizados por estas duas semanas na Casa Mãe, por tocarem a nossa história, por estarem na casa da nossa primeira comunidade e por estarem com as irmãs da Comunidade da Casa Mãe. Manifestaram um entusiasmo renovado pela tomada de consciência das nossas origens.

Em fevereiro de 1994, a Cidade de Béziers aprovou os planos para remodelação do Bom Pasteur e, em 18 de março de 1994, permitiu que a decisão fosse concretizada. O Bom Pasteur iria ser uma residência para as nossas irmãs mais idosas, o Centro Jean Gailhac e os gabinetes de trabalho da Vice-Província. Foram, então, tomadas duas decisões: a Maison d'Enfants iria para a nova construção no parque e as irmãs da Casa Mãe iriam para o remodelado Bom Pasteur. Planeá- mos deixar a Casa Mãe no final de 1995.

Isto levantou a questão da Casa Mãe como lugar das nossas origens. A questão que se levantava era se seria possível vender parte do complexo Casa Mãe, os seus lotes de terreno e reter a casa original, a cripta e a capela. Estes lugares falavam das nossas origens e, como tal, eram considerados “patrimônio espiritual” do Instituto, e a Vice-Província Francesa foi formalmente confirmada responsável por continuar a tomar as decisões com isso relacionadas. O que era necessário ser preservado era a nossa presença e história em Béziers.

Durante este tempo crítico, foi realizado um encontro dos (onselhos Provinciais e Vice-Provincial. Falaram de colaboração, participação e comunicação. As Atas das reuniões dos conselhos e as Atas do Grupo de Formação Permanente foram enviadas à Ir. Marie- I rance Correau, Vice-Provincial da Vice-Província Francesa, e à Ir. (atherine Dolan, Provincial da Província Anglo-Irlandesa. Ficou decidido que a Vice-Provincial e a Provincial assistissem aos Capítulos de ambas.

A 31 de março de 1995, foi decidido não mexer na capela do Bom Pasteur se queríamos conservar a capela da Casa Mãe. O complexo da Casa Mãe foi considerado como três parcelas diferentes. O (onselho Vice-Provincial queria conservar a casa original, a Sala das Memórias e as escadas da primeira comunidade. As escadas podiam ser retiradas, se necessário; as Memórias podiam ir para a sala de comunidade original. A Maison d'Enfants esperava estar no parque, no novo edifício, em setembro de 1995. A Ir. Sabine-Marie Decamps (F) e a Ir. Bemadette McNamara (F) foram enviadas por Marie-France Correau para iniciar o Centro Gailhac em 1995, com um mandato de três anos.

No Capítulo Geral de 1995, a Vice-Província estava bem consciente do privilégio de ter o berço da vida do Instituto e estava ansiosa por o perpetuar durante gerações de Religiosas do Sagrado Coração de Maria, mas manifestou a sua necessidade de apoio e ajuda colaborativa do Instituto.

Marie-France Correau falou da presente estrutura da Vice-Província e a preocupação que ela colocava no pequeno número de irmãs capazes de assumir responsabilidades para a Vice-Província e para ministérios remunerados, para apoiar as comunidades. Reconhecen-

do-se a necessidade de maior apoio da parte do Instituto, foi sugerido que o corpo do Capítulo fizesse uma recomendação ao novo Conselho Geral, manifestando esta necessidade. O Capítulo Geral 1995 fez a seguinte recomendação sobre o Patrimônio Espiritual do Instituto em França:

- Que o Conselho Geral dê passos para identificar e preservar os itens que são nosso patrimônio (significativos lugares históricos: Casa Mãe, capela Bom Pasteur, parque, Arquivos/Fontes e objetos, etc.). Além disso recomendamos que o cuidado pelo nosso patrimônio espiritual não seja atribuído a uma única província ou região.
- Desejando uma estrutura para a Vice-Província Francesa, que possa facilitar melhor a sua vida e missão, pedimos ao Conselho Geral que inicie essa estrutura, que conduzirá a um novo rumo para a Vice-Província Francesa.

Tal como consta nas Atas do Capítulo Geral 1995, foi recomendado que o Conselho Geral criasse uma Task Force a nível de Instituto, para estudar e apresentar propostas viáveis sobre estruturas, recursos tanto humanos RSCM como financeiros e, dentro desse contexto, garantir a continuidade do projeto Centro Gailhac, recentemente denominado 'La Margelle.' Este projeto previa: continuar a estudar as Fontes, oferecer oportunidades de formação e ser um centro/espço de Acolhimento e Hospitalidade em Béziers. Esta recomendação foi registada nas Atas para deliberação do Conselho Geral.

O relacionamento colaborativo com a Província Anglo-Irlandesa deu nova vida à Vice-Província Francesa, ajudou as irmãs a crescer, a serem mais abertas e a terem mais espírito de Instituto; mas

a

colaboração não respondia aos inerentes problemas estruturais, tendo em consideração o pequeno número de irmãs na Vice-Província Francesa. A 18 de novembro de 1995, o Conselho Geral cessante refletiu isto com Conselho Geral recém-eleito.

EXPERIÊNCIA DE INTERNACIONALIDADE PARA MEMBROS MAIS NOVOS

1992-1993

No encontro da Task Force para a Formação Inicial, em janeiro de 1989, foi manifestada uma necessidade sentida para proporcionar aos membros mais novos de votos temporários, ou às que fizeram recentemente Profissão Perpétua, uma oportunidade de experimentar a nossa internacionalidade e construir um maior sentido de corpo como um todo. Esta experiência era considerada fundamental para o programa de formação do Instituto, como meio de alargar horizontes e formas de pensamento, proporcionando a oportunidade para uma concreta abertura a outras culturas. As irmãs, na mesma etapa de vida religiosa, deviam conhecer-se umas às outras e estar prontas a desenvolver amizades entre RSCM, o que nem sempre foi possível, dado que havia poucas pessoas em formação inicial numa província/região.

Esta recomendação recebeu grande apoio do Conselho Geral em 1990 mas, por falta de tempo antes do capítulo geral seguinte, o Conselho Geral que esteve de 1985 a 1990 fez a recomendação ao Conselho Geral seguinte, sobre a existência de uma experiência de internacionalidade para os membros mais novos do Instituto, os de

votos temporários e os que fizeram recentemente a profissão perpétua. Esta recomendação foi um dos primeiros assuntos a ser considerado em 1991 pelo novo Conselho Geral.

Comissão de planeamento

Rosa de Lima Pereira, Marianne Murray e eu telefonámos a três irmãs com riqueza de sabedoria e experiência para preparar a Experiência de Intemacionalidade para os Membros Mais Novos: Irs. Margaret Fielding (PAI), Maria de Lourdes Machado (B) e Rosalina Nunes (P). Primeiramente vieram para Roma, de 09 a 20 de dezembro de 1991, para estar com o Conselho Geral a fim de tratar alguns aspetos do encontro. Juntas, organizaram as várias fases da Experiência de Intemacionalidade e identificaram os objetivos específicos a ser concretizados em cada fase. Em janeiro de 1992, escrevemos ao Instituto a explicar os objetivos do programa e a pedir colaboração.

Fases da Experiência

A Experiência era realizada em quatro fases:

Fase 1: A primeira fase era de preparação. Durante esse tempo, muitas das participantes estudariam Português ou Inglês, a fim de poderem participar inteiramente nas diferentes fases de toda a Experiência. Também existia leitura recomendada, fazendo parte desta Experiência.

Fase 2: A segunda fase era uma experiência formativa. Cada participante passaria quatro semanas numa comunidade RSCM noutra província/vice-província / região, ou parte na sua própria

província/vice-província/região para fazer uma experiência de vida numa cultura diferente da sua. Como ia ter de se envolver na vida e ministério da comunidade, teria de estudar a realidade eclesial, social, cultural e política do local e a forma como as RSCM respondiam a essa realidade, através da inserção na comunidade e seus ministérios. Seria estimulada a refletir, individualmente e com outros, na sua experiência.

b ase 3: A terceira fase iria realizar-se com todas as participantes reunindo-se em Béziers e em Braga, Portugal, durante 30 dias, a fim de partilharem experiências, refletirem juntas sobre a nossa história, espiritualidade e sobre a nossa vida como RSCM, hoje e no futuro.

base 4: A quarta fase teria início depois de Braga, na continuação da Experiência de vida. Esta fase iria focalizar-se na aplicação da Experiência à situação de vida diária de cada uma e à vida da sua província/vice-província/região e de todo o Instituto.

Vinte e oito membros mais novos participaram na Experiência. Foi pedido às provinciais, vice-provincial e regional para apresentarem uma lista de comunidades que pudessem receber os novos membros. A lista de comunidades foi então enviada aos membros mais novos, sendo-lhes pedido para discernirem com a sua Mestra de Formação e Conselho Provincial três preferências para onde cada uma gostaria de ir e respetiva razão. O Grupo de Planeamento e o conselho geral trabalharam em conjunto na escolha das comunidades de acolhimento para cada membro mais novo, e à maior parte foi possível dar a sua primeira escolha.

A Segunda Fase era uma experiência a nível de todo o Instituto, de transcender fronteiras:

- do Brasil para Irlanda, México, Moçambique, Portugal e Estados Unidos
- do México para os Estados Unidos
- de Moçambique para Portugal
- de Portugal para Brasil, Inglaterra, Mali, México, Moçambique, Portugal e Zimbabwe
- dos Estados Unidos para Brasil, Irlanda e México

Embora isto se chamasse uma Experiência de Intemacionalidade para os Membros Mais Novos, na realidade foi uma experiência de intemacionalidade para todas nós. Para as que recebemos os membros mais novos de outras províncias/vice-província/região nas nossas comunidades e províncias/vice-província/região, foi uma ocasião de estar em contacto com outra realidade do nosso Instituto e de fortalecer os laços de unidade entre nós. O interesse, encorajamento e acompanhamento dos membros mais novos nas Fases 1 e 2 por irmãs da sua própria ‘casa’, província/vice-província/região, ajudou-as imenso. Lembro, em particular, membros mais novos da Província Brasileira a falar de cartas que receberam de irmãs mais velhas da sua Província. Significava tanto para elas saber que rezavam por elas e as apoiavam e aprender com algumas das irmãs mais velhas que, quando eram jovens religiosas, também elas temiam determinadas coisas.

Béziers e Braga

Com a rica experiência de outra cultura, jovens de espírito e coração, os membros mais novos juntaram-se na Fase 3: Béziers, 1-15 de junho de 1993 e Braga, Portugal, 16 - 30 de junho de 1993. Em Béziers,

Rosa de Lima e Marianne facilitaram a partilha de experiência de vida e missão RSCM nas suas províncias/vice-província/região e durante as suas experiências de formação. Eu falei do Instituto hoje e focalizei-me no carisma, usando a imagem Bíblica de um tesouro escondido no campo. Kathleen Connell (PAL), Marjorie Keenan (PAL) e Margaret Fielding (PAI) falaram sobre a história, espírito e missão RSCM e fizeram-se visitas a locais associados ao Padre Gailhac, Mère St. Jean e às nossas primeiras irmãs.

Viajamos juntas de autocarro para Portugal e chegámos a Braga no dia 16 de junho. A Ir. Rosa do Carmo (P) fez uma introdução à nossa história e à história atual em Portugal. A Ir. Margarida Maria (ionçalves) (P) falou sobre a sua experiência do Vaticano II e a Ir. Mana de Lourdes Machado (B) falou sobre a sua experiência das conferências Latino-Americanas de Medellín e Puebla. O grupo refletiu sobre os desafios e oportunidades da vida apostólica hoje, no contexto das Escrituras, das nossas Constituições e da Declaração da Missão. A última semana em Braga incluía dois dias de retiro, à luz da Cristologia de Gailhac, orientado pela Maria de Lourdes e Maria Antónia Quinteiro Lopes (P).

O nosso tempo em Béziers foi particularmente memorável. Eu estava de algum modo preocupada pois todas nós a descer, na Casa Mãe, podíamos incomodar as nossas irmãs mais idosas. Lembro-me de estar sentada no corredor principal com a Ir. Jeanne d'Arc Lefebvre (F) e a música tocava muito alto, na sala da comunidade, e a casa estava literalmente a baloiçar devido à dança. Perguntei-lhe como é que ela e as outras irmãs se sentiam com aquela agitação. Ela fez um enorme sorriso e disse que estavam todas deliciadas, com a vida que o grupo lhes tinha trazido.

A nossa viagem de ícarro, de Béziers para Portugal, foi

outra memória que eu contim trazer comigo. Rezei pela nossa segurança o caminho todo, em is as curvas. Pensando bem, acho que foi muito arriscado termos vi todas no mesmo autocarro; contudo, estávamos a viajar todasjunbmjunho de 1993, e tudo correu bem até Braga. O grupo cantava Janto atravessávamos Espanha e, no momento em que entrámos èortugal, as nossas irmãs Portuguesas pegaram nos copos que tinhascondido e abriram garrafas de vinho português, que distribuíram toda a gente exceto o motorista. Foi um momento maravilhoso!

Avaliação

Na avaliação a todos os níveie se seguiu, todas nós reconhecemos que a Experiência de Intemaialidade foi um momento muito forte de formação, no Espírito e Gma, para os membros mais novos e para todas, nas províncias/viivíncia/região que, de algum modo, estavam envolvidas. Muito ucesso da Experiência de Intemacionalidade foi devido ao excee trabalho do Grupo de Planeamen- to - Margaret, Maria de Lois e Rosalina. Toda a experiência foi realizada, verdadeiramente, colaboração: entre o Conselho Geral, Comissão de Planeamento,nselhos provinciais/vice-provinciah regional, mestras de formaç níveis provincial/vice-provincial/regional a trabalhar com equijde formação, comunidades locais de acolhimento e membros maisvos.

As experiências de c uma das participantes nas Fases 1 e 2 tomaram possível que, quo chegadas a Béziers, não se sentissem estranhas. Estavam contes, ávidas de aprender mais umas das outras, e de tudo o que Bézilhes pudesse ensinar. Tinham estado

noutras partes do Instituto e sentiram que não havia fronteiras entre províncias, vice-província e região e entre elas próprias. As oradoras em Béziers e em Braga foram muitíssimo inspiradoras. Elas comunicavam não só a história do Instituto mas respiravam e transmitiam o nosso espírito.

Não há palavras para descrever adequadamente a atenciosa hospitalidade que experimentámos na Casa Mãe e em Braga. No fim do seu tempo em conjunto, as participantes na Experiência de Intemacionalidade quiseram partilhar uma mensagem com o Instituto. A sua mensagem era profunda e desafiadora, em 1993, e eu acho-a profunda e desafiadora hoje. Por favor, peguem nela e leiam-na de novo, ou talvez a leiam pela primeira vez (ver Apêndice 5: Experiência de Intemacionalidade para os Membros Mais Novos, Mensagem para todas as irmãs do Instituto, Braga, 29 de junho de 1993).

Quando a Experiência de Intemacionalidade 1993 terminou, podíamos olhar para trás e dizer que tínhamos atingido os objetivos estabelecidos ao planeá-la. Estávamos todas muito gratas a Margaret, Maria de Lourdes e Rosalina. Eu continuo em contacto com algumas das nossas irmãs que fizeram parte desta Experiência. Elas têm dito que esta as mudou para sempre. Algumas, eu sei, continuam a estar em comunicação com outras da Experiência. Anos mais tarde, continuamos a colher o fruto desta maravilhosa, cheia de graça, Experiência de Intemacionalidade para os Membros Mais Novos.

LIDERANÇA

A eleição de dois Conselhos Gerais, durante o capítulo geral de 1990, foi um tempo difícil. Foi um tempo de luta, um tempo de enorme desafio e, fundamentalmente, um tempo de graça. A partir desse

momento, muitas de nós sabíamos que tínhamos de enfrentar a questão da liderança no Instituto.

A liderança tinha sido uma área de dificuldade identificada pela Coopers & Lybrand, na sua análise da Sondagem do Instituto em 1986. “A Liderança é uma área de fraqueza, da nossa fragilidade,” disseram eles. Era uma questão a todos os níveis - local, provincial, geral. O Capítulo Geral 1990 pediu um estudo do processo de eleição e reconheceu que precisamos de olhar para as questões fundamentais. A liderança pode ser uma questão mais profunda do que processo ou estrutura, é algo relacionado com atitude e compreensão do Instituto. Houve uma percepção, no Capítulo Geral, que ‘provincia’ era mais importante do que ‘Instituto’. Foi reconhecida a necessidade de educação, que desperte a consciência, de eleições para a liderança da congregação, num capítulo geral, e da função do nível geral de unificar e liderar o Instituto.

O conselho geral pegou nesta questão em 1993, quando convidou o Instituto para refletir sobre este importante assunto. A reflexão sobre liderança incluía uma dimensão formativa, bem como recolha de informação sobre coisas que bloqueiam/encorajam alguém a dizer sim. As categorias para partilha foram: a minha percepção de função; a minha percepção de mim própria - as minhas competências/capacidades; os meus valores/convicções; os meus sentimentos; a minha percepção das outras pessoas - como é que a provincia/vice-provincia/

região considera a função e como é que a minha comunidade local (ou amigas) consideram a função.

As irmãs foram convidadas a refletir em conjunto, em pequenos grupos, e cada uma teve de responder a questões pessoalmente. As respostas da província/vice-província /região foram recolhidas e depois enviadas ao Conselho Geral. Rosa de Lima Pereira, Marianne Murray, Rosemary Lenehan, Mary Alice Yang, e eu refletimos sobre as respostas de cada província, da vice-província e a região e do Instituto como um todo. Depois pedimos a Ir. Mary Ann Buckley, SHCJ, Superiora Geral da Sociedade do Santo Infante Jesus, Pe. Bill Hogan, CSC, Dr.^a Jean Alvarez e Ir. Nancy Conway, CSJ para darem as suas principais impressões depois de terem lido todas as respostas.

As respostas deram-nos informação sobre intuições, atitudes e pensamentos das irmãs sobre liderança, no Instituto. Uma força evidente era o entusiasmo que as irmãs têm pelo Instituto e especificamente pela internacional idade. Contudo, um obstáculo a dizer sim à liderança a nível geral estava relacionado com a dificuldade de aprender línguas e de adaptação a diferentes culturas. As exigências e realidades de trabalhar numa situação internacional e de adaptação a várias culturas eram assustadoras para muitas. Outra força que surgia através de muitas das respostas era fé e abertura para responder ao chamamento de Deus, da Congregação, servindo por amor ao Instituto. No entanto, outras manifestaram receio do que poderia estar envolvido e isso impedia-as de dizer sim. Uma terceira força era que, direta ou indiretamente, a necessidade de liderança era afirmada. Porém, outras viram que a função do nível geral separa a pessoa do mundo real, pois as tarefas burocráticas estão longe das pessoas às quais se dirigem.

Ouvimos de novo um assunto que aparece na Análise da Sondagem da Coopers & Lybrand: onde estivermos, estamos satisfeitas e felizes. Uma questão mais profunda em alguns lugares era que servir o Instituto/província/vice-província/região não vale tanto a pena como servir em outras expressões de ministérios. Uma questão também levantada foi: se uma pessoa é retirada de uma posição específica para colaborar no nível geral, essa posição poderá não estar disponível quando ela voltar a ‘casa’ depois de ter exercido funções no nível geral.

Os fatores mais fortes que levavam as irmãs a dizer sim eram: ter os dons e competências necessárias, receber forte apoio, ter a percepção de serem chamadas a servir o Corpo para a Missão e saber que estariam em colaboração com outras. Como se pode imaginar, os fatores mais fortes que inibiam as irmãs relativamente a dizer sim eram: a consciência das próprias limitações, de serem influenciadas por receios e dificuldades e por atitudes e percepções negativas.

A questão da liderança é algo que todas nós temos de encarar. Nos próximos anos, o número de membros do Instituto diminuirá e a média de idades continuará a subir. As preocupações com a saúde aumentarão com a idade e tomar-se-á mais difícil encontrar irmãs abertas a dizer sim ao nível geral.

Tudo isto foi partilhado com o conselho geral ampliado na reunião de 1994. Pensou-se que a implementação das Linhas de Orientação para a Formação Permanente em cada província/vice-província/ região, podia ajudar a preparar irmãs para a liderança, apoiadas com as competências, conhecimentos e confiança necessários para assumir funções de liderança. Parte do tempo sabático, ‘workshops’ e programas ligados ao treino da liderança foram considerados úteis. Nós também reconhecemos que o treino da

liderança necessita de fazer parte

da Formação Inicial. Os novos membros precisam de ser encorajados e que lhes deem oportunidades de desenvolver os seus dons e talentos para serem líderes. Com vista à nossa internacionalidade, foram encorajados ao estudo de outra língua e a ter experiências de vida noutra cultura. Isto, como aprendemos da Experiência de Internacionalidade para Membros Mais Novos, pode ajudar cada uma a afastar o receio e a procurar nos seus recursos internos o que não sabia que tinha.

Nós sabíamos que tínhamos de fazer mais, para educar as Irmãs sobre a função do nível geral, na vida do Instituto. Como meio para o fazer, uma de nós do nível geral esteve presente nos capítulos provinciais, vice-provincial e regional, antes do Capítulo Geral de 1995. Pedimos que, no horário dos capítulos provincial/vice-provincial/regional, fosse criado um dia do Instituto para ajudar a clarificar as irmãs sobre o nível geral e para despertar a consciência da necessidade de eleger a liderança da congregação, no capítulo geral.

PARTILHA DE RECURSOS

1990-1995

Nós temos diversidade de unidades monetárias, de condições económicas e situações políticas e sociais, nos vários países onde o Instituto está presente. O Sistema Relatório Comum, que foi aprovado em 1989, ajudou, consideravelmente, o conselho geral a rever os relatórios financeiros anuais das províncias/vice-província/região.

O Relatório Anual incluía fontes de rendimento (salários, pensões, alugueres e investimentos), despesas principais, balanço de fundos, alojamento (RSCM ou arrendamento) e análise de ministérios

- o número de irmãs em ministérios remunerados e não remunerados. Embora houvesse problemas ao usar o novo Sistema de Relatório, ele ajudou a captar uma imagem financeira realista do Instituto. Conseguimos juntar-nos para responder a um número de desafios, tais como a ampliação da casa do noviciado da Região de Moçambique (1991), o planejamento e implementação da Experiência de Internacionalidade para os Membros Mais Novos (1993),

Sabíamos que, como o nosso número e os rendimentos financeiros diminuía, chegaria o dia em que províncias, vice-província e região não poderiam ser avaliadas ao mesmo nível que em anos anteriores. A Ir. Rosemary Lenehan, Ecónoma Geral, lembrava regularmente às ecónomas que o objetivo global era trabalhar tendo em vista a extraordinária possibilidade de o nível geral se manter a si próprio, através de investimentos. As províncias foram estimuladas a contribuir para os fundos do Instituto, com as receitas extraordinárias da província. Em 1990, foi criado o Fundo Inter-Africa e a prática de contribuir para o Programa Fundo de Doação com 5% de qualquer receita, capital e lucro recebido durante um ano da venda de propriedades, deu expressão visível à nossa solidariedade no Instituto e provou ser um investimento valioso para o futuro.

A situação da casa do Generalato permaneceu precária durante 1985-1995, visto que o nosso contrato com Missions Etrangères de Paris (MEP), de aluguer da casa do Generalato na Via Adelaide Ristori, tinha expirado e precisava de ser renovado de três em três anos. Nós não tínhamos património nem dinheiro para a compra da casa. Nesses anos, a receita do Fundo de Construção do Generalato (fundos da venda do ‘velho Generalato’ na propriedade de Villa Lauchli para a Marymount International School, Roma) foi destinado ao pagamento da renda e custos de manutenção da casa do Generalato, onde vivíamos, na Via Adelaide Ristori.

Num planeamento a longo prazo, seria importante considerar a hipótese de o Instituto possuir uma casa para o Generalato. Se o arrendamento não pudesse ser renovado, pedir-se-ia ajuda às províncias, vice-província e região. Abandonar o atual Generalato na Via Adelaide Ristori, em crise, afetaria grandemente o trabalho do conselho geral. No seu Relatório Financeiro para o conselho geral ampliado, em Belo Horizonte, Brasil, abril de 1994, Rosemary Lenehan falou sobre a situação jurídica a Nível Geral:

Fundo para Beatificação - cresceu, tendo o capital sido preservado» lucro usado para despesas relacionadas com as Fontes.

Fundo para Construção do Generalato - está a aumentar no valor e foi iniciado com o dinheiro recebido da venda da primeira casa do Generalato. A situação da casa do Generalato ficou precária, visto que era esperado que o nosso contrato expirasse em dezembro de 1993, e nós não tínhamos a propriedade nem dinheiro para comprar uma®

Programa Fundo de Doação - o seu objetivo é dar liberdade ao®- selho geral para levar a cabo programas para o bem de todo o Instituto, sem ter de pedir ajuda financeira às províncias. Um exemplo disto foi a Experiência de Internacionalidade para Membros Mais Novos, em Braga e Béziers, em 1993. Desde a criação do Fundo, têm sido feitos esforços para aumentar. A Task Force sobre Partilha de Recursos, que devolveu estratégias para o Instituto, sugeriu formas de aumentar o Fundo, i.e., contribuindo com 5% da venda de propriedades.

Fundo Inter-Africa - aumentou e foi usado em despesas para ^íretiros, etc. para as irmãs de Moçambique, Zâmbia, Zimbábue e Mdi.

Fundo de Maneio - receitas habituais provenientes de impostos e

receitas de investimentos. As despesas incluíam apoio financeiro para a administração de Moçambique.

Fundo de Solidariedade - a maior fonte de receita é de doações. As Províncias contribuíram devido a uma maior consciência das necessidades; a partilha possibilita ao nível geral poder responder, em nome de todo o Instituto, a muitas necessidades no mundo. O Fundo de Solidariedade não era, de facto, um fundo ao mesmo nível de outros fundos administrados a nível geral. Qualquer que fosse a contribuição recebida em determinado ano, era partilhada, pelo Conselho Geral, como oferta do Instituto em situações de grande necessidade.

Embora houvesse um mandato explícito do Capítulo Geral 1985 sobre “Partilha de Recursos,” a Análise da Coopers & Lybrand, dos dados na Sondagem 1986, indicava que seria difícil partilhar recursos devido à estrutura do Instituto. De facto, de 1985 - 1995, as províncias contribuíram para as necessidades do Instituto. Quando, no encontro do conselho geral ampliado, era apresentada uma necessidade e a informação era partilhada, havia uma resposta generosa.

A CAMINHADA DAS RSCM PARA QUE A ZÂMBIA E O ZIMBABWE SE TORNASSEM REGIÃO

O noviciado interprovincial das Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa foi formado em resposta àquelas que tinham sido atraídas pela vivência do carisma do Instituto, na Zâmbia e Zimbabwe, e

que queriam entrar no Instituto. Ao abrir o noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe, era inevitável que surgissem questões sobre a estrutura de governo. Relativamente a Londres e Tarrytown, tudo funcionava bem quando as RSCM eram uma presença enviada; mas, com a abertura do Noviciado, o Instituto fez uma declaração arrojada, pois nós queríamos facilitar o crescimento do carisma em solo africano. As estruturas deveriam ajustar-se às necessidades em África, de preferência a serem a Zâmbia e o Zimbabwe a ter de se ajustar às estruturas. Levantaram-se questões relativamente à manutenção do relacionamento com a província de cada uma.

Foi uma grande tristeza para todas nós o falecimento da Ir. Patrícia Lacy, Provincial da Província Americana de Leste, no dia 16 de maio de 1991. Ela tinha vivido em Dangamvura, Zimbabwe, antes de ser nomeada provincial, e conhecia a realidade local. A liderança da Província Americana de Leste foi assumida pela Ir. Martina Crowley (PAL) que não se poupou a nada para levar até ao fim o compromisso da Província Americana de Leste com o Noviciado em Chinhoyi.

No conselho geral ampliado, em White Plains, Nova York, em outubro de 1991, plantaram-se sementes pela possibilidade de uma nova estrutura em África. Em setembro de 1992, o Conselho Geral autorizou um estudo sobre a criação de uma região, e durante o conselho geral ampliado, em Dublin em 1993, Martina Crowley e Catherine Dolan, Provinciais da Província Americana de Leste e Província Anglo-Irlandesa, Verônica Brand, Coordenadora Inter-África, Rosa de Lima, Marianne, Rosemary, Mary Alice e eu, encontrámo-nos para examinar os planos de estudo. Todas nós compreendemos que qualquer nova estrutura teria de ser construída de baixo para cima, para responder às necessidades da Zâmbia e Zimbabwe. Nós planeámos isso, a meio do trabalho do Grupo de Estudo e, antes da concretiza-

ção das suas recomendações, elas iriam encontrar-se com o Conselho Geral, em Roma. Os níveis provinciais das Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa iriam estar envolvidas no encontro, e nós compreendíamos que haveria especificidades a necessitar de ser trabalhadas entre as províncias. O estudo realizou-se de fevereiro de 1993 a agosto de 1994. A Ir. Florence Reilly (PAL: Zimbabwe) orientou o estudo no Zimbabwe e a Ir. Philippa O'Sullivan (PAI: Zâmbia) orientou-o na Zâmbia.

Isto, agora, pode parecer-nos um longo período para um estudo. Contudo, muito aconteceu durante essa altura. Juntou-se informação das nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe e de outras congregações religiosas internacionais. As nossas irmãs de Moçambique foram consultadas. Foi um tempo de educação, muita oração, reflexão e diálogo com as irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, os Conselhos Provinciais das Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa e o Nível Geral. Reuniram-se, usando a informação, e Florence e Philippa elaboraram um esboço de uma proposta para a região.

Em maio de 1994, as irmãs da Zâmbia e Zimbabwe reuniram-se em Harare para, juntas, refletirem e partilharem as suas reações ao esboço proposto. Emergiram receios e hesitações. Para a maior parte, estes referiam-se ao relacionamento com a província de origem - visitas a casa, doenças, reformas, ficarem separadas do grupo alargado. Reconheceu-se a necessidade de apoio contínuo das províncias de origem, pois havia diferenças culturais - não só ocidentais e africanas mas também as duas diferentes culturas provinciais. As nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe sentiam e diziam que todo o risco era cheio de dificuldades. Contudo, na assembléia das nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, em maio/junho de 1994, houve concordância sobre uma

estrutura proposta. Depois a proposta seguiu para as provinciais.

De 22 a 27 de agosto de 1994, houve um encontro do Grupo de Estudo da Zâmbia/Zimbabwe, no Generalato, para refletir sobre a possibilidade de uma estrutura de governo para a Zâmbia e Zimbabwe. Rosa de Lima, Marianne, Rosemary, Mary Alice, e eu do Nível Geral, Martina Crowley, Provincial (PAL), Moira Lever, Conselheira Provincial (PAI), Florence Reilly (PAL: Zimbabwe) e Philippa O'Sullivan (PAL Zâmbia), juntaram-se para examinar e refletir sobre a proposta de uma possível Região Zâmbia-Zimbabwe.

Nós fomos extremamente bem ajudadas, durante o nosso encontro, pela presença e sábio conselho do Pe. Bill Hogan. Bill, que nos estava a ajudar, desde o primeiro momento em que a possibilidade de um Noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe foi levantada, anos atrás, era uma fonte de conhecimentos e sabedoria e a sua atitude calma conduziu-nos a debates com grande tranquilidade. Ele inculcou confiança em todas nós. Florence e Philippa ajudaram-nos a compreender mais completamente os sentimentos e idéias expressas pelas nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, e como elas incorporaram estes sentimentos e idéias na proposta a ser submetida para consideração. Durante o encontro, a proposta para uma região foi aperfeiçoada uma vez mais. Depois deste encontro, em agosto de 1994, foi necessário algum tempo para as nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe refletirem e reconsiderarem o que estaria implicado. Era muito importante que ninguém se sentisse pressionado a aceitar o que quer que fosse, prematuramente, antes de todas terem tido tempo para o assimilar. Não foi estabelecido um prazo para a tomada de decisão.

Cerca de cinco meses depois do nosso encontro em Roma, em janeiro de 1995, Rosa de Lima, Pe. Bill Hogan e eu, encontrámo-nos com as nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe em Lake Kariba, na fronteira dos dois países. O Pe. Bill declarou que não havia qualquer razão

para mudar imediatamente do presente sistema de visitas a casa, etc., mas para darem tempo ao conhecimento umas das outras, compreenderem as diferenças e crescerem no novo sistema, acreditando que os dons necessários estavam no grupo. Tivemos um tempo importante de oração em conjunto. Seguiram-se algumas questões e muita partilha honesta. As pessoas presentes no encontro foram unânimes no apoio a uma Região, e oito das presentes e duas que tinham respondido por meio de carta estavam prontas a comprometer-se com a nova Região.

No fim do encontro, as presentes escreveram aos Conselhos Provinciais da Província Americana de Leste e província Anglo-Irlandesa, manifestando o seu apoio à constituição, de uma Região. Os dois conselhos provinciais tiveram então de ponderar a decisão se sim ou não apoiavam a constituição da Região e, se ambas aprovassem, a proposta seguiria para o Conselho Geral. Foi estabelecido que não era necessário ter tudo no lugar e concluído, antes de a Região ser constituída.

Em maio de 1995, as duas provinciais, Catherine Dolan (PAI) e Martina Crowley (PAL), visitaram Zâmbia e Zimbabwe para falarem pessoalmente com as irmãs que se tinham comprometido com a região. Então, a 02 de junho de 1995, os Conselhos Provinciais da Província Americana de Leste e da Província Anglo-Irlandesa deram o seu apoio para a criação da Região da Zâmbia-Zimbabwe (ver Apêndice 6). Os dois Conselhos, embora reconhecendo os números baixos e as dificuldades a enfrentar, manifestaram o seu compromisso para avançar, na fé. O Conselho Geral, encorajado pelo apoio dos dois Conselhos Provinciais e o compromisso das irmãs para serem membros da nova região, tomou a decisão de constituir a região para a Zâmbia e Zimbabwe a 16 de junho de 1995 (ver Apêndice 7). A Região deveria relacionar-se diretamente com a superiora geral e o

seu conselho em união com os Conselhos Provinciais das Províncias Americana de Leste e Anglo-Irlandesa.

Dois meses depois do nosso encontro em Kariba, o Pe. Bill Hogan faleceu repentinamente, em Roma, a 15 de março de 1995. Nunca mais esquecerei a Ir. Marguerite McLoughlin (PAO) entrando na biblioteca do Generalato, onde Rosa de Lima, Marianne, Rosemary, Mary Alice e eu estávamos quase a começar uma reunião, e dizer-nos que acabara de receber um telefonema para nos dizer que Bill tinha falecido. Ficámos todas em choque. Eu tinha falado com ele no dia anterior e ele estava com uma terrível constipação. Na manhã do seu falecimento, tinha presidido à Missa no Generalato dos Irmãos Cristãos Irlandeses, em Roma, e depois da Missa, estava com dificuldade em respirar. Foi para o seu quarto, não conseguiu recuperar a respiração e faleceu. A morte de Bill teve um profundo impacto em todas nós. Muitas de nós tínhamos travado conhecimento com ele e respeitávamo-lo muito. Estávamos a planear a sua presença connosco no capítulo geral, e esperávamos que ele estivesse connosco quando chegássemos à decisão da nova Região. Lembro-me ele dizer: “Constituir uma Região não elimina as questões ou a fragilidade. Será um desafio. Muitas coisas precisarão de ser trabalhadas. É um passo na fé para todo o Instituto.”

GOVERNO GERAL

Task Force para o Governo Geral

O Padre Gailhac tinha em mente que o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria fosse Um Corpo para a Missão. Isto é um

dom para todas nós e para a vida do mundo, mas não se vive sem os seus desafios. O nível geral está comprometido, de forma especial, com a promoção da unidade e com o fortalecimento do Corpo para a Missão.

Nos anos imediatamente a seguir ao capítulo geral de 1990, levantaram-se diferentes questões relacionadas com o governo a nível geral e sentimos que era necessário constituir um grupo de irmãs que pudesse estudar aspetos do governo geral, à luz do que se diz sobre governo geral nas nossas Constituições, e da nossa experiência de vida. Em 1993, pedimos à Maria Lúcia Brandão (P), Catherine Dolan (PAI), Bemadette McNamara (F) e Carol Schommer (PAL) para nos ajudarem no trabalho da Task Force para o Governo Geral. Elas trouxeram, para a Task Force, riqueza de conhecimentos e experiência sobre os níveis geral e provincial.

Estas Irmãs reuniram-se pela primeira vez em agosto de 1993 e decidiram pedir informação a cada uma das irmãs que já tinha feito parte do governo geral, desde 1975, ou que tivesse sido delegada ao Capítulo Geral de 1990; também recolheram informação junto de outras congregações internacionais. Maria Lúcia, Catherine, Bemadette e Carol encontraram-se uma segunda vez no Generalato de 13 - 18 de dezembro de 1993. Como resultado da sua reflexão sobre o material recebido, a sua própria experiência e debate com Rosa de Lima, Marianne, Rosemary, Mary Alice e eu, fizeram várias recomendações. As recomendações que fizeram ao Conselho Geral relacionavam-se com um passo preparatório da eleição do Conselho Geral, processo de eleição da superiora geral e conselheiras, no capítulo geral, composição do Conselho Geral, data do início do novo período do Conselho Geral, duração do mandato do Conselho Geral e procedimento para envios pela superiora geral. O Conselho Geral levou estas recomendações ao

conselho geral ampliado em abril de 1994, para continuar a reflexão e recolher a sua reação, altura em que foi sugerido que o Conselho Geral executasse duas das recomendações e que as outras três fossem enviadas para o Capítulo Geral de 1995.

Recomendações

As duas recomendações a executar foram:

Recolha de nomes para superiora e conselheiras gerais, antes do capítulo:

- Que os nomes para superiora geral e conselheiras sejam recolhidos antes do capítulo geral. Esperamos que a recolha de nomes antes do capítulo geral ajude as irmãs a estar preparadas para a possibilidade de serem nomeadas para uma situação de liderança, pelo capítulo geral.

Envios pela superiora geral:

- Que seja estabelecido um processo para envios pela superiora geral. O processo determinará os passos de envio de uma irmã pela superiora geral, para qualquer parte do mundo onde o Instituto reconheça a existência de uma necessidade. (Constituições RSCM 35,51)

As recomendações enviadas ao Capítulo Geral 1995, foram:

Início do mandato do Conselho Geral:

- Que a superiora e as conselheiras gerais recém-eleitas assumam as suas funções quatro meses após o capítulo

geral. Esta recomendação deverá permitir um tempo de transição para as recém-eleitas e a saída da superiora e conselheiras gerais cessantes. Durante este período antes da saída, a superiora e as conselheiras gerais deverão continuar as suas responsabilidades para com o Instituto.

Duração do mandato do conselho geral:

- Que o mandato da superiora e conselheiras seja aumentado para seis anos, com possibilidade de reeleição [em 1994, o mandato do Conselho Geral foi de cinco anos com a possibilidade de reeleição].

Composição do Conselho Geral:

- Que haja um conselho de cinco pessoas, incluindo a ecónoma geral e a secretária geral [em 1994, o Conselho Geral era composto pela superiora geral e duas conselheiras gerais]. Com o consentimento do Conselho Geral, a superiora geral nomeava a secretária e a ecónoma.

Rosa de Lima, Marianne, Rosemary, Mary Alice e eu enviámos aos membros do Capítulo Geral 1995 uma folha de reflexão, para as ajudar a ficar mais informadas e para melhor compreenderem as implicações de cada uma das recomendações.

Olhando para trás, apreciei a forma profunda e ponderada como cada uma destas recomendações foi desenvolvida. A Task Force juntou informação de uma variedade de fontes de conhecimento.

Cada membro da Task Force foi ajudado no grupo de reflexão pelo seu considerável conhecimento e experiência dos assuntos de cada recomendação. O conselho geral ampliado teve a oportunidade de apoiar, ou não, cada recomendação e os membros do capítulo geral tiveram informação sobre cada recomendação, antes do Capítulo Geral 1995.

CAPÍTULO GERAL 1995

Durante a preparação do Capítulo Geral 1995, trabalhámos em estreita colaboração com duas facilitadoras, Dr.^a Jean Alvarez e Ir. Nancy Conway, SCJ. Tentámos conjugar a preparação do capítulo geral com a vida normal do Instituto. Com a orientação de Jean e Nancy, convidámos todo o Instituto a preparar-se para o capítulo, refletindo sobre a mesma passagem das Escrituras (Isaías 40, 1-5. 9-11), e examinando as nossas vidas à luz da Declaração da Missão, durante um dia de Retiro de Advento, em dezembro de 1993. Assim, todo o Instituto participou na determinação do foco e agenda do Capítulo Geral 1995.

De todo o Instituto, 74,6% responderam às questões do Dia de Reflexão de Advento. As questões centravam-se nas nossas ‘Alegrias’ e ‘Desolações’. As linhas de convergência mais fortes das nossas Alegrias eram: Individualmente, de maneira geral, escutávamos e respondíamos bem à promoção e defesa da vida e dignidade de todos e às necessidades do nosso tempo. De modo geral, tínhamos orgulho da nossa província/vice-província/região por escutarmos e respondermos a uma infinidade de necessidades da sociedade e desenvolvermos um Corpo para a Missão. Individualmente, éramos, de maneira geral, omissas/indiferentes/resistentes à transformação da nossa vida em

comunidade, testemunho comunitário. No conjunto, ficávamos desoladas por a nossa província/vice-província/região ser omissa/in-

diferente/resistente em arriscar uma inserção mais profunda nas realidades da Igreja e do mundo de hoje.

Baseado nas Respostas à Reflexão do Dia de Advento, o conselho geral ampliado, no seu encontro em 1994, concordou que o Capítulo Geral 1995 explorasse o tema: Avançando com a Implementação da Declaração da Missão: Chamadas a Ser Comunidade (Declaração da Missão, parágrafo 3).

Como preparação para o capítulo geral, cada província/vice - província/região refletiu sobre fatores que constroem ou destroem a comunidade a todos os níveis. Se somos chamadas a ser comunidade no mundo de hoje - um mundo de exclusão, domínio e manipulação - em que qualidade falham os relacionamentos? Como estão as estruturas, em todos os níveis, a ajudar/impedir que nos tomemos comunidade? Nos Relatórios da Província, Vice-Província e Região, as questões de comunidade foram examinadas numa cultura mais alargada e identificaram-se divisões da sociedade: colapso da vida familiar e vizinhança, alienação da pessoa humana, isolamento e exclusão. Compreendemos que precisávamos de resgatar o valor da comunidade para o nosso mundo contemporâneo.

Segundo o Relatório Estatístico apresentado ao Capítulo Geral 1995 pela Ir. Mary Alice Yang, Secretária Geral, o Instituto contava 1145 membros, dos quais 18 eram de Votos Temporários, em 31 de dezembro de 1994. Tínhamos cinco províncias, uma vice-província e uma região, e o nível geral, constituindo os seguintes membros:

Província Brasileira:	147
Província Americana de Leste:	274
Província Anglo-I rlandesa:	173

Província Portuguesa:	396
Província Americana de Oeste:	97
Vice-Província Francesa:	31
Região de Moçambique:	22
Nível Geral:	5

Apesar de haver menos membros no Instituto, notámos que havia sinais de vida nova em todo o Instituto, quando nos juntámos como Capítulo em julho de 1995. Isto era particularmente real em África. Depois do Capítulo Geral 1990, algumas jovens na Região de Moçambique fizeram a profissão, bem como alguns novos membros da Zâmbia e Zimbabwe. Um dos grandes desafios que enfrentámos foi ter um considerável número de irmãs professoras em comunidades locais RSCM, em Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, para apoiar vida nova e ajudar na sua formação inicial. O Instituto em África podia encontrar-se numa situação em que, as que estavam em formação inicial, ultrapassavam as irmãs de votos perpétuos. O Instituto estava a ser chamado a uma nova fase de vida entre nós.

A Ir. Rosemary, Económa Geral, lançou as sementes de um Fundo em África, no seu Relatório Financeiro, com a finalidade de apoiar a nossa missão em África. A sua mensagem era que continuássemos a partilhar recursos financeiros umas com as outras, e ela ligou as realidades econômicas em África com o foco da nossa declaração da Missão sobre Justiça.

O Capítulo Geral 1995 procurou apresentar estas duas realidades/necessidades e comprometeu o Instituto com este passo de ação:

2.2 comprometemo-nos com o desenvolvimento e partilha de recursos humanos e financeiros, a fim de alimentar e fortalecer vida

nova nas nossas obras e ministérios. Reconhecemos que, nesta altura, África é um lugar onde está a emergir a vida nova para todo o Instituto, mas onde faltam recursos humanos e financeiros para ministérios e para comunidades. No entanto, pedimos ao Conselho Geral:

- Que encoraje irmãs a considerar um compromisso de missão lá
- Que estabeleça um Fundo para África a nível geral.

O capítulo geral foi sensível a sermos parte de um mundo “em que graves formas de injustiça destroem relacionamentos entre povos, raças e culturas,” e comprometemo-nos, como Instituto, “a transformar todos os nossos relacionamentos, para que sejam caracterizados pelo espírito de reciprocidade e contradigam relações de domínio no nosso mundo.”

“Conscientes da interdependência de toda a criação e do impacto global que a nossa forma local de viver tem na qualidade de vida das pessoas,” o capítulo geral também nos comprometeu “a sermos socialmente responsáveis no nosso uso dos bens da terra, o nosso uso dos recursos financeiros e os nossos investimentos financeiros”. (Capítulo Geral 1995). Foram identificados passos de ação a nível individual, local e provincial, como meios de fazer isto.

Sementes plantadas no Capítulo devem “construir ligações nos continentes, para melhor utilizar o nosso potencial como Instituto, ao serviço dos que têm mais necessidade de justiça” (Documento do Capítulo Geral 1995). Isto a seu tempo irá transformar-se em Rede de Justiça, Paz, e Integridade da Criação (JPIC).

O capítulo geral, ao ponderar como a estrutura do governo geral pode servir melhor a missão, fez três modificações:

- Aumentar o Conselho Geral de três irmãos para cinco, duas das quais serão subsequentemente secretária geral e ecónoma geral
- Aumentar o tempo do mandato do Conselho Geral de cinco para seis anos
- Adiar por quatro meses o momento em que o Conselho recentemente eleito toma posse

Como resultado da reflexão que o Instituto iniciou, depois do Capítulo Geral 1990, sobre Liderança, e a preparação em cada província/vice-província/região de irmãos com possibilidade de serem eleitas no capítulo geral para o nível geral, o processo de eleição decorreu serenamente. Houve grande abertura, honestidade e confiança durante o processo. Tínhamos crescido.

Catherine Dolan (PAI) foi eleita superiora geral, e Rosa de Lima Pereira (B), Marianne Murray (PAI), Rosa do Carmo Sampaio (P) e Verônica Brand (PAL: Zimbabwe) foram eleitas conselheiras gerais. Destas quatro conselheiras, uma seria nomeada pela Superiora Geral para secretária geral, outra para ecónoma geral, tendo cada uma a ajuda necessária na sua função. Depois de ouvidas as conselheiras gerais cessantes e as recém-eleitas, o capítulo geral determinou que as conselheiras gerais recém-eleitas tomassem posse em 21 de novembro de 1995, Festa da Apresentação de Maria.

ÚLTIMOS MESES

O Capítulo Geral 1995 votou que o recém-eleito Conselho Geral tomasse posse quatro meses após o fim do capítulo geral. Este tempo de transição foi valorizado por todas nós.

O Capítulo Geral 1995 terminou a 20 de julho de 1995. A 04 de agosto de 1995, escrevi às nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe e anunciei que, com o consentimento do conselho geral e consulta ao conselho geral ampliado, foi tomada a decisão de formar uma região para a Zâmbia e Zimbabwe, a ter efeito a 06 de janeiro de 1996, Festa da Epifania. Nos meses seguintes, a maior prioridade era a nomeação de uma superiora regional e eu convidei as nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe a participar na consulta para a nomeação da superiora regional. Juntamente com a minha carta para as nossas irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, ia a lista de onze irmãs que, em diálogo com a Ir. Catherine Dolan, Provincial da Província Anglo-Irlandesa, e Ir. Martina Crowley, Provincial da Província Americana de Leste, tinham manifestado o seu compromisso de ser membros da futura Região Zâmbia- Zimbabwe.

Em 15 de agosto de 1995, tive a felicidade de anunciar ao Instituto a maravilhosa notícia da decisão de formar uma Região para a Zâmbia e Zimbabwe. Em novembro de 1995, eu estava em diálogo com as pessoas sugeridas para superiora regional e consultei Catherine Dolan, a nova superiora geral, sobre a nomeação da superiora Regional. O mandato da superiora Regional devia começar a 06 de janeiro de 1996, quando a nova Região fosse formalmente constituída durante a Assembléia Inter-África.

De um pequeno grupo de irmãs na Zâmbia e Zimbabwe, o (apítulo Geral 1995 elegeu Verônica Brand (PAL: Zimbabwe) para o conselho geral. Fidelma Keaney (PAL: Zimbabwe) faleceu inesperadamente em Harare, em 19 de setembro de 1995. Foi a primeira RSCM a ser sepultada no Zimbabwe e Zâmbia. Assim, o nosso pequeno grupo, ali, tomou-se ainda mais pequeno. Na verdade, nós éramos frágeis mas a fé das nossas irmãs na Zâmbia e Zimbabwe era muito forte.

O Conselho Geral recentemente eleito, iniciou o seu mandato em 21 de novembro de 1995, Festa da Apresentação de Maria. Catherine Dolan, recentemente eleita superiora geral, Verônica Brand, e Rosa do Carmo Sampaio chegaram ao Generalato na semana de 13 de novembro de 1995. Rosa de Lima Pereira, que completava o seu primeiro mandato como conselheira, já estava no Generalato e Marianne Murray, que também completava o seu primeiro mandato como conselheira geral, estava em Belfast.

Houve encontros conjuntos com o grupo de saída partilhando as suas experiências com o grupo em entrada, realçando áreas que necessitavam de uma continuidade especial. Na minha perspectiva, foi uma transição tranquila para a nova Superiora Geral e Conselho Geral. Nesse dia 21 de novembro de 1995, houve um momento especial de oração no Generalato, a marcar a transferência de liderança entre os Conselhos que saíam e os que entravam.

UMA Visão GERAL

IGREJA

1985-1995

Dizemos nas nossas Constituições que estamos na Igreja para a vida

do mundo, que “A nossa consagração religiosa nos atrai ao nível mais profundo do nosso ser para o dinamismo e santidade da Igreja.” (Constituições RSCM 10)

Inseridas nas Realidades da Igreja

O Documento do Capítulo Geral 1985 diz que a nossa “missão evangelizadora nos desafia a estarmos mais completamente inseridas na vida da Igreja.” A Declaração da Missão manifesta este mesmo dinamismo tomando-nos “mais profundamente inseridas nas realidades da Igreja e do mundo.” Durante 1985-1995, as Religiosas do Sagrado Coração de Maria continuaram a colocar o carisma do Instituto ao serviço da Igreja, a nível local e diocesano, e da Igreja em geral. As RSCM participaram ativamente em conferências de religiosos, internacionais e nacionais, em programas de formação inter-congregacional; estivemos ativamente envolvidas na implementação de prioridades diocesanas, especialmente em aconselhamento e ações pela justiça.

As RSCM participaram no desenvolvimento de declarações pastorais, declarações da Congregação do Vaticano para a Educação Católica, no Lineamenta do Sínodo sobre a Vida Consagrada (1994). A Ir. Mary Milligan (PAO) foi uma teóloga especialista no Sínodo dos Bispos sobre o Laicado (1987). Air. Marjorie Keenan (PAL) trabalhou no Conselho Pontifício para a Justiça e Paz, e a Ir. Bridget Mary Fitzgerald (PAL) trabalhou na Sagrada Congregação para os Religiosos e

Institutos Seculares (então SCRIS). As RSCM foram uma presença na Igreja, em partes do mundo excluídas da Igreja, colaboraram em tentativas ecumênicas e interconfessionais, estiveram muito envolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base, nas paróquias locais, nas várias formas de ministério pastoral e na responsabilidade de vários centros e

instituições de Educação Católica. As comunidades locais foram um sinal visível da presença da Igreja.

O Papa João Paulo II (Agora S. João Paulo II)

O nosso Papa, durante 1985-1995, foi o Papa João Paulo II. As pessoas têm opiniões diferentes sobre o seu legado. Algumas pensam que o seu papado foi centralizador do poder da Igreja, silenciando alguns teólogos conceituados, e não tendo tratado eficazmente o abuso clerical de crianças. Outras pensam no seu espírito missionário e nas numerosas viagens por todo o mundo, nas suas tentativas no apoio ao ecumenismo e entendimento interconfessional, e a sua forte oposição ao comunismo, particularmente na Europa Oriental.

Interrogo-me: “Como é que o seu Pontificado influenciou o Instituto?” A primeira coisa que me ocorre é que ele esteve especialmente presente para os mais pobres; um pastor que visitou o povo de Deus, do princípio ao fim do mundo. As suas visitas foram passadas na TV e foi possível ver como ele levava às pessoas o amor e a solicitude de um pastor, longe de ser o centro das atenções. Lembrome de ter visitado Moçambique, com Bemadette McNamara, numa altura difícil da história do país, e a nossa visita foi muito pouco tempo depois da visita do Papa João Paulo II. Quando chegámos, vimos um número de pessoas usando capulanas feitas especialmente para a sua visita e cantando: “João Paulo II, nós gostamos muito de ti.” Eu experimentei a esperança que as suas visitas inspiravam nas vidas dos mais pobres e

oprimidos, dos que experimentam a fome, a guerra e a doença, dos que estavam tremendamente sobrecarregados pela dívida internacional.

Ele promoveu o Ecumenismo e um espírito ecumênico. Algumas de nós, do Generalato, estivemos em Assis em 1986, quando ele reuniu em assembléia os líderes do mundo religioso para rezar pela paz. Ocorreu em Assis, outro encontro semelhante, em 1993, e os membros da nossa Comunidade do Generalato estiveram lá, para a Oração Mundial pela Paz. Em 1986, ele visitou a Sinagoga Judaica em Roma. O Papa João Paulo II, pelas suas palavras e ações, deu apoio e encorajou o ecumenismo. A sua encíclica *Ut Unum Sint*, na qual ele apelava à promoção da colaboração e diálogo inter-religioso, foi muito importante. As nossas irmãs envolvidas no ecumenismo foram especialmente encorajadas pelo Papa João Paulo II.

Ele estava entre as forças-chave que provocaram o colapso do comunismo na Europa Oriental. Vivendo em Roma, lembro-me muito bem das reportagens noticiosas da queda do Muro de Berlim em 1989. Então, gradualmente, país após país, a Europa Oriental abandonou o jugo do domínio pela União Soviética e o mundo testemunhou o colapso da URSS. Todas as noites, na televisão Italiana, canal Rai Uno, conseguimos escutar as notícias do maior desenvolvimento político do Oriente Europeu ou ver o Papa João Paulo II encontrar-se com diversificadas figuras políticas, tais como, General Jaruzelski, Mikhail Gor-bachev ou Ronald Reagan. Eu sentia que era pena que ele não tivesse um ouvido que escutasse o diálogo dos que falavam e escreviam sobre a teologia da libertação, em países fora da Europa. A sua grande força, numa parte do mundo, tinha uma ‘triste sombra’ noutra parte.

Durante aqueles dez anos, ele encontrou-se algumas vezes com a União Internacional das Superiores Miores (UISG). Na altura era

desafiado pela sua saúde. Dizia-se que ele nunca recuperou totalmente do atentado que sofreu em 1981. No princípio do ano 1990, soubemos que ele teria caído no apartamento papal. Depois dessa queda, ele precisou de usar bengala e eu lembro-me de, durante uma audiência, ele pegar na bengala, levantá-la e agitá-la, aparentemente em sinal de frustração. Uma vez, lembro-me de ele pedir aos membros da UISG para rezarem por ele. Nesse dia, em particular, a humanidade deste homem, outrora vigoroso e vibrante, estava, como era evidente, totalmente no limite das suas fraquezas e limitações.

ALGUNS ACONTECIMENTOS NA IGREJA

1985-1995

15 de março de 1987 - Ano Mariano, o Papa João Paulo II publicou a encíclica *Redemptoris Mater*, desenvolvendo ensinamentos Marianos para uma Igreja Peregrina.

Dezembro de 1987 - O Papa João Paulo II publicou a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, onde ele identifica estruturas do pecado (i.e. dívida internacional) e a necessidade de construir estruturas justas - estruturas de graça (i.e. estruturas de perdão). O Papa João Paulo II identifica as injustiças no mundo e escreve sobre a urgente necessidade de trabalhar para eliminar estruturas injustas e trabalhar para construir estruturas de graça.

07 de dezembro de 1990 - O Papa João Paulo II publicou a encíclica *Redemptoris Missio*, convidando a Igreja a renovar o seu compromisso missionário.

Outubro de 1992 - A Quarta Conferência Geral dos Bispos Latino Americanos, em Santo Domingo. Uma tentativa de parar a

direção das anteriores Conferências Gerais dos Bispos Latino Americanos, em Puebla e Medellin, para que não pre-valeçam.

Abril de 1994 - O Sínodo Africano. Este sínodo dos Bispos identificou os grandes desafios e urgentes apelos à Igreja, em África.

10 de novembro de 1994 - O Papa João Paulo II publicou a exortação apostólica *Tertio Millennio. Adveniente*. Ele pede à Igreja que se prepare para o Grande Jubileu do Ano 2000.

30 de março de 1995 - O Papa João Paulo II publicou a encíclica *Evangelium Vitae*, pedindo “ao Espírito da Vida” que ultrapasse a crescente “cultura da morte.”

25 de maio de 1995 - O Papa João Paulo II publicou a encíclica *Ut Unum Sint*. Escreve sobre desenvolvimentos no Ecumenismo e descreve os frutos do diálogo.

ROMA

1985-1995

Para algumas, Roma e Vaticano são sinônimos e o Vaticano pode evocar, na mente de cada uma, a imagem da hierarquia masculina da Igreja. De 1985-1995, o Vaticano não foi especialmente conhecido pelo seu espírito de diálogo e colaboração e eu compreendo que, para algumas, isto possa criar certos sentimentos negativos sobre Roma. Embora o Vaticano esteja dentro da cidade de Roma, não são a mesma coisa. Eu experimentei uma grande riqueza por termos o nosso Generalato em Roma.

Roma é uma cidade global e eu acredito que estar em Roma facilitou-nos, a nós do nível geral, a ficar com uma perspectiva do mundo, da Igreja e da evolução na vida religiosa. Os nossos horizontes foram alargados pela nossa ligação a alguns grupos internacionais e por termos conseguido participar em seminários, conferências e assembléias destes grupos. Os trabalhos em rede a que pertencíamos mantiveram o Instituto presente em encontros internacionais de variados grupos de línguas. Houve muito dar e receber. Nós dávamos o que tínhamos experimentado nas nossas províncias, vice-província, região e Instituto, e recebíamos as últimas perspectivas em questões globais, na Igreja e na vida religiosa.

Os encontros em grupos de línguas diferentes acrescentaram uma grande riqueza. Estes grupos incluíam: a União Internacional das Superiores Gerais (UISG), a Comissão Justiça, Paz e Integridade, da UISG, Serviço de Documentação e Educação na Missão Global (SEDOS), a Rede/Europa África Fé e Justiça, congregações religiosas internacionais envolvidas na educação (EDUC), e as religiosas brasileiras em Roma (RBR). Rosemary Lenehan era muito ativa na Associação de Ecnómas Gerais e Mary Alice Young participava ativamente nos encontros das secretárias gerais.

A nossa participação nesses grupos ajudou-nos a estar ao corrente das questões contemporâneas da vida religiosa, a construir relacionamentos com líderes de outras congregações religiosas e a estar envolvidas na preparação e implementação dos processos do Sínodo. Pudemos manifestar a solidariedade do Instituto com congregações religiosas em tempos de crise e após terem sofrido enormes tragédias.

As nossas vidas foram muito enriquecidas e apoiadas pelas nossas comunidades RSCM em Roma. Encontrávamo-nos durante o ano para celebrar festas significativas do Instituto, Jubileus, Cente-

nário da Morte de Gailhac e outros momentos importantes. Tivemos

celebrações maravilhosas. O destaque em cada ano era a peregrinação a uma capelinha Mariana, planeada e organizada pelas Irs. Celestina Swoboda (PAL) e John Bosco Gorla (PAL). Todas nós em Roma deveríamos iniciar o dia com a celebração da Eucaristia na Nomentana e em seguida viajávamos numa caravana de carros para a capelinha. Depois de chegarmos, escutávamos a história do local, rezávamos juntas e de regresso a Roma, parávamos para um delicioso almoço. Estes momentos de partilha eram muito especiais.

E difícil encontrar palavras para manifestar, adequadamente, como era importante o contributo da cada uma no Generalato, para a criação da nossa comunidade local, e o apoio que dávamos umas às outras. Vindas de diferentes províncias, vice-província e região e falando diferentes línguas, éramos um microcosmo de todo o Instituto. Ficávamos muito felizes por acolher as nossas irmãs, famílias e amigos que visitavam Roma para encontros, sabáticos e interrupções de viagem e receber encontros internacionais de Instituto. Recebíamos muito nestes tempos especiais.

IRLANDA DO NORTE

1985-1995

O conflito na Irlanda do Norte continuou durante 1985-1995. Atos de violência ocorriam com frequência nos dois lados e as nossas visitas a Rathmore em Belfast e a Lisburn mostraram-nos claramente como era muito difícil e penosa a situação para todos os lados. Este não é o local para relembrar a história política daqueles anos ou as atuações de grupos paramilitares. Contudo, sinto que deve ser lembrado que as nossas

irmãs em Rathmore Grammar School e as comunidades de Rathmore e Lisburn viveram tempos muito difíceis com muita força e coragem.

PROCESSO DE CONSULTA PARA NOMEAÇÃO DE PROVINCIAL/VICE-PROVINCIAL/REGIONAL 1985-1995

Começando em fins de dezembro de 1985, Maria Lúcia, Bemadette e eu iniciámos um novo processo de consulta com irmãs para nomeação de uma provincial/vice-provincial /regional. Pelo menos uma de nós do conselho geral estaria presente em cada província/vice-província/ região para, pessoalmente, convidar todas as irmãs a um discernimento comunitário, “a participar ativamente na busca do bem e unidade de todo o corpo e no discernimento da vontade de Deus” (Constituições RSCM 25). O processo chamou-nos a todas à corresponsabilidade e forneceu-nos uma estrutura para exercitar essa corresponsabilidade.

Queríamos promover um espírito comunitário contemplativo, escutando Deus revelado no meio de nós e na nossa história. A voz de cada uma era importante, e foi importante escutar o que cada uma dizia, partilhar umas com as outras, e procurar juntas quem estava a ser chamado para liderar a província/vice-província/região, nesse particular momento histórico. Falámos da reciprocidade que era necessária entre as irmãs e a provincial/vice-provincial/regional. A fim de liderar, ela necessitaria de apoio e colaboração das irmãs e acreditamos que, em e através do processo, estávamos a construir a aceitação e apoio para a irmã nomeada.

O processo pedia discernimento comunitário a quem estava a ser chamada a servir, à luz das necessidades particulares da província/ vice-província/região, durante os próximos três a seis anos, e proporcionava oportunidades para as irmãs participarem na identificação das maiores necessidades da província/vice-província/região, na altura. Depois, em outro momento, juntavam-se pequenos grupos, para fazer o levantamento de nomes daquelas que tinham as qualidades necessárias para responder às maiores necessidades da província/vice-província/região, nesse preciso momento. Cada irmã sugerida era convidada a escutar o que estava a ser dito sobre ela no discernimento comunitário e a discernir pessoalmente sobre a continuidade do processo.

Depois de se partilhar, com uma irmã sugerida, o nível de apoio que ela recebeu e as razões dadas ao sugeri-la, eu considerava imensamente valioso entrar em diálogo com a irmã, para perceber se ela estava, ou não, aberta a deixar o seu nome seguir para o passo seguinte do processo. Com o seu discernimento pessoal, escutar o discernimento comunitário era uma reflexão muito importante. O processo de consulta deixava a pessoa muitíssimo vulnerável, o que exigia uma grande dose de honestidade, coragem e confiança. Era viver o que dizemos nas nossas Constituições: “Este discernimento chama-nos a uma identificação com Cristo no seu despojamento, pela renúncia das nossas preferências pessoais em benefício das necessidades do Instituto.” (Constituições RSCM 25)

Ao longo dos anos, fui muitas vezes consultada, por membros de outras congregações, sobre a forma de eleição das nossas provinciais. Então eu explicava que nós não elegemos, que a superiora geral nomeia a provincial depois de fazer a consulta às irmãs da província. Algumas ficaram surpreendidas com a minha resposta, outras confusas, mas eu achava que a presença do Conselho Geral numa província/ vice-

província/região, para convidar pessoalmente cada irmã a participar no discernimento comunitário, a participação de cada irmã nesse discernimento e o diálogo da superiora geral com as irmãs sugeridas funcionavam bem para nós.

O nível provincial/vice-provincial/regional no nosso Instituto é muito importante, e nós, como Conselho Geral, sentíamos que o tempo e energia dados ao processo de consulta para a nomeação de provincial/vice-provincial/regional foi uma das coisas mais importantes que fizemos, como Conselho Geral. Além de liderar a sua província/vice-província/região, a provincial, vice-provincial, regional é membro do conselho geral ampliado e tem a grande responsabilidade de trabalhar com o Conselho Geral no planeamento e na apresentação de recomendações que afetam todo o Instituto.

O conselho geral ampliado tinha uma enorme função no Instituto, durante os meus dez anos no nível geral. Como fomos tão abençoadas por termos tido a possibilidade de trabalhar com cada uma das provinciais, vice-provincial, regional, e com o conselho geral ampliado no seu todo! Sem o seu apoio, não teríamos conseguido avançar, como conseguimos, com o planeamento, com a formação, a partilha de recursos e a reestruturação do Instituto. A sua liderança na sua província/vice-província/região foi certamente importante lá, mas também contribuiu de forma significativa para o todo - para ser um Corpo para a Missão.

CONSELHO GERAL AMPLIADO

1985-1995

O conselho geral ampliado desempenhava uma função muito significativa no Instituto desde 1985-1995. A partilha realizada e os relacionamentos que se fortaleceram durante os encontros do conselho geral ampliado, tomaram possível uma maior comunicação, colaboração e confiança mútua, e deram ao conselho geral o apoio e conselho decisivos. Implementando as decisões do capítulo geral, respondendo a desenvolvimentos em partes particulares do Instituto e assumindo riscos, tudo aconteceu graças ao apoio e colaboração de provinciais, vice-provincial e regional.

As reuniões do conselho geral ampliado realizaram-se anualmente de 1985-1990. Em julho de 1990, quando estávamos em Roma para o capítulo geral, o conselho geral recomendou às provinciais/vice-provincial/regional que a frequência dos encontros do conselho geral ampliado fosse alterada de 12 em 12 meses para 15 em 15 meses. Isto dava a todas mais tempo para por em prática o que ficava decidido num encontro, antes que fosse tempo para preparar o encontro seguinte. Cortou despesas nas viagens dos membros do conselho geral ampliado e no necessário apoio do staff. Os membros do conselho geral ampliado concordaram.

Os encontros realizaram-se em diferentes partes do Instituto, o que deu às provinciais, vice-provincial e regional, ao Conselho Geral, ecónoma geral e secretária geral, a oportunidade de estarem presentes numa província e vice-província para visitar irmãs, localmente, e visitar ministérios, e isto oferecia, às irmãs da província e vice-província que acolhia, a oportunidade de encontrar e conhecer os membros do conselho geral ampliado.

Os encontros do conselho geral ampliado de 1985-1995 trataram assuntos importantes e desafiadores. Os temas, locais e alguns itens da agenda de cada encontro foram:

03-13 de agosto de 1986, Belo Horizonte, Brasil - “Dirigindo a nossa Resposta Corporativa para o Futuro:” Coopers & Lybrand apresentaram a Análise da Sondagem. O encontro focalizou-se na captação de uma profunda compreensão da nossa realidade como Instituto, e nas questões que enfrentávamos, incluindo encarar as despesas do Processo de Planeamento. Foram apontados os desafios para o passo seguinte do processo de Planeamento da Congregação.

27 de julho-07 de agosto de 1987, Braga, Portugal - “Colaboração:” O conselho geral ampliado ponderou sobre a estrutura da Província Francesa, a coordenação Inter-África, e as estruturas para lidar com o Planeamento do Instituto. Examinou o Progresso do Processo de Reflexão Corporativa e concordou com a criação da Task Force sobre Partilha de Recursos.

19-30 de julho de 1988, Los Angeles, Califórnia - “Construindo o nosso Amanhã:” A meio caminho de dois capítulos gerais, o conselho geral ampliado considerou a formação da Vice-Província Francesa, concordou com a criação da Task Force sobre a Formação Inicial e examinou o primeiro esboço da Declaração da Missão.

19-30 de julho de 1989, Mont Rouge, França- “Celebrando a Vida:” Abertura do Ano Centenário assinalando o 100º Aniversário da morte do Padre Gailhac; ratificação da Declaração da Missão, recomendações da Task Force sobre Partilha de

“Ursos; recomendações para o Capítulo Geral 1990.

19-30 de Outubro de 1991, White Plains, Nova York - “Implementação do Capítulo Geral de 1990:” implementação da Declaração da Missão; utilização e eficiência dos Critérios para os Ministérios; Formação Permanente e planos para a Task Force para a Formação Permanente; sementes plantadas para uma nova estrutura de governo em África; compromisso de se dedicar para as obras de ampliação da casa do Noviciado em Moçambique.

14-28 de Janeiro de 1993, Dublin, Irlanda - “Implementação da Declaração da Missão: “Meio caminho entre dois capítulos gerais; avaliações da implementação da Declaração da Missão provincial/vice-província/região; Experiência de Intempestividade para Membros Mais Novos; implementação das Linhas de Orientação para a Formação Permanente; estruturas para África; estruturas do Governo Geral.

14-28 de Novembro de 1994, Belo Horizonte, Brasil - “Construindo o Corpo Para Maior Eficácia na Missão:” questão da Liderança; discussão de um foco e tema do Capítulo Geral 1995, baseada na reflexão de Advento de 1993; recomendações da Task Force para o Governo Geral; preparação do Capítulo Geral 1995,

A Ir. Rosemary Lenahan apresentou um relatório financeiro em cada encontro do conselho geral ampliado. Ela apresentava a finalidade, resultados e o fundo administrado a nível geral.

Além de fazer recomendações ao conselho geral, o conselho geral ampliado ajudava as provinciais/vice-província/regional a moverem-se harmoniosamente na mesma direção. Os encontros dos conselhos gerais ampliados eram um meio de ajudar as provinciais/vice-província/regional a estar atentas às questões críticas que afetavam

todo o Instituto e, em e através delas, a sua província/vice-província/região. A avaliação permanente do conselho geral ampliado, do processo de planeamento e da implementação da Declaração da Missão, era preciosa para nos fazer avançar e manter o entusiasmo. Como o Capítulo Geral de 1995 se aproximava, os membros do conselho geral ampliado olharam de novo para as questões levantadas ao usar a Declaração da Missão, e responderam:

- Nós tivemos mais facilidade em correlacionar a administração de bens e justiça.
- Com os Critérios para os Ministérios, cada irmã conseguiu avaliar o seu ministério, para avançar na direção da missão, e nós conseguimos iniciar mais colaboração.
- Conseguimos usar a mesma linguagem nos capítulos provincial/vice-provincial/regional e ter a mesma agenda no capítulo geral.
- Desenvolvemos um sentido maior de ser Um Corpo para a Missão, crescemos na unidade e revitalizámos o nosso sentido de Missão

FONTES DE VIDA

1985-1995

Os anos 1985-1995 foram um tempo de grande interesse em trabalhar sobre as nossas Fontes. Estamos gratas a todas aquelas que trabalharam, incansavelmente e com grande entusiasmo, para disponibilizar novo material sobre as nossas Fontes, para nós e para o público. Não posso pensar nas Fontes durante aqueles anos sem pensar na Ir. Marjorie Keenan (PAL), Coordenadora das Fontes, que vinha fielmente para o Generalato, uma tarde por semana, para trabalhar nas Fontes e coordenar projetos das Fontes em todo o Instituto, e na Ir. John Bosco Gorla (PAL), Arquivista do Instituto, que vinha fielmente um dia por semana para organizar material nos Arquivos do Generalato. Ambas, Marjorie e John Bosco, faziam isto para além do compromisso com os seus ministérios a tempo inteiro. Marjorie trabalhava no Conselho Pontifício para Justiça e Paz e John Bosco trabalhava no Instituto Marymount, Via Nomentana, Roma.

A presença dos membros do Grupo Fontes, Ir. Marjorie Keenan, Mary Milligan (PAO), Kathleen Connell (PAL), e Rosa do Carmo Sampaio (P), a trabalhar em conjunto naqueles dias, foi para nós uma bênção! As Irs. Rosa do Carmo e Kathleen Connell vieram ao Generalato, durante as férias das suas responsabilidades ministeriais a tempo inteiro, para fazer pesquisa sobre a História do Instituto.

Na Califórnia, a Ir. Mary Milligan escrevia publicações sobre as Cartas de Gailhac e traduzia recentes obras e, em Portugal, era publicado pela Universidade Católica o estudo da Cristologia de Gailhac, feito pela Ir. Maria Antónia Quinteiro Lopes. Nas províncias, estavam a caminho outros estudos, i.e. a Ir. Máire O'Donnell (PAI) estava a trabalhar com o seu irmão, o Pe. Christopher O'Donnell, O. Carm., Mariologista de

renome, sobre o Coração de Maria nos escritos de Gailhac, e a Ir. Margarida Maria Gonçalves (P) trabalhava na publicação de um livro sobre a nossa Fundadora, Mère St. Jean.

Não posso esquecer aquelas que, nas províncias/vice-província/região, traduziam o material das Fontes. Dedicavam-se a encontrar a tradução exata e a sua energia e entusiasmo eram contagiosos. Marjorie disse uma vez “Se Fontes de Vida tem uma característica que a distingue, é que representa o sacrifício de pequenas quantidades de tempo disponível da parte de muitas: investigadoras, escritoras, tradutoras, datilografas - e, claro, a coordenadora.” Graças à sua generosidade, dedicação e amor ao Instituto, temos agora material sobre as Fontes, historicamente preciso e fielmente traduzido. E o seguinte:

Cartas:

- Continuar a Obra de Jesus Cristo
- Ser outros Cristos
- Ter o Espírito de Jesus Cristo
- Estudar Jesus Cristo
- Seguir Jesus Cristo

História do Instituto:

- Volume I: *Uma Caminhada na Fé e no Tempo, 1849-1869* completado por Rosa do Carmo Sampaio (P) e traduzido do Português por Mary Milligan, RSCM
- Volume II: *Uma Caminhada na Fé e no Tempo, 1869-1878* completado por Kathleen Connell (PAL) e traduzido para Português por Margarida Maria Gonçalves, RSCM

Itinerários

- “Até as Pedras Falam”
- “Seria impossível Contar-vos,” um relato das primeiras visitas do Padre Gailhac, M. Sainte-Croix Vidal e M. Saint-lelix Maynard a Roma

Durante 1985-1995, também foi feita valiosa pesquisa pum futuros projetos.

Estas palavras não transmitem a vida nova que estava a sei difundida usando as Fontes para workshops, retiros, dias de orientação no início de um novo ano de ministérios, etc. Que felicidade paia nós termos o material das Fontes disponível para lhe pegarmos e toi narmos a pegar e partilhar com outros, com a possibilidade de que, segundo a esperança da Marjorie Keenan, Fontes de Vida possam sei “uma fonte cujas águas são inesgotáveis.” (Is, 58, 11)

COMUNICAÇÕES

1985-1995

Muita coisa tem acontecido nas comunicações tecnológicas desde 1985-1995, que transformou as nossas vidas. Podem recordar comigo tudo o que aconteceu na vossa própria situação local. Em 1985, no Generalato, usávamos máquinas de escrever e tínhamos um computador. Não tínhamos aparelhagens especiais, tais como possibilidade de falar de viva voz através do telefone, e lembro-me de Maria Lúcia e eu irmos ao escritório da Ir. Anne Marie Hill (PAL), na Marymount International School, Roma, para usar o telefone, durante o processo de consulta para nomeação de uma provincial. Não tínhamos email em 1986 nem tínhamos computadores.

A última forma de tecnologia na altura era o fax. Isso era tecnologia avançada. Não havia muitos locais com o seu aparelho de fax em finais de 1980, e nós, no Generalato, não tínhamos fax. Ao programar a Sondagem, passávamos muito tempo ao telefone com a Coopers & Lybrand, em Nova York. Então Coopers & Lybrand enviava por fax, para o escritório da Coopers & Lybrand, em Roma, um esboço do questionário e alguém do Generalato ia aí buscar o referido fax. Isto parece complicado e era, na verdade. Em 1986, porém, ficámos surpreendidas com a tecnologia que permitia enviar mensagens de um continente para outro, do outro lado do Oceano Atlântico.

Uma vez, estando eu em Portugal durante uma consulta à província, entrei num posto de correios para enviar um fax a uma irmã, convidando-a a um discernimento pessoal, num processo de consulta. Lembro-me como foi formidável ter a possibilidade de fazer isto. As nossas irmãs, no Mali, precisavam de viajar durante horas até à casa do Bispo para receber um telefonema e alguém teria de viajar, durante horas, para lhes comunicar que uma delas deveria ir a casa do Bispo para esperar um telefonema. As nossas irmãs em Chivuna, Zâmbia, tinham de se dirigir a uma cabine pública. A comunicação umas com as outras era um desafio, mas nós encontrávamos formas de o fazer.

Começando em outubro de 1988, Mary Alice Young, Secretária Geral, era muito fiel no envio de uma edição da “Briefly,” Newsletter trimestral do nível geral. Os artigos eram de uma grande variedade de tópicos, incluindo o Centenário, os encontros do conselho geral ampliado, as visitas às províncias/vice-província/região, Encontros das Task Force e dias de festa celebrativos com irmãs das nossas comunidades em Roma. As fotos eram entremeadas com notícias e era um ótimo meio de manter todas atualizadas sobre os acontecimentos a nível geral.

O serviço postal podia ser irregular, a partir de Roma, e tani bém complicado em algumas partes do Instituto. Quando tnhainm» prazos rigorosos a cumprir, como com o Processo de Reflexão Cot porativa ou uma consulta, usávamos os serviços expresso da DHL ou a Federal Express. Isto era caro e, na altura, a única alternativa cia enviar o correio por mão própria por alguém que ia a Roma. Recordo que, uma vez, a pessoa que levava o correio colocou o envelope no Correio Italiano. Até que o recebéssemos ainda esperámos bastante.

A comunicação verbal e oral era um importante meio de construir relações e fortalecer a unidade entre todas nós. Graças a Deus pelas nossas maravilhosas tradutoras! Houve capítulos gerais, encontros do conselho geral ampliado, encontros das Task Force, etc., e todos os comunicados para cada encontro! Havia cartas para o Instituto, pelo Natal, 24 de fevereiro, a Festa do Instituto, o boletim “Briefly” de três em três meses, a Sondagem do Instituto, o Processo de Reflexão Corporativa, todo o material do Planeamento e muito mais. A competência, generosidade e dedicação das nossas tradutoras para traduzirem o significado certo das palavras, escritas ou faladas, eram um dom para todas nós. Nós ficávamos, também, muito gratas pelas cartas recebidas em resposta às nossas cartas ou a outra qualquer comunicação do Generalato, a reflexão pessoal de uma irmã a uma carta que tínhamos escrito. Isto era, muitas vezes, uma fonte de encorajamento e às vezes de desafio.

Quando eu deixei Roma, em 1995, tinha o email começado a ser usado no Generalato e nos centros provincial/vice-provincial/re-gional. Isto tomou possível diminuir o tempo considerável bem como a despesa postal de preparar o correio para cada comunidade local em todo o Instituto, no Natal e dias de Festa.

Hoje com a revolução nas comunicações tecnológicas,

percorremos um longo caminho para conseguirmos comunicar umas com as outras facilmente, de uma parte do mundo para outra, enviar uma mensagem para um capítulo geral, que todo o Instituto possa ler instantaneamente, para mobilizar uma resposta global a uma questão de injustiça. Cada época teve os seus desafios e progressos em novas formas de comunicação e, quando olhamos para trás, penso que concordam comigo que, em 1985-1995, foi um período rico naquela história.

TENDÊNCIAS GLOBAIS

1985-1995

- Aumento do terrorismo
- Alargamento do fosso entre ricos e pobres
- Globalização da economia
- Aumento da consciência da interligação de tudo
- Aumento da preocupação do cuidado com o ambiente
- Crescente consciência histórica da igualdade de gênero

ALGUNS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

1985-1995

Dezembro de 1985 Ataque terrorista no Aeroporto Leonardo da Vinci, Fiumicino, Roma

1985 (permanente) Epidemia SIDA (a maior percentagem de pessoas afetadas eram da África Subsaariana)

1985 (permanente)	Violência continuada durante ‘Os Incidente*’ na Irlanda do Norte
Abril de 1986	Desastre nuclear na central nuclear de
Dezembro de 1987	Chemobyl Robert Mugabe consolida o poder e torna sc Presidente do Zimbabwe
Dezembro de 1988	Chico Mendes, 44, brasileiro protetor do ambiente, foi baleado e assassinado
Dezembro de 1988	Explosão no voo da Pan American sobre Lockerbie, Escócia
Junho de 1989	Praça Tiananmen, protestos e repressão na China
Novembro de 1989	A queda do Muro de Berlim
Novembro de 1989	Assassínio de padres Jesuítas, a cozinheira e sua filha, na Universidade Central Americana em San Salvador, El Salvador
1989-1992	Os republicanos da Europa Oriental separaram-se da União Soviética
Dezembro de 1990	Lech Walesa toma-se Presidente na Polônia
Dezembro de 1990	Perfuração do Túnel do Canal de Inglaterra A
1990-1991	Guerra do Golfo
Junho de 1992	Nações Unidas no Rio de Janeiro
Início de 1992	Seca devastadora na África do Sul
Abril de 1992	Início do cerco a Sarajevo
Outubro de 1992 12 de outubro, 1992	Assinatura do Acordo de Paz em Moçambique Celebrações e protestos marcam o 500º Aniversário da chegada dos Europeus à América Latina, Norte e Central
Setembro de 1993	Assinatura do Acordo de Paz Israel PLO (Acordo de Oslo)
Novembro de 1993	O Tratado de Maastricht, para criar a união Européia, entra em vigor

01 de janeiro, 1994	Revolta em Chiapas para conseguir o apoio para a reforma política no México Início do
Abril de 1994	Genocídio no Ruanda
Abril de 1994	Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul
Outubro de 1994	Joaquim Chissano foi eleito presidente de Moçambique
Abril de 1995	Bombardeamento na Cidade de Oklahoma
Julho de 1995	Massacre de Srebrenica
Setembro de 1995	Em Beijing, Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres: Ação pela Igualdade, Desenvolvimento e Paz
1995-Jubileu 2000	Mobilizados para pedir o cancelamento da dívida do Terceiro Mundo no ano 2000.

TENDÊNCIAS NO INSTITUTO

1985-1995

Situação Financeira do Instituto: A maior fonte de receita é salários e pensões das irmãs. A maior parte das irmãs trabalha nas instituições KSCM e em algumas obras subsidiadas pelos governos; algumas comunidades necessitam de ser subsidiadas e espera-se que venham a aumentar.

Custo de cuidados de saúde e segurança social: O custo dos cuidados de saúde aumenta e prevê-se maior aumento nos próximos anos. Contrata-se pessoal leigo, com maior frequência, para ajudar nos cuidados com as irmãs reformadas e doentes.

Situação das Propriedades: Algumas propriedades são submetidas a transformações para o cuidado das irmãs mais idosas e para novas obras. As irmãs vivem em comunidades ligadas às escolas mas, como nos retirámos de algumas ou fechámos instituições, as necessidades de habitação irão aumentar.

Relacionamento da província com a mudança de instituições: Há um afastamento de alguns apostolados/ministérios corporativos. Em alguns locais as responsabilidades financeiras são transformadas para um novo ministério, de preferência a vender uma propriedade quando se fecha uma obra. O patrimônio é transformado; antigamente apenas as instituições eram consideradas ministérios corporativos. Há novas formas de dar expressão aos ministérios corporativos e um movimento em direção a novas aventuras corporativas; a identidade é expressa através da missão.

A presença do Conselho Geral aumenta nas províncias/vice-província/região: Além das visitas formais, o conselho geral está presente nas consultas para provincial/vice-provincial/regional e capítulos; um dos dias durante o capítulo provincial/vice-provincial/regional é reservado para uma apresentação do conselho geral, sobre a função do conselho geral na vida do Instituto.

Mudança de perspectiva relativamente à pastoral vocacional: Embora a Pastoral Vocacional fosse uma prioridade no Capítulo Geral 1985, em determinadas partes do Instituto, algumas de nós não acreditávamos suficientemente em nós para convidar fosse quem fosse. Depois do Encontro de Formação Inicial de dezembro 1988-janeiro 1989, há um maior interesse na Pastoral Vocacional, dinamismo para agir.

Alteração de Estruturas para o Instituto: Há reestruturações em algumas partes do Instituto. Observámos isto na Província Francesa, na

formação da Vice-Província Francesa, no processo e criação de uma Região para a Zâmbia e Zimbabwe.

Maior consciência do uso da língua inclusiva: Há uma maior consciência no uso da língua inclusiva na comunicação e documentos.

PESSOAS ESPECIAIS

1985-1995

A Dr^a Jean Alvarez e a Ir. Nancy Conway,CSJ, foram consultoras para o Processo de Reflexão Corporativa, Declaração da Missão, preparação e facilitação do Capítulo Geral 1990, preparação e facilitação do Capítulo Geral 1995, Dia de Reflexão de Advento, dezembro de 1993, questão da Liderança. A sensibilidade cultural, criatividade e capacidade de facilitação, associadas à maneira calma e graciosa de Jean e Nancy, ajudaram-nos em momentos difíceis.

Dr. Franck de Chambeau liderava o Grupo de Consultores da Coopers & Lybrand; ele recomendou-nos uma Sondagem no Instituto, aconselhou-nos e trabalhou connosco na preparação do Questionário da Sondagem, modelos financeiros, etc., liderou e orientou a Análise da Sondagem da Coopers & Lybrand, fez a apresentação da Sondagem e da Análise Coopers & Lybrand ao conselho geral ampliado em agosto de 1986, liderou a apresentação a cada conselho provincial e regional, sobre a análise das respostas à Sondagem da sua província/região.

Pe. William Hogan, CSC, ajudou-nos no planeamento da Congregação, aconselhou-nos sobre a reestruturação da Província Francesa em

Vice-Província Francesa, a abertura de um noviciado para a Zâmbia e Zimbabwe, a formação de uma região para a Zâmbia e Zimbabwe; aconselhou e facilitou o Encontro do Conselho Geral Ampliado, em Braga, em 1987; recomendou e facilitou o encontro do Grupo de Estudo da Zâmbia e Zimbabwe; reuniu-se com irmãs na Zâmbia e Zimbabwe em Lake Kariba; esteve connosco no Capítulo Geral em 1990; aconselhou-nos sobre o Governo Geral; orientou-nos e aconselhou-nos sobre assuntos canônicos. Além dos seus grandes conhecimentos e experiência, tinha uma simplicidade que podemos relembrar com carinho. Ele era como um irmão que caminhava connosco em muitos momentos significativos da nossa caminhada.

Revd^o Peter Hans Kolvenbach, SJ, Superior Geral da Companhia de Jesus. A sua apresentação ao Capítulo Geral em 1990, e a sessão de Perguntas e Respostas que se seguiu, precedeu o propósito de aprovação da Declaração da Missão. Ele foi a pessoa certa no momento certo.

Ir. Helen McLaughlin, RSCJ, Superiora Geral da Sociedade do Sagrado Coração e o Conselho Geral RSCJ partilharam connosco da riqueza da sua experiência em liderança e do seu conhecimento de diversas questões de congregações internacionais; teve um papel importante na nossa decisão do caminho a seguir no Plano da Congregação; reuniu-se e refletiu connosco sobre tópicos significativos da vida religiosa apostólica. A sua amizade foi uma grande dádiva.

CONCLUSÃO

Sinto-me imensamente grata ao lembrar a caminhada do Instituto durante 1985-1995. O alto nível de participação de cada irmã permanece na minha memória. Todas nós estivemos envolvidas a viver os problemas, uma comunidade de fé procurando discernir o chamamento de Deus no momento novo. A colaboração estava em cada oportunidade,

em todas as áreas. Dentro e através dos processos, a vida nova brotava em todo o corpo. Criaram-se estruturas. Fomos revitalizadas, realizando a Missão de Cristo de dar a vida, colocando-nos e aos nossos recursos ao serviço dos que têm mais necessidade de justiça. Testadas por situações desafiadoras e dificuldades, provámos que o Instituto é verdadeiramente Um Corpo para a Missão. Na fé, plantámos sementes em terreno fértil que estava preparado para receber o dom da vida nova. Vivemos um momento *kairos*. Foi um “tempo favorável,” e não recebemos a graça de Deus em vão.

Los Angeles, Califórnia

Setembro, 2016

APÊNDICES

1. Carta ao Instituto anunciando a Criação da Vice-Província Francesa, 01 de julho, 1988 - Ir. Patrícia Connor, RSCM.
2. Mapa do Instituto RSCM/RSHM em África 1985-1990
3. Declaração da Missão, Capítulo Geral 1990
4. Processo de Discernimento na Escolha e Avaliação dos Ministérios
(Texto do Processo referido no Capítulo Geral 1990)
5. Experiência de Intemacionalidade para os Membros Mais Novos, Mensagem para Todas as Irmãs do Instituto, Braga, 29 de junho, 1993
6. O Conselho Provincial da América de Leste e o Conselho Provincial Anglo-Irlandês apoiam a criação de uma Região abrangendo as Religiosas do Sagrado Coração de Maria na Zâmbia e Zimbabwe, junho 1995.
7. Decisão do Conselho Geral de criar a região para a Zâmbia e Zimbabwe, 16 de junho, 1995

**APÊNDICE I: CARTA AO INSTITUTO ANUNCIANDO A CRIAÇÃO
DA VICE-PROVÍNCIA FRANCESA, 01 DE JULHO, 1988
IRMÃ PATRÍCIA CONNOR, RSHM**



**RELIGIOSE DEL SACRO CUORE DI MARIA
CURIA GENERALIZIA
VIA ADELAIDE RISTORI, 26 - 00197 ROMA, ITALIA
TEL. 81.19.698**

01 de julho, 1988

Queridas Irmãs

Desejo escrever-lhes hoje, para lhes comunicar alguma informação sobre a estrutura da Província Francesa. Isto toca diretamente a vida de uma parte do Instituto e, indiretamente, a vida de todas nós.

A partir de comunicações anteriores, recebidas durante os dois últimos anos, estão conscientes de que a estrutura da Província Francesa tem sido objeto de uma reflexão séria e de um estudo profundo da parte da Província Francesa e do Conselho Geral. Durante a Reunião do Conselho Geral Ampliado de 1987, foi afirmada a recomendação feita pela Província Francesa - a possibilidade de uma mudança do status de Província para Vice - Província. (cf. Boletim do Encontro CGA de 1987, Braga, Portugal, pg.18)

Em setembro de 1987, nós, como Conselho Geral, começamos um processo de dar seguimento a esta recomendação. Inicialmente, focamos a nossa atenção sobre a província que seria chamada a colaborar. Depois de termos considerado um número de fatores, em Novembro de 1987, entrámos em diálogo com a Província Anglo-Irlandesa e convidámos todas as irmãs a participar numa "sondagem" de província sobre a possibilidade de estabelecer uma relação formal de colaboração entre a Vice-Província Francesa e a Província Anglo-Irlandesa. Agradecemos a sua abertura e disponibilidade em cooperar plenamente nesta "sondagem".

A comunicação e diálogo intensificaram-se com a presença da Provincial Francesa, Marguerite-Marie Lyng, e a Bernadette McNamara, do Conselho Geral, na Inglaterra e Irlanda durante a "sondagem" na PAI. Recolheu-se muita informação e levantaram-se muitas questões. Apesar de não saberem todas as respostas às perguntas, o sentir geral da província Anglo-Irlandesa foi de avançar e de estudar mais profundamente as implicações de uma tal relação de colaboração.

Entretanto, as irmãs da Província Francesa também se reuniram para uma reflexão mais profunda sobre as implicações de se tornarem uma Vice-Província e de entrarem numa relação formal com a Província Anglo-Irlandesa. A comunicação e o diálogo foram facilitados pela presença, em França,

de uma Conselheira da PAI, Mary Lamble, durante as reuniões da Provincia Francesa.

Em Abril de 1988, constituiu-se um grupo "ad hoc", formado por duas representantes de cada Provincia e por uma representante do nivel geral, para estudar mais profundamente as implicações da nova estrutura. O seu objetivo era de desenvolver pormenores em áreas especificas e, em diálogo com ambos os conselhos provinciais e conselho geral, chegar a um acordo aceitável.

Hoje, depois de meses de oração, reflexão, estudo e diálogo, desejo anunciar o estabelecimento de uma estrutura da Vice-Provincia Francesa e o estabelecimento de uma estrutura formal, de colaboração com a Provincia Anglo-Irlandesa.

Neste momento, não vou partilhar convosco nenhum dos pormenores específicos implicados nesta nova estrutura. Esta informação virá noutra altura .

Sinto que é importante saberem que esta nova estrutura oferece às irmãs da Vice-Provincia Francesa muitas possibilidades de vida nova no meio da sua realidade atual. Isto desafia-nos de muitas maneiras que podem ser geradoras de vida. Dá-nos a possibilidade de continuarmos a alargar os nossos horizontes, de reafirmarmos o valor da nossa internacionalidade, e de descobrirmos novamente a riqueza deste dom.

Ao terminar, gostaria de aproveitar esta oportunidade para confessar a fé profunda que experimentei e toquei ao trabalhar com as irmãs da nossa Província Francesa e da nossa Província Anglo-Irlandesa sobre esta questão importante. Louvo a sua abertura em arriscar, a sua disponibilidade em aventurar-se no desconhecido e a sua prontidão em avançar com fé. Acompanhamo-las com a nossa oração, ao embarcarem nesta nova aventura!

Dentro das duas próximas semanas, viajaremos para Los Angeles para a reunião do Conselho Geral Ampliado. Agradecemos que continuem a lembrar-nos nas vossas orações, para que possamos ser sempre mais sensíveis em reconhecer o caminho de Deus entre nós e estarmos abertas a responder ao apelo contínuo de Deus.

Com afeição e melhores votos,

Pi- .. p

**APÊNDICE 2: MAPA DO INSTITUTO RSCM/RSHM EM
ÁFRICA, 1985-1995**



**APÊNDICE 3: DECLARAÇÃO DA MISSÃO,
CAPÍTULO GERAL 1990**

RELIGIOSAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

DECLARAÇÃO DA MISSÃO

“Para que Todos tenham Vida”

Nós, Religiosas do Sagrado Coração de Maria, um Instituto religioso apostólico internacional, somos chamadas a partilhar a missão geradora de vida de Jesus Cristo.

O desafio do Evangelho e o espírito de fé e zelo que marcaram os nossos fundadores, Jean Gailhac e Mère St. Jean, e as nossas irmãs fundadoras, impulsionam-nos a responder às necessidades do nosso tempo e a trabalhar com outros numa ação efetiva pela justiça evangélica. Enviadas a promover a vida e dignidade de todos os nossos irmãos e irmãs, neste momento colocamo-nos a nós mesmas e aos nossos recursos ao serviço daqueles que têm mais necessidade de justiça, tomando os fracos, os mais necessitados, os marginalizados, os sem voz, capazes de trabalharem efetivamente pelo seu próprio desenvolvimento e libertação.

Somos chamadas a ser comunidade, a conhecer e celebrar o amor de Deus por nós e a tomar esse amor conhecido por outros. Ao inserir-nos mais profundamente nas realidades da Igreja e do mundo, usamos os nossos talentos individuais e como corpo para trabalhar, de maneira criativa, nos diversos ministérios para a promoção da justiça.

Maria é o nosso modelo, ao procurarmos estar abertas ao Espírito, centrar as nossas vidas em Jesus Cristo, ser mulheres de oração e compassivas e dar testemunho autêntico e alegre dos valores evangélicos, onde quer que estejamos.

APÊNDICE 4: PROCESSO DE DISCERNIMENTO SOBRE A ESCOLHA E AVALIAÇÃO DE MINISTÉRIOS

(Processo referido no Texto do Capítulo Geral 1990)

PROCESSO DE DISCERNIMENTO SOBRE A ESCOLHA E AVALIAÇÃO DE MINISTÉRIOS

Ao escolher ou avaliar os ministérios, os Critérios do Instituto para os Ministérios devem ser usados no processo de discernimento sobre a escolha e avaliação do ministério.

Um ministério corporativo ou individual deveria ser escolhido e avaliado através de um processo que incluisse:

1. REFLEXÃO SOBRE AS CONSTITUIÇÕES E
DECLARAÇÃO DA MISSÃO

2. REFLEXÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DO INSTITUTO
PARA OS MINISTÉRIOS

1. Este ministério permite colaboração com outros na
construção do Reino de Deus?

2. Este ministério permite trabalhar com e/ou em nome
daqueles que têm mais necessidade de justiça?

3. Este ministério toma capazes os que têm mais
necessidade de Justiça, de trabalhar pelo seu próprio
desenvolvimento e libertação?

4. Este ministério responde às necessidades do nosso tempo?
 5. Este ministério dá oportunidade para uma inserção nas realidades da Igreja e do mundo?
 6. Este ministério dá oportunidade de construir comunidade, dando um testemunho autêntico do Evangelho?
3. CONSIDERAÇÃO DOS RECURSOS NA REALIZAÇÃO DA NOSSA DIREÇÃO NA MISSÃO
 - a. talentos, capacidades, chamamento pessoal da(s) irmã(s)
 - b. possibilidade de remuneração
 - c. recursos humanos e financeiros da província/vice-província/região
 4. DISCERNIMENTO PELA(S) IRMÃ(S)
 - a. pessoalmente (oração, reflexão, consulta)
 - b. com a comunidade local e outras RSCM
 - c. com o nível provincial
 - d. em diálogo com as pessoas da área/igreja local

REVISTO
SETEMBRO 1989

APÊNDICE 5: EXPERIÊNCIA DE INTERNACIONALIDADE



EXPERIÊNCIA DE INTERNACIONALIDADE PARA OS MEMBROS MAIS NOVOS

Mensagem a todas as Irmãs do Instituto

Nós, as RSCM que participaram na Experiência de Internacionalidade, desejamos partilhar a nossa experiência com todas as nossas Irmãs.

Bebemos de um Poço, ligando de novo e aprofundando as nossas raízes históricas ao “dom específico do Espírito concedido a Jean Gai-Ihac, à M. St. Jean e às nossas primeiras Irmãs,” (Cons. 4) e partilhando as realidades que vivemos nas várias culturas. Nós redescobrimos o nosso TESOURO (Mt 13, 44)

Através desta experiência de internacionalidade, de unidade na diversidade, e através do testemunho de muitas das nossas Irmãs, hoje, fomos renovadas na nossa identidade e compromisso.

Desafiadas pela nossa experiência vivida, reconhecemos que a internacionalidade é um dom para o Instituto, para a Igreja e para o mundo. Queremos conservar vivo em nós, este dom, e partilhá-lo numa atitude de corresponsabilidade e colaboração.

Como membros de Um Corpo para a Missão, comprometemo-nos:

- a deixar-nos inspirar pela Fé e Zelo
- a ser fortalecidas pela oração e discernimento

- a estar centradas em Jesus Cristo, entrando no Mistério Pascal para crescermos na qualidade da nossa vida pessoal e comunitária.

Estamos prontas a correr o risco de sermos mulheres sem fronteiras, procurando sempre novas alternativas para promover a vida.

Desafiadas pelo Evangelho, pelas nossas Constituições e pela Declaração da Missão, lutamos para viver o que declaramos.

Inspiradas pela dimensão profética do nosso Carisma, queremos revelar o “rosto” das RSCM, testemunhando e comunicando o nosso Espírito “PARA QUE TODOS TENHAM VIDA.”

Braga, 29 de junho, 1993

APÊNDICE 6: O CONSELHO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA AMERICANA DE LESTE E O CONSELHO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA ANGLO-IRLANDESA APOIAM A CRIAÇÃO DE UMA REGIÃO ABRANGENDO AS RELIGIOSAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DA ZÂMBIA E ZIMBABWE, JUNHO 1995

Como Conselhos Provinciais da Província Americana de Leste e da Província Anglo/Irlandesa, apoiamos a criação de uma Região, pelo Conselho Geral, abrangendo as Religiosas do Sagrado Coração de Maria da Zâmbia e Zimbabwe, em estreita relação com a Superiora Geral e seu Conselho, em associação com a Província Americana de Leste e a Província Anglo-Irlandesa.

Chegámos a esta conclusão acreditando que criar uma Região fortalecerá a nossa eficácia na missão, e continuando:

1. A pesquisa, consulta, encontros e reflexão orante das irmãs que vivem na Zâmbia e Zimbabwe, segundo as quais reconheceram mais eficazmente:
 - a necessidade de aprofundar a nossa experiência de que somos um corpo para a missão num Instituto internacional;
 - a necessidade de fortalecer a nossa capacidade de agir como tal, especialmente em África;
 - a necessidade de intensificar esforços na colaboração entre Zâmbia e Zimbabwe, especialmente vis-à-vis ministérios, comunidade, noviciado, pastoral vocacio-

nal, recursos humanos, formação permanente para a missão, trabalho pela justiça (c.f. Documento do Capítulo Geral 1990)

2. A decisão unânime, da parte das irmãs da Zâmbia e Zimbabwe, de avançar com a Região, permitiu maiores possibilidades para a missão (Encontro em Kariba, janeiro, 1995).
3. A visita das Irmãs Martina e Catherine ao Zimbabwe e Zâmbia, durante a qual dez irmãs se comprometeram a tornar-se membros da Região, sabendo que as preocupações e os aspectos práticos necessitam de ser trabalhados, mas prontas a dar este passo na fé.
4. Reflexão e debate da parte de cada um dos Conselhos Provinciais, separadamente e em diálogo.

Embora o número de irmãs abertas a servir a Região, comparativamente às que já estão na Zâmbia e Zimbabwe, seja limitado, vemos a possibilidade de continuidade num futuro previsível, acreditando que, a longo prazo, haverá irmãs da Zâmbia e do Zimbabwe para encarnar o nosso carisma e levar por diante a nossa missão na Região.

Conselho Provincial da
Província Americana de Leste

Conselho Provincial da
Província Anglo-Irlandesa

Sr. Martina Crowley
Litizia Paffalardo RSM
Edna O'Connor RSHM

Date: *June 6, 1995*

Catherine Dolan RSHM
Margaret Fielden RSHM
Moria Lever RSHM

Date: |W

**APÊNDICE 7: Decisão Do Conselho Geral Para Estabelecer A
REGIÃO PARA A ZÂMBIA E ZIMBABWE, 16 DE JUNHO, 1995**



RELIGIOSE DEL SACRO CUORE DI MARIA
CURIA GENERALIZIA

VIA ADELAIDE RISTORI, 26 - 00197 ROMA, ITALIA
TEL. 81.19.698

CRIAÇÃO DA REGIÃO ZÂMBIA/ZIMBABWE

DADO que as irmãs na Zâmbia e Zimbabwe apoiaram por unanimidade a criação de uma região, e

DADA a decisão dos Conselhos Provinciais da Província Americana de Leste e da Província Anglo-Irlandesa de apoiar a região, e

DADO o aval do Conselho Geral Ampliado para avançar,

Nós, como Conselho Geral, chegámos à decisão de criar uma região para a Zâmbia e Zimbabwe.

Reconhecemos a fragilidade da situação, mas avançamos na fé, encorajadas pelo apoio dos dois Conselhos Provinciais e pelo compromisso das irmãs de serem membros da nova região.

Acreditamos que a criação da Região Zâmbia/Zimbabwe vai promover a vida, conduzir todo o Corpo à conversão, e ajudar-nos a renovar muitos valores do Instituto.

Assinaram:

ADENDA FOTOGRÁFICA



Maria de Lourdes Machado, Mary Milligan, Superiores Gerais RSCM 1975-1985 e Patrícia Connor, recentemente eleita Superiora Geral Capítulo Geral 1985, Roma



Conselho Geral 1985-1990
Maria Lúcia Brandão, Patrícia Connor, Bemadette McNamara,
Capítulo Geral 1985, Roma



A Comunidade do Generalato, Roma, julho de 1986



Conselho Geral Ampliado
Belo Horizonte, Brasil, agosto de 1986



Patrícia Connor e Maria Lúcia Brandão reúnem-se
com Maria Leonor Fernandes, Coordenadora Inter-Africa

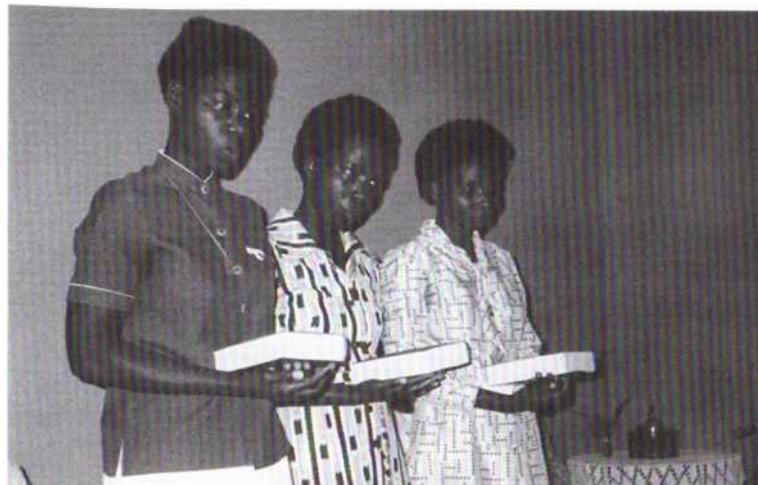


Tradutoras Preciosas: Therezinha Benedicto,
Maria do Rosário Durães e Mary Jo McElroy
Belo Horizonte, Brasil, agosto de 1986

Generalato, fevereiro de 1986



Rosemary Lenehan, Olga Georgina e Catherine Dolan
na Comunidade do Generalato
saboreando um fim de tarde em Roma
Fátima Fernando, Valéria Erneio e Albertina Páscoa José
são recebidas no pré-noviciado
em Maputo, Moçambique, outubro de 1988



Segundo encontro das Pessoas de Ligação ao Planeamento



Generalato, maio de 1988

Bernardo Almazan, Bemadette McNamara e Maria Coronel
em Toluca, México, março de 1989



Maria Helena Aires, Margaret Fielding, Genevieve Underwood, e Judith Lupo, Comissão do Centenário do Instituto reunida no Generalato em 1989



As RSCM em Roma celebram a festa do Sagrado Coração de Maria fazendo uma peregrinação a uma capela Mariana, 1989



Celebração das Bodas de Prata de Patricia Connor
Adelaide da Cunha, Rosemary Lenehan, Patricia Connor e Maria
Cândida Valente, junho de 1989



Família do Pe. Gailhac, Sr. Henri Vidal, e da Mère St. Jean, Madame
Bernard Couronne, partilham recordações de família, com todas as
irmãs presentes, na reunião do conselho geral ampliado,
Mont Rouge, França, julho de 1989



Bemadette McNamara, Maria Lúcia Brandão, Margaret Fielding,
Patrícia Connor durante a visita à Província Anglo-Irlandesa,
outubro/novembro de 1989



Maria Lúcia Brandão e Bemadette McNamara com Alcantara Hoy,
de 97 anos de idade, em Upminster, Inglaterra
outubro/novembro de 1989



Bemadette McNamara estabelece estreita relação com as irmãs através de assídua comunicação escrita, Generalato, Roma



Dr' Jean Alvarez e Nancy Conway, CSJ, ajudam-nos a preparar o Capítulo Geral de 1990.



Kathleen Connell e Rosa do Carmo Sampaio
a trabalhar nas Fontes no Generalato



Patrícia Connor, Mary Alice Young, Nicoletta Scotti,
Bernadette McNamara e Breda Galavan, em Roma, 1990



As RSCM, em Roma, com o Papa João Paulo II, na ocasião do Centenário da morte do Padre Gailhac, 24 de janeiro de 1990.



Conselho Geral 1990-1995: Marianne Murray,
Patrícia Connor e Rosa de Lima Pereira



Marjorie Keenan a trabalhar nas Fontes, no Generalato



Marianne Murray, Patrícia Connor, Verônica Brand,
Rosa de Lima Pereira, e Marguerite
McLoughlin, em Roma, maio de 1991



Edmund Harvey, Marianne Murray e Rosa de Lima Pereira
preparando o Encontro da Task Force para a Formação Permanente



Françoise Wyckaert, Edmund Harvey, Breda Shelly e Patricia Connor, também seguem o itinerário em Roma, fevereiro de 1992



Rosa de Lima Pereira com Breda Shelly e Victoria Busch em Tarrytown, Estados Unidos, março de 1993



Membros da Task Force sobre a Formação Permanente e a Comunidade do Generalato visitam locais em Roma, visitados pelo Pe. Gailhac, M. Ste. Croix e M. St. Félix
Maria Leonor Fernandes, Margarida Maria Pinto Coelho e Maria Lúcia Brandão seguem o itinerário, fevereiro de 1992



As RSCM em Roma, em peregrinação à Capela da Virgem do Louvor para celebrar a festa do Sagrado Coração de Maria, junho de 1992



Participantes na Experiência de Internacionalidade para os Membros Mais Novos, Casa Mãe, Béziers, junho de 1993

larianne Murray e Marie Chantal Colar, visitam Françoise-Thérèse
Ringeval e Jacqueline Blaise, em Cambrai, França, maio de 1993



Margarida Maria Gonçalves (à esquerda)
e Maria de Lourdes Machado (à direita), duas anteriores Superiores
Gerais, com Patrícia Connor,
Braga, junho de 1993



Luísa Marinho (à direita) no dia dos seus Votos Perpétuos,
Fervença, Portugal, 04 de julho de 1993
Luísa, Patrícia Connor e jovens do Lar de Sta. Teresinha, Viseu,
Portugal



Olga Georgina, Olinda Rocha, Verônica Brand, Ana Mó Senguaio,
Maria Teresa Bastião e Maria Rita Marcelino, em Maputo,
Moçambique.



Noviciado da Zâmbia-Zimbabwe - Sentadas: Harriet Kunda,
Florence Muuka, Mumbe Nzobokela, Coltrida Mooya
De pé: Virgínia McNally e Patrícia Butler
Chinhoyi, Zimbabwe



Maria de Lisieux Silva, Virgínia Mullane e Marina Queiroz
na reunião do conselho geral ampliado em Belo Horizonte, Brasil,
abril de 1994



Patrícia Connor e Pe. Bill Hogan, CSC, no Encontro do Grupo de Estudo da Zâmbia/Zimbabwe, Generalato, agosto de 1994



Philpa O'Sullivan, Martina Crowley e Moira Lever no Encontro do Grupo de Estudo da Zâmbia/Zimbabwe, agosto de 1994



Serafina Helena, Virgínia Mullane e Rosa do Carmo Sampaio num encontro de irmãs em Maputo, Moçambique



Dr^{ll} Jean Alvarez e Nancy Conway, CSJ, fazendo o plano de preparação para o Capítulo Geral de 1995, com o Conselho Geral Sentadas: Marianne Murray e Rosemary Lenehan



Maria Flora Dunguza (ao centro) celebrando as Bodas de Prata
Patrícia Connor, Rosa de Lima, Maria Flora Dunguza, Vianney
Stewart, Evelyn Gill e Margaret Treacy
Generalto, 24 de fevereiro de 1995



Patrícia Connor oferecendo ao Papa João Paulo II um presente
monetário em nome do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração

de Maria, Vaticano, 24 de janeiro de 1990

Que Deus seja sempre abençoado, em todas as coisas.

Gailhac, Béziers, 23 de julho de 1886

INFORMAÇÃO BIOGRÁFICA

Irmã Patrícia Connor, RSCM

Patrícia Connor, RSCM, nasceu a 08 de maio de 1941, em Wilkes - Barre, Pennsylvania, EUA. Conheceu as religiosas do Sagrado Coração de Maria, como estudante, primeiro em Marymount College, Tarrytown, Nova Iorque e mais tarde em Marymount College em Paios Verdes, Califórnia. Entrou no Noviciado RSCM em Santa Bárbara, Califórnia, em 08 de setembro de 1962 e fez a sua Primeira Profissão em 22 de agosto de 1964.

Licenciou-se no Marymount College, em Paios Verdes, e obteve o Grau de Mestre em História, na Universidade Estatal da Califórnia, Northridge. Ensinou nas escolas secundárias elementares RSCM, em Los Angeles, Santa Bárbara e Montebello, e desempenhou várias funções na Província Americana de Oeste, incluindo Mestre de Formação e Superiora Provincial de 1976-1982. Durante esse tempo, trabalhou na Direção das Escolas RSCM, Loyola Marymount University, e Marymount College Paios Verdes, e foi membro ativo na Conferência de Liderança de Religiosas. Foi eleita Superiora Geral do Instituto no Capítulo Geral de 1985 e trabalhou no Nível Geral de 1985-1995.

Depois de regressar à Califórnia, foi Diretora do Programa de «A Place Called Home», no Centro Sul de Los Angeles, de 1997-2003, e membro da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de Los Angeles. Foi de novo Provincial de 2003-2009. Continua a estar envolvida no Ministério da Direção [das Escolas], e faz voluntariado no programa de serviços educacionais em «A Place Called Home».